

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LUCAS DECOT PERNAMBUCO

CONTRIBUIÇÕES DO TRABALHO NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA A
FORMAÇÃO DO ESTUDANTE: o caso da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
da Universidade Estadual de Campinas

CAMPINAS

2012

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação

Lucas Decot Pernambuco

Contribuições do trabalho na extensão universitária para a formação do estudante: o caso da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como exigência parcial para obtenção de título de Pedagogo em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos de Freitas

CAMPINAS

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP
Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

P422c

Pernambuco, Lucas Decot, 1986-

Contribuições do trabalho na extensão universitária para a formação do estudante – O caso da incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas / Lucas Decot Pernambuco. – Campinas, SP: [s.n.], 2011.

Orientador: Luiz Carlos de Freitas.

Co-Orientador: Maria Márcia Sigrist Malavasi.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Incubadoras. 2. Cooperativas. 3. Extensão Universitária. 4. Formação. 5. Educação. 6. Autogestão.
I. Freitas, Luiz Carlos de. II. Malavasi, Maria Márcia Sigrist
III. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. IV. Título.

12-039-BFE

Campinas, Fevereiro de 2012

Prof. Dr. Luiz Carlos de Freitas
ORIENTADOR

Prof.^a. Dr.^a. Maria Marcia Sigrist Malavasi
SEGUNDA-LEITORA

Agradecimentos

Eu agradeço muito, e fazem parte deste trabalho, todos os funcionários da Unicamp (e de todas as universidades públicas brasileiras), principalmente os da faculdade de educação, diretamente a Lu. Todos os docentes, principalmente os da FE e diretamente meu orientador Professor Dr. Luiz Carlos de Freitas. Todos os estudantes universitários, os da Unicamp, principalmente os amigos, diretamente os trabalhadores da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares.

Aos trabalhadores da autogestão.

Aos ex-moradores do bairro de Pinheirinho, São José dos Campos – SP.

RESUMO

Pernambuco, Lucas Decot. **Contribuições do trabalho na extensão universitária para a formação do estudante: O caso da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas.** Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

O presente trabalho busca compreender, a partir do estudo da experiência da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da UNICAMP, quais as contribuições do trabalho em um projeto de extensão comunitária autogestionário para a formação e atuação do estudante universitário. Para tanto explora a visão de sete estudantes declaradas em entrevistas semi estruturadas. A incubadora é um projeto de extensão comunitária, financiado por editais estatais, que atua na área da Economia Solidária com grupos associativos e cooperativas (ou Empreendimentos Econômicos Solidários) da região de Campinas. Atua em parceria com diferentes instituições públicas e associações livres, buscando fazer uma formação técnica e política destes grupos, além de estabelecer um diálogo entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento produzido no interior dos grupos. Nas últimas décadas, a extensão se configurou como um importante foco de atuação das Universidades, principalmente no que diz respeito à ampliação e diversificação de projetos, tanto no campo da associação público/privado, como em outras experiências. A importância de centrar nossos estudos no caso da ITCP se dá pelo fato de sua atuação se circunscrever no campo de resistência à privatização, privilegiando a colaboração com movimentos sociais diversos, na direção contrária à extensão hegemônica. A análise dos dados nos dá indícios da contribuição deste trabalho cooperativo na formação política, acadêmica, profissional e pessoal dos estudantes nele envolvidos.

Palavras-chave: Incubadora de Cooperativas, Incubadora Universitária, Extensão Universitária, Formação, Educação, Autogestão, Educação Popular, Economia Solidária, Políticas Públicas.

Abstract

The following paper attempts to understand, through the study of the experience of Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) at Universidade Estadual de Campinas, the contributions of working in a *self-managed*, university extension-program, project to the students educational development. To that end this project will explore the vision of seven students through semi-structured interviews. ITCP, located in Campinas-SP, is an extension-project program, funded by state notices, that functions as a driver of *Social Economy* working with associations and cooperatives. ITCP acts in concert with different public institutions and *self-managed* associations towards the goal of providing these groups with both a technical and a political foundation, while also creating a bridge for knowledge sharing between these groups and the academy, in the same way. In the past two decades, in Brazil, the university extension-program have become a important area of activity for Universities, especially as it relates to project expansion and diversification. Both as it relates to public/private partnerships and to other experiences. The importance of using Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares as a case study stems from its activity in the the field of resistance to privatization, privileging the collaboration with social movements, creating a connection with a movement that goes against the current universitys extension-program hegemony. Data analysis indicates that the involvement in these cooperative work has an important formative effect on the political, academic, professional and personal development of the participating students.

Key-words: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, Incubadora Universitária, University extension-program, Formation, Education, Self-management, Popular Education, Social Economy, Public Policies.

Lista de ilustrações

Figura 1: Funcionamento da ITCP/Unicamp.....	33
Figura 2: Organograma da ITCP/Unicamp em 2010.....	34
Tabela 1: Relação GEPES X Áreas abrangidas pelas oficinas.....	58
Tabela 2: Sujeitos da pesquisa e formação acadêmica.....	61
Tabela 3: Tempo de atuação na ITCP e instâncias que ocupa.....	62

SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

AIDS - Acquired immune deficiency syndrome

ANDES/SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

CE – Coordenação Executiva

CG – Coordenação Geral

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COEP - Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional

COMESC - Comissão Executiva do Fórum Municipal de Economia Solidária de Campinas

COPPE - Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia

CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis

ECOSOL – Economia Solidária

FASUBRA - Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

GD – Grupo de Discussão

GEPES – Grupo de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária

GERES – Geração Escolar

GT – Grupo de Trabalho

IDESC - Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

ITCP/Unicamp – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas

MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ONG – Organização Não Governamental

PP – Processos Pedagógicos

PPP – Projeto Político Pedagógico

PREAC - Pró-reitoria de Assuntos Comunitários

PRONINC - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares

PT – Partido dos Trabalhadores
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRPe – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UnB – Universidade de Brasília
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNEB – Universidade do Estado da Bahia
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas
USAID - United States Agency for International Development
USP – Universidade de São Paulo

ÍNDICE

Introdução.....	1
1. Universidade e Extensão	4
1.1. Breve levantamento histórico das políticas para a Universidade brasileira	4
1.2. Breve levantamento das bases ontológicas da extensão universitária	11
1.2.1. Rumo a uma abordagem crítica	17
2. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp (ITCP-Unicamp)	23
2.1. Breve levantamento histórico do surgimento de ITCPs no Brasil.....	24
2.2. ITCP/UNICAMP	25
2.2.1. Histórico.....	25
2.2.2. Os projetos da ITCP/UNICAMP	27
2.2.3. A autogestão da ITCP/UNICAMP	28
2.2.4. Fundamentação Teórica.....	38
2.2.5. Metodologia de incubação	48
2.3. Fechamento.....	59
3. A ITCP-Unicamp por seus executores	60
3.1. Os alicerces do projeto	63
3.1.1. Economia solidária	63
3.1.2. Universidade e Extensão Universitária.....	65
3.2. Princípios do projeto.....	68
3.2.1. Educação Popular	69
3.2.2. Autogestão	74
3.3. A ITCP, seu trabalho e as recentes transformações.....	76
3.4. Contribuições do trabalho para a formação do estudante	79
Considerações Finais.....	88
Bibliografia.....	90
Apêndices	93
Apêndice A – Versão final do questionário aplicado com os formadores	93
Apêndice B – CD-ROM - Transcrições das entrevistas realizadas com formadores	95

INTRODUÇÃO

“O lugar que a universidade sempre atribuiu à extensão mantinha-a a sombra das outras atividades, como um apêndice sem importância para a formação dos estudantes. Até há pouco, ela era vista como oferta de serviços à sociedade. Uma atividade de aplicação: possuímos o conhecimento e vamos aplicá-lo ou doá-lo para os que dele carecem. Hoje não podemos mais pensar a extensão dessa maneira e considerá-la como um subproduto das atividades dos alunos e dos professores na Universidade. Pelo contrário, a extensão se torna não apenas uma via onde se entretecem as tramas que unem a sociedade e a universidade, como pode ser um espaço de excelência onde os três fins da universidade revelam sua interdependência dentro da singularidade.” (MELLO, 2005, p.112)

A extensão universitária comunitária, abordada do ponto de vista do projeto da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp, representa um campo frutífero e ainda pouco estudado. Trata-se de um espaço marginalizado dentro da gama de atuações da Universidade Estadual de Campinas, porém repleto de experiências bastante ricas no âmbito da retomada da função social da Universidade.

Apesar dos crescentes estudos a respeito da extensão universitária nas últimas três décadas o que se vê majoritariamente na realidade das Universidades brasileiras é uma prática em extensão universitária como reprodução de uma visão assistencialista da Universidade frente a comunidade. Além disso, vê-se a crescente abertura de cursos pagos e especializações que abrem a Universidade para quem pode pagar.

Tal fenômeno não se restringe somente à extensão universitária, mas aparece como reflexo de um processo maior do qual sofre a Universidade brasileira. Trata-se de uma série de políticas públicas que vem diminuindo a autonomia das Universidades (inclusive sobre sua pesquisa) e a uma concepção de desenvolvimento, que passa pelo âmbito da educação mas não se limita a ela, que abre cada vez mais espaço para o investimento do capital estrangeiro e do capital interno em pesquisa. Alguns teóricos postulam que a Universidade deixa de representar uma instituição do aparelho do estado para se transformar numa organização autônoma dentro da sociedade. Esse processo refere-se, também, à privatização do ensino superior.

Este fenômeno pode ser exemplificado pelos laboratórios de pesquisa financiados por empresas privadas, pelas viagens do curso de geologia financiadas pela Votorantin ou até mesmo

pelo muramento, catracalização e proibições que acontecem no campus. Um espaço cada vez menos público.

Dentro do campo da extensão comunitária, voltada às camadas populares, apesar dos avanços, ainda é muito fundante a herança de um trabalho verticalizado, no qual a Universidade leva o conhecimento, as técnicas, a modernidade, para os “atrasados da sociedade”.

Neste trabalho, dividido em três partes distintas, buscamos, inicialmente, aproximar as vivências do trabalho da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp a um novo conceito de extensão universitária. Partindo da crítica de uma extensão a serviço da manutenção do *status que*, essa nova conceituação, busca o entendimento da extensão universitária como a execução de um *trabalho social útil*. Nesta, os agentes da Universidade, nesta relação com a comunidade externa que caracteriza a extensão, empenhar-se-iam em produzir, conjuntamente com os outros atores deste processo, construtos reais e de utilidade definida a partir da relação deste novo coletivo constituído com os elementos da natureza.

Esta nova conceituação e atuação em extensão universitária traz novos desafios e paradigmas ao trabalho extensionista. Busca a relação unívoca entre os conhecimentos produzidos e as questões atuais e regionais da realidade brasileira. A produção de novos conhecimentos, agora em sintonia com a função social da Universidade frente o povo brasileiro. O ensino-aprendizagem mútuos. E aponta para a construção das bases de uma nova sociedade, essa sim de interesse da grande massa de trabalhadores excluídos das decisões políticas, marginalizados da conformação social e política atual.

Através de um estudo de caso da ITCP-Unicamp, alicerçado em entrevistas semi estruturadas realizada com estudantes que trabalham neste projeto, este trabalho busca aproximar esta realidade desta nova visão de extensão universitária.

Neste processo novos questionamentos foram surgindo e duas questões centrais contribuíram para a focalização dos objetivos desta pesquisa na sistematização das falas dos estudantes a respeito das contribuições do trabalho na ITCP-Unicamp para a formação (pessoal, profissional e acadêmica) destes.

A primeira questão, bastante anterior, é a própria vivência do autor deste trabalho como trabalhador da ITCP-Unicamp (no ano de 2009). A riqueza que a curta experiência trouxe para a sua formação é marcante em sua constituição como indivíduo e pedagogo. Este período representou a ampliação do repertório teórico deste estudante em sua própria área, antes desconhecido por sua trajetória na graduação, e, principalmente, a possibilidade de enfrentar e ressignificar os conhecimentos construídos ao longo de quatro anos de curso de graduação frente a atuação como educador popular em grupos de trabalho associado.

A segunda questão fundamental que nos levou a escolher a questão da formação do estudante na extensão universitária autogestionária foram os resultados das entrevistas e o volumoso material coletado neste, que até então se caracterizava como apenas um ponto mais desta pesquisa.

Essa focalização nos trouxe mais trabalho, novas indagações e a abertura de um novo, para este trabalho, campo do conhecimento: a formação na extensão universitária.

A partir de um levantamento bibliográfico inicial de artigos e teses em plataformas da internet pudemos perceber um número razoável de produções a respeito das contribuições da extensão para a formação do estudante universitário. Utilizando como termos de pesquisa: “extensão” e “formação universitária” nas plataformas do google acadêmico e do Scielo, a expressiva maioria das pesquisas encontradas refere-se às áreas ditas práticas, entre elas: a medicina, a engenharia, a biblioteconomia e a farmácia. Tais artigos defendem, por meio da apresentação de casos, a centralidade da extensão na formação destes estudantes. Em alguns poucos casos suas reflexões confluem parcialmente com a idéia desta pesquisa, no que diz respeito a uma extensão universitária pautada na relação dialógica entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular.

Porém, a expressiva maioria dos artigos apresenta a questão partindo de um olhar dicotômico entre teoria e prática. Como se a atividade de ensino e pesquisa representasse o âmbito teórico da formação do estudante e a extensão “desse conta” da parte prática da formação do profissional, formando-o para o mercado de trabalho já no interior da Universidade. Tal visão aponta a falha das construções teóricas destas áreas, novamente, ditas práticas, descontextualizadas da realidade assume-se que o curso por si só não garante a formação integral do estudante. Desse ponto de vista, tanto a extensão quanto a pesquisa perdem seus caracteres fundamentais de práxis, de ação-reflexão, dando margem a concepções de mundo e ações sociais excludentes, desvinculadas da realidade social.

Sabemos que por trás da desvinculação histórica entre teoria e prática, permeada pela crescente disciplinarização do conhecimento, reside uma vontade político-ideológica de uma parcela da sociedade, numa intenção que culmina na divisão hierárquica do trabalho no capitalismo. Estas permeiam toda a universidade e não se restringem apenas às áreas acima citadas.

Portanto, partindo desta problemática, e correndo o risco de cair no mesmo erro, buscamos nos referenciar no conceito de *trabalho* em Marx, mais especificamente em sua adoção por teóricos brasileiros da extensão e da educação, como conceituação de ponto de partida do fazer extensão universitária.

1. UNIVERSIDADE E EXTENSÃO

“A cultura é um privilégio. A escola é um privilégio. E nós não queremos que seja assim. Todos os jovens deveriam ser iguais perante a cultura”

(Gramsci, 1916 Apud Buci-Gluckmann, 1980, p. 89)

Pretendemos aqui apresentar nossa visão de Universidade e de extensão universitária. Para tanto, faz-se necessário, inicialmente, esboçar um levantamento da construção dos debates em torno da Universidade brasileira: os agentes políticos desses debates e transformações, além de situar-nos no campo teórico e político em disputa a respeito das funções e demandas das Universidades brasileiras. Para este fim lançaremos mão, centralmente, das idéias do Professor Doutor José Francisco de Melo Neto, e de sua defesa por uma nova extensão, por um trabalho socialmente útil que garanta a comunicação do meio acadêmico com a sociedade brasileira de maneira real, e que traga a massa excluída ao centro dos debates realizados nos institutos.

Para a compreensão dessa, ambiciosa, proposta e desse, nem tão, novo paradigma para a Universidade brasileira, é necessário antes recorrer ao processo histórico de efetivação da Universidade como hoje se coloca.

1.1. Breve levantamento histórico das políticas para a Universidade brasileira

“Vejam alguns paradoxos presentes no discurso reformista: alega preocupação com qualidade e recomenda a elevação do número de alunos por professor; paga aos docentes salários indignos e reclama deles novas qualificações e competências; enfatiza a necessidade de profissionalização do professor e retira sua formação inicial da Universidade; reconhece que a competitividade passa pelo uso e pela capacidade de geração de novas tecnologias e diminui fomentos para a pesquisa e para a Universidade. Serão tais medidas procedentes para a anunciada “revolução copernicana” na educação? ”(Shiroma, Moraes e Evangelista, 2007, p.93)

Ademais da origem tardia da Universidade brasileira e de sua, histórica, conformação para a efetivação de uma elite política e cultural, focaremos aqui na estruturação recente da Universidade e nos marcos históricos do final do século XX para cá. Não que inexista interesse em observar nas suas origens as influências em sua conformação atual, nem que nos desinteresse remeter à antiga idéia de Universidade como uma instituição social. Muito pelo contrário. Porém a este trabalho, que se propõe definir hoje uma nova ótica aos trabalhos em extensão universitária, é mais valioso refletir e compreender criticamente a instituição de um “consenso” pelas políticas educacionais neoliberais, a efervescência das parcerias público-privadas na educação e como isso afetou a atuação da Universidade e o papel da extensão nesta. Partiremos, portanto, da reforma universitária de 1968 até os dias de hoje, buscando compreender quais os agentes e as contradições destes processos políticos e ideológicos.

Melo Neto (2004) discute o enfrentamento político e ideológico no âmbito das políticas educacionais e do embate teórico em torno da Universidade nos últimos 30 anos. Para tanto ele lança mão da categoria hegemonia em Gramsci e do canal de sua veiculação: o aparelho de hegemonia, como importantes instrumentos teóricos para a compreensão dos processos brasileiros.

“O aparelho de hegemonia qualifica e precisa a hegemonia, entendida como hegemonia política e cultural das classes dominantes. Conjunto complexo de instituições, ideologias, práticas e agentes (entre os quais os “intelectuais”), o aparelho de hegemonia só encontra sua unificação através da análise da *expansão* de uma classe” (Buci-Glucksmann, 1980, p.70)

Passamos, portanto, a compreender a própria Universidade como um aparelho de hegemonia, dotado de contradições e disputas, mas que, junto a outras instituições, garante o processo organizativo e a coesão das classes sociais (hegemonia). O faz, seja por meio da direção política (tanto dentro de uma classe em oposição à outra, quanto entre as classes sociais) ou por meio do domínio, do uso da força. Portanto:

“A hegemonia passa a ser concebida não só no nível das classes dominantes, numa visão presente em Lênin, como também no campo das classes dominadas, vinculada a um “grupo social básico”.” (Melo Neto, 2004, p. 16)

É nesse contexto que o autor começa a buscar um caminho, permeado de disputas, de entendimento das políticas voltadas à universidade.

Parece-nos que em determinados momentos nos quais a Universidade esteve no centro das atuações do governo federal, por mais que fossem apontadas as questões críticas e fundamentais, o encaminhamento das políticas se deu guiada pela racionalização da universidade, pela expansão a todo custo e numa ótica de desenvolvimento econômico do país.

Melo Neto (2004, p. 17) aponta alguns marcos e agentes históricos importantes para a análise da Universidade como campo de disputa. Entre eles: a reforma universitária de 1968, o acordo MEC/USAID, o relatório Meira Mattos, a criação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, o relatório final da comissão de reestruturação do ensino superior de 1985, criada pelo então ministro da educação Marco Maciel, a reação estudantil, o Movimento Docente, através do ANDES/SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), o Movimento dos Servidores, através da Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) e as políticas do MARE (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado).

Sigamos. A reforma universitária de 1968 aparece como resposta às reivindicações estudantis, principalmente no que concerne à questão dos excedentes, quer dizer, a falta de vagas para todos os aprovados. Porém desde 1964, através do acordo MEC/USAID, já vinham transitando no Brasil os relatórios produzidos pela Agência Internacional para o Desenvolvimento, que previam aos países em desenvolvimento uma série de políticas de privatização e expansão do ensino como meio de tornar economicamente viável a “educação para todos”.

Em termos educacionais o período militar, apesar de suas disparidades, seguiu um rumo comum, bem delineado e bem executado. Regidos pelos ideais internacionais, e contra o socialismo, o período caracteriza-se como nacional desenvolvimentista, importando os ideais estadunidenses de desenvolvimento e de educação para tal desenvolvimento. Não à toa é no período que se constrói a “moda” de economistas como ministros da educação, claramente para assegurar o papel da educação como base da estrutura da sociedade a ser construída. Na Universidade não é diferente.

Com a continuação da resistência estudantil o governo militar, garantido pelo Ato Institucional nº 5, em 1969, edita o Decreto nº 477, que define severas punições aos docentes e discentes que incitassem movimentações políticas, que produzissem material no interior das Universidades, fizessem greves e paralisações. Portanto, para Romanelli (1987, p.226 Apud Melo Neto, 2004, p. 19) “as medidas de contenção do protesto se revelavam, assim, a única via capaz de impor a ordem, e, ao mesmo tempo, as reformas. Essas medidas definem, assim, os aspectos assumidos pela reforma geral do ensino”.

É neste contexto de alinhamento com as políticas neo-imperialistas estadunidenses que é produzido o relatório Meira Mattos, a saber, relatório escrito por comissão presidida pelo então general Meira Mattos que apontava diversas falhas no sistema educacional brasileiro e escancarava a necessidade urgente de reestruturação do MEC. Ele apontava, entre outras coisas, um excesso de autonomia do Conselho Federal de Educação e a necessidade de melhoria de salário dos professores. Segundo o próprio general, em entrevista concedida no Rio de Janeiro, no final de 2003:

“Havia uma pressão para que as universidades fossem autônomas. E nessa autonomia toda a vida da universidade seria decidida por um conselho. E neste conselho participariam funcionários. Na universidade o que o funcionário pode resolver em termos de ensino? A universidade é ensino. É qualidade de ensino. Quer dizer, é uma idéia, no meu ponto de vista, esdrúxula. Idéia de politizar e não de melhorar o ensino.” (Mattos, 2003)

Duas questões centrais surgem aqui: a questão da autonomia universitária e a centralidade do ensino (já de uma lógica de formação de quadro para o desenvolvimento do país). Quase que em sua totalidade o relatório foi aproveitado pela reforma universitária de 1968 (Lei nº 5.540), reforma essa que dá a cara da Universidade como hoje a conhecemos: estabelece o ciclo básico nos cursos universitários, a fim de solucionar a questão dos excedentes, introduz a fragmentação dos cursos pelo sistema de créditos, inaugura os cursos de curta duração, extingue os Centros Acadêmicos, que dão lugar aos Diretórios Acadêmicos (sob intervenção direta da direção das Faculdades), além da censura à prática pedagógica dos docentes, característica do período. Por outro lado, com a reforma de 68 são instituídos os sistemas de pós-graduação no Brasil, que futuramente possibilitariam o desenvolvimento do pensamento crítico no país.

Neste mesmo momento é criado o CRUB, Conselho de reitores das Universidades Brasileiras, incluídas as federais. Não à toa o homem encarregado de implantar, e mais tarde executar, o conselho era o Prof. Rudolph Atcon, homem chave ligado ao acordo MEC/USAID, que, através deste conselho pautou a integração da universidade com o meio social na ótica vigente, ou seja, abrindo a Universidade ao mercado e introduzindo a lógica da administração privada. Segundo Melo Neto (2004, p.20): “Exercendo a atividade de Secretário Executivo do CRUB, Atcon vinha fazer o elo entre os reitores e o acordo MEC/USAID.”

É possível aqui observar a consonância das ações e o afunilamento para um projeto comum que ali se inicia e progride até hoje. Tais políticas podem ser caracterizadas como:

“Progressiva aceleração do processo de privatização e de empresariamento do ensino, a crescente desobrigação do Estado com o financiamento das universidades, a definição pelo poder público de uma política educacional que não assegurou efetivamente condições reais de ensino e pesquisa na produção acadêmica e o autoritarismo estatal” (Cadernos ANDES, 1986, p.6 Apud Melo Neto 2004, p.23).

Melo Neto ainda aponta como *modus operandi* da construção de políticas em educação no Brasil a atuação a partir da criação de comissões e grupos de trabalho. Vinte anos depois, em 1985, surge o projeto GERES como meio de concretizar a proposta da Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior em forma de lei. Esta proposta, que revê a reforma de 1968, entre outras postulações, estabelece um sistema de avaliação docente, dando centralidade para uma avaliação voltada para o *desempenho* da educação superior, que mais tarde se pautará na eficiência e na eficácia. Aí está a origem da “atual avaliação docente, pautada pela busca da gratificação da produtividade, conhecida por GED, expressa por um relatório quantitativo de atividades docentes (RAD).” (Melo Neto, 2004, p.29)

Mas se houve certa “liberdade” na execução das reformas, houve também resistência. Os movimentos, antes sufocados pelas medidas do A.I. 5, retomam sua atuação a partir da segunda metade da década de 70, tendo como principais agentes da defesa da Universidade pública e gratuita o movimento estudantil, sempre combativo, e o novo movimento organizado dos docentes do ensino superior, aqui compreendido como o ANDES e a FASUBRA.

Um importante marco da resistência docente é a proposta da FASUBRA *Universidade dos Trabalhadores*, resultado de intensos debates em simpósios, reuniões, conselhos e congressos iniciados em junho de 1982 no V Conselho Nacional das Associações Docentes, e que resultou na produção da *Proposta das Associações de Docentes e do ANDES/SN para a Universidade Brasileira* entregue ao MEC.

Hoje, após reformulações, este projeto leva o nome de *Universidade Cidadã para os Trabalhadores*. Tal proposta surge das discussões em torno de projetos alternativos para a Universidade iniciados em meados de da década de 80, e em julho de 1996 é reeditada já com a articulação de outros setores sociais organizados, como a SBPC, a OAB, a ABI, a UNE e a FASUBRA.

“Esta proposta de universidade se fundamenta nos seguintes pontos básicos: a) a defesa do ensino público e gratuito, entendendo-se que a universalização do ensino só se torna possível a partir da extensão da rede pública e garantia da gratuidade; b) a autonomia e democratização como entes imprescindíveis para a

definição de seus planos administrativo, financeiro, didático-pedagógico, técnico-científico e político (a autonomia e democratização só serão asseguradas se estiverem vinculadas entre si); c) o controle pela comunidade universitária, o qual se vincula aos seus movimentos políticos internos que com capacidade podem intervir na gestão cotidiana da universidade; d) a defesa do padrão único de qualidade, assegurada a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; e) o compromisso social, considerando que “a universidade tem por objetivo, através do ensino, pesquisa e extensão, contribuir para romper as desigualdades sociais e superar a alienação individual e coletiva” (SINTESPB, 1995: 16).”(ibid. p. 21/22)”

Para Melo Neto (2004), por mais que se vejam avanços, “observa-se, por parte do MEC, uma intransigência em atendê-las, mantendo-se o processo de redução das verbas para as universidades públicas, de modo a deixá-las em situação de penúria.” (ibid. p.22). O autor ainda cita a tendência do MEC em segurar as verbas¹ asseguradas das Universidades.

Para o autor, a contribuição do movimento docente para a Universidade vem no seguinte sentido: “a compreensão é de que esta é um patrimônio social, que se caracteriza “pela sua necessária dimensão de universalidade na produção e transmissão da experiência cultural e científica da sociedade” (Cadernos ANDES, 1986.: 5).” (ibid. p.23)

Apesar das intensas influências, principalmente no que concerne ao binômio autonomia-avaliação, do projeto GERES, a década de 90 apresenta novos elementos. A criação do MARE e sua atuação no sentido de “desburocratizar” o aparato estatal com o *gérmen* das, já famosas, parcerias público privado e intensas privatizações de aparelhos, gerando a descentralização do Estado que agora passa a avaliar a eficiência, controlar os resultados apenas destes organismos descentralizados. Tais políticas também afetam diretamente a educação. O segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso representa a efetivação das políticas neoliberais na educação como um todo.

É fundamental entender o que está por trás da ação do MARE em diferenciar legalmente a universidade, os centros superiores de educação e criar outras denominações para instituições de ensino superior. Com isso inicia-se um processo de separação do ensino e da pesquisa e facilita a parceria público privada para pesquisas voltadas diretamente ao mercado, assim descaracterizando a função social da Universidade e do conhecimento, servindo cada vez mais a uma minoria. Transformando, assim, os centros de saber em mercadoria.

¹À exemplo do atraso das rubricas *outros custeios de capital* (OCC) e do duodécimo no caso da Universidade Federal de Minas Gerais, que em 2002, já em Novembro, sofria com os atrasos e chegou a suspender o pagamento de energia elétrica, água e telefone.

Para Melo Neto (2004), em meio esse contexto, algumas questões se põe centrais. Primeiro a visão de avaliação apresentada pelo projeto GERES como subordinada a uma lógica da eficiência, e segundo a desvinculação da pesquisa a Universidade e a centralidade do ensino tomado pela lógica do mercado, como formação de mão-de-obra qualificada.

No tocante da avaliação, a evolução do projeto GERES acarreta hoje na gestão da Universidade pautada em dois conceitos: eficácia e eficiência.

“A eficácia é compreendida como uma certa capacidade de obtenção de resultados. Já a eficiência estaria mais voltada para a possibilidade de medida da produtividade, isto é, uma relação entre essa capacidade de produzir determinado resultado por unidade de custo.” (Melo Neto, 2004, p. 29)

Apesar de defender a existência de uma avaliação, o Movimento Docente, pautado em diversos autores², discorda abismalmente da lógica imposta pelas políticas em educação. Defendem que o governo, com essas medidas, efetiva a visão da universidade administrada como uma empresa, e ignora os aspectos distintos entre esta instituição e as empresas privadas. Criticam a falta de autonomia sobre a produção de conhecimento e os interesses por trás do financiamento ou não de determinadas pesquisas conforme o alinhamento com as necessidades do mercado. Para Ab’Saber (1994 Apud Melo Neto, 2004, p.31) “é preciso adequar a produção científica às necessidades da população.”

O postulado *educação como direito de todos e dever do Estado* vai minguando no novo estado neoliberal, e a questão da avaliação se põe central pois afeta diretamente a autonomia, agora condicionada aos sistemas de controle da qualidade do ensino. Desta forma as problemáticas se unem, o projeto de Universidade do MEC em confronto com o projeto do Movimento Docente lança no ar a questão: Universidade para quem?

“O governo afirmar que está empenhado na transformação estrutural da universidade não é uma garantia de que vai implementá-la e, menos ainda, de que pretenda fazê-lo no sentido das propostas da comunidade universitária. O enfrentamento democrático das questões cruciais da sociedade brasileira no momento de sua desejada transformação não pode ser resolvido por comissões de alegada ou real competência, mas exige a livre manifestação dos setores sociais envolvidos através dos organismos nos quais se organizam as entidades que os representam” (Cadernos ANDES, 1986: 2 Apud Melo Neto, 2004, p.26).

²Entre eles: Kourganoff (1990) e Woff (1993).

Por certo não pudemos aqui apresentar com toda riqueza o trabalho do professor, por isso convidamos o leitor a se debruçar sobre ele. Talvez não tenha ficado bem definida a posição radical do autor em defesa de um outro projeto de universidade, cabe-nos convidar o leitor a conhecer e pesquisar o material do caderno ANDES a esse respeito, material esse, que permeia todo o texto de José Francisco de Melo Neto e serve como corrente base para o desenrolar do pensamento.

O autor finaliza o raciocínio apresentando a Universidade em crise de função e de efetivação de seus deveres, propondo a construção de um novo caminho que culminará na hegemonia do povo.

Mas, afinal, onde entra a extensão nesse embate de projetos hegemônico e contra hegemônico? O autor defende a extensão na busca por autonomia de produção de conhecimento e de formação realmente voltada às necessidades locais e reais da sociedade brasileira. Em suas palavras:

“Mas, como poderá a universidade contribuir nesse processo de ajuda na construção da hegemonia dos setores subalternos da sociedade, considerando os novos ares políticos de mudanças que assolam todo o país? Ora, a extensão universitária vem sendo apresentada como o elo entre a universidade e a sociedade, um canal comunicante da instituição com o povo, ou outras formas de facilitar a relação entre universidade e sociedade.” (Melo Neto, 2004, p.40)

Mas alerta:

“Pela extensão, os seus agentes precisam estar atentos, quanto às ações em desenvolvimento nos projetos, pois é possível a reprodução dessa crise moral, também no interior desses projetos. As práticas de extensão passarão a exigir novas perspectivas teóricas para o próprio campo da extensão e com perspectivas metodológicas promotoras da participação dos agentes e, sobretudo, da própria comunidade, onde esses projetos estejam em desenvolvimento. Novas práticas também serão exigidas para a veiculação de novas ações políticas.” (ibid, p.41)

1.2. Breve levantamento das bases ontológicas da extensão universitária

“Las universidades han llegado a ser así fiel reflejo de estas sociedades decadentes que se empeñan en ofrecer el triste espectáculo de una inmovilidad senil. Por eso es que la ciencia frente a estas casas mudas y cerradas, pasa silenciosa o entra mutilada y grotesca al servicio burocrático. Cuando en un raptó fugaz abre sus puertas a los altos espíritus es para arrepentirse luego y hacerles imposible la vida em su recinto. Por eso es que, dentro de semejante régimen, las fuerzas naturales llevan a mediocrizar la enseñanza, y el ensanchamiento vital de organismos universitarios no es el fruto del desarrollo orgánico, sino el aliento de la periodicidad revolucionaria.

Nuestro régimen universitario — aún el más reciente— es anacrónico. Está fundado sobre una especie de derecho divino; el derecho divino del profesorado universitario. Se crea a si mismo. Em el nace y em el muere. Mantiene um alejamiento olímpico. La federación universitaria de Córdoba se alza para luchar contra este régimen y entiende que em ello leva la vida. Reclama um gobierno estrictamente democrático y sostiene que el *demos* universitario, la soberanía, el derecho a darse el gobierno propio radica principalmente em los estudiantes.” (Barros et al, Manifiesto de Córdoba, 1918.)

Não queremos inculir no erro de propor uma visão falsa, salvacionista ou partimentada da extensão universitária. Assim que trazer à luz um recorte de algumas visões que fundamentaram as bases ontológicas da extensão universitária nos ajudará a situar e pontuar um espaço específico dentro deste amplo campo teórico.

Deixaremos de tratar, portanto, da construção das políticas para a extensão³, a fim de entrar mais profundamente nas idéias que constituíram e constituem o campo. Entendendo também, que, em sendo a extensão um elemento da Universidade, muito do que foi explicitado no item anterior a respeito das políticas do Estado voltadas ao ensino, a administração universitária e à pesquisa, também influenciaram as políticas e atuações em extensão universitária.

³Que teve, a título de ilustração, três principais marcos no Brasil: O Plano de Trabalho de Extensão Universitária (1975), com a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras; O Programa de Fomento à Extensão Universitária (1993); e O Plano Nacional de Extensão (1999).

Comumente fica a cargo da extensão universitária, dada a não universalidade da Universidade, dar conta da relação com a comunidade externa, com a porção da sociedade⁴ excluída do acesso à Universidade, como se o ensino e a pesquisa não representassem (e muitas vezes, de fato, não representam) já uma contribuição social. A partir desta visão, também, podemos observar o abandono da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no pensar e fazer a Universidade brasileira.

Partindo da pergunta: o que é extensão universitária? Somos levados às Universidades Populares do século passado na Europa. É interessante observar, já ali, uma visão muito presente até hoje na extensão universitária: o da dominação cultural. Segundo vários autores⁵ o objetivo destas universidades era o de *disseminar os conhecimentos técnicos*, portanto, ali na origem, estes intelectuais não buscavam “compreender as formas de vida e as propostas da classe trabalhadora” (Melo Neto, 2002, p.2), se não levar o conhecimento ao povo.

Paralelamente a esta experiência, aparece na Inglaterra uma visão de que a universidade deve contribuir com seus conhecimentos à população de forma geral. Melo Neto (2002) aponta aí um possível elemento da origem do termo extensão universitária, como que para carregar o conhecimento produzido no interior dos centros acadêmicos à sociedade fosse necessário *estender* a Universidade até a sociedade. É interessante observar que ambos os casos (Europa e Inglaterra) tratam de ações autônomas de grupos de intelectuais

Porém é o Estado norte-americano que inaugura uma visão da extensão universitária como *prestação de serviços*, atuando de duas formas distintas: no meio rural e por meio de cursos fornecidos aos excluídos da formação acadêmica regular. No seio desta política estatal está a intencionalidade de formação de técnicos.

No Brasil a extensão aparece inicialmente com reflexos das experiências da Europa. Chegam, inclusive, a ser criadas duas Universidades populares, uma na Paraíba e outra em São Paulo que, na mesma linha européia, tem por objetivo a disseminação do conhecimento científico e da cultura da elite. Tal ação “inicia-se pela promoção de “cursos de extensão””. (Melo Neto, 2002).

Porém, em 1938, com a criação da UNE, o movimento estudantil, fortemente influenciado pelo Movimento de Córdoba de 1918, traz nova luz à idéia de extensão: pela primeira vez tem-se, no Brasil, uma visão de relação entre universidade e sociedade. A questão passa a ser posta sob outra ótica, a Universidade voltada aos fins sociais e em integração na vida social popular.

⁴As palavras comunidade e sociedade aqui empregadas buscam apenas representar essa porção de pessoas expurgadas da Universidade, portanto não representam significados mais amplos que ambas palavras podem sugerir.

⁵ROCHA (1986), FAUNDES (1986) e BOTOMÉ (1992) Apud MELO NETO (2002)

Tais idéias têm origem antes, no Congresso Universitário, em 1908, no México que, mais tarde vem influenciar o movimento estudantil de Córdoba propositor de uma reforma universitária na Argentina. Para estes estudantes a extensão universitária surge como “fortalecimento de la función social de la Universidad. Proyección al pueblo de la cultura universitária y preocupación por los problemas nacionales” (Blondy, 1978 Apud Melo Neto, 2002, p.3). Aqui temos uma mudança importante no conceito de extensão que, além de carregar a preocupação da disseminação do conhecimento sistematizado da academia ao povo, propõe a participação conjunta, unitária, em torno das questões políticas sul-americanas. Esse movimento trás, portanto, um novo olhar, agora de integração da Universidade com o povo.

A chegada destas idéias ao Brasil com a União Nacional dos Estudantes revela um grande avanço, principalmente nos objetivos de democratização da universidade e estudo da realidade brasileira pela extensão universitária. Gerando a participação da academia na defesa dos direitos da classe trabalhadora. Porém ainda é uma visão marcadamente hierarquizante advinda de uma visão de transformação política de uma vanguarda que guiaria a massa à revolução, de uma elite detentora dos conhecimentos sobre a realidade e, assim, que levaria tais conhecimentos às classes populares.

A partir de 64, com a ditadura militar, a extensão universitária ganha uma conotação política própria. O governo assume algumas proposições do movimento estudantil para a extensão: cria os cursos de estudos da realidade brasileira e viabiliza, inclusive financeiramente, a extensão universitária com a criação de diversos projetos⁶ de relação direta entre estudantes e comunidades. Expurgando o sonho da universidade democrática com a forte repressão ao movimento estudantil e a sociedade como um todo, continha-se a reivindicação estudantil e faziam chegar às comunidades rurais seu projeto de desenvolvimento.

“Observe-se o papel político atribuído à extensão universitária demonstrando como pode também servir ao controle social e político. A universidade pode, dessa maneira, exercer efetivamente uma função social sem estar sob o ponto de vista das classes subalternas” (Melo Neto, 2002, p.5)

Existe também a idéia de “campi” avançados, vinculada à extensão, como um projeto cujo fim é adiantar o processo de desenvolvimento, levando conhecimentos tecnológicos de produção para as áreas rurais, defende-se que na ditadura militar essa era uma visão presente, tal tese ganha força dado o investimento em extensão na área da tecnologia. Segundo FRAGOSO FILHO (1984

⁶Projeto Rondon, Operação Mauá e diversos programas do Centro Rural Universitário de treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC.

Apud Melo Neto, 2002, p.5) a extensão “é um recurso inventado para queimar etapas do desenvolvimento, fazendo parte de um projeto da UNESCO, para os países de Terceiro Mundo. *Extensão* pode então ser entendida como ação prolongada da universidade junto à comunidade circundante; segundo, como expansão para outra comunidade carente e distante de sua sede, do resultado de sua atividade universitária”

A conceituação de extensão universitária do MEC vem pela Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior em 1985 e propõe a difusão de conhecimento, o oferecimento de serviços à população e a ação conjunta com o ensino e a pesquisa. Porém, no ano seguinte com o relatório do GERES, apesar de propor a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão “a formulação sobre a extensão é ausente nesse relatório que, por seu turno, reforça sua compreensão idealizada de universidade (...)” (Melo Neto, 2002, p.5)

Nas áreas tecnológicas é difundida ainda outra visão de extensão, marcada pela parceria com empresas privadas, busca a produção conjunta de tecnologia. Tal corrente ainda trás uma visão da universidade arcaica que se moderniza junto ao mercado, tanto na produção no interior dos laboratórios como na reciclagem de professores frente novas tecnologias do mercado. “Antes de tudo, deve-se questionar essa modernização perguntando pelo menos a quem ela serviria, mesmo que se realizasse através da extensão.” (Melo Neto, 2002, p.6)

Desde a ditadura, com a herança das formulações estadunidenses, tem-se uma prática extensionista marcadamente assistencialista. Um marco importante de quebra com esta prática é a proposta de extensão da Universidade de Brasília em 1989 disseminada pelo Decanato de Extensão. Tal proposta reafirma a importância da educação para a cidadania na sociedade brasileira e propõe um direcionamento da extensão universitária para “a autonomia política dos segmentos populares, resgatar sua cidadania e lutar contra o tradicional e nocivo assistencialismo.” (UnB Apud Melo Neto, 2002, p.6).

Há ainda as visões de extensão dos documentos criados nos espaços representativos dos pró-reitores de extensão. Tais documentos são muito importantes, pois traduzem as idéias que efetivamente são levadas a cabo nas instituições, já que os pró-reitores retornam às suas Universidades levando, no mínimo, as discussões realizadas.

O I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária ocorreu em 1987, em Brasília, como primeiro marco da entrada desta atividade acadêmica na Constituição brasileira e trouxe uma visão bastante avançada de extensão. Nesta já se vê presente uma crítica aos modelos tradicionais e, mais importante, a definição conceitual de uma linha de atuação. Segundo Melo Neto (2002), é com base na concepção de extensão universitária apresentada no relatório final deste fórum que a maioria das Universidades tem trabalhado até os dias de hoje:

“Processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica que encontrará, a sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será associado aquele conhecimento. Este fluxo que estabelece a troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizada deste processo dialético de teoria/prática, extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integradora social” (BRASIL/MEC, I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária, 1987 Apud Melo Neto, 2002, p.7)

Já o XIII Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste, realizado em 1994, traz uma visão ampla de extensão, que serve para abrir a possibilidade para a diversificação (e ampliação) das parcerias entre Universidade e sociedade. Extensão como: “a porta da qual os clientes e usuários têm de bater, quando necessitados” (SOUZA, 1994 Apud Melo Neto, 2002, p.6).

Têm-se também as resoluções do VIII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, no mesmo ano de 1994, que apresentam uma visão de extensão articulada para a cidadania, colocando a Universidade como um sujeito social cujo dever é a difusão de conhecimentos para a construção da cidadania, principalmente aos setores excluídos da sociedade.

A grande diversificação das práticas em extensão universitária se dá, também, pela incapacidade da lei brasileira em especificar, definir claramente a extensão universitária. A Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LBDEN nº 9394/1996) segue apenas reafirmando a extensão universitária como o caminho da sociedade ter acesso aos conhecimentos produzidos no interior da Universidade.

No mesmo sentido, o Plano Nacional de Extensão Universitária (1999), apesar de, a partir das definições do I Fórum de Pró-Reitores de e Extensão Universitária, trazer novos elementos, como, por exemplo, um destaque para a necessidade da produção de conhecimento e não apenas a promoção de uma relação entre os saberes acadêmicos e populares, propõe uma idéia vaga e muito ampla de extensão universitária. Como se essa fosse resolver todos os problemas da Universidade e da sociedade brasileira. Define a importância deste plano, entre outras, como “a

viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no país.” (BRASIL/MEC, Plano Nacional de Extensão Universitária, 1999, p.7).

Portanto, pode ser sintetizada em todas as suas compreensões a extensão universitária como *práticas*. A ação de interação da Universidade com a sociedade. Apesar de avanços pouco se constituiu como consenso a respeito dessa ação da universidade para/com a sociedade. Mas a pergunta que agora se coloca é onde se encaixam tais práticas apontadas? Como poderíamos categorizá-las?

1.2.1. Rumo a uma abordagem crítica

A ação de estender a Universidade à sociedade pode se dar de diversificadas maneiras e pode assumir diferentes conceituações, como apontamos anteriormente. Buscaremos, neste momento, construir um olhar criterioso para estas conceituações a fim de definir uma nova abordagem que possa estruturar as ações dos projetos de extensão universitária.

É quase um consenso nos tempos atuais que, no campo da extensão, deve-se combater o assistencialismo e a mera prestação de serviços. Tal idéia apresenta-se no Plano Nacional de Extensão Universitária, na proposição de uma extensão universitária: “que vai além de sua compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos (cursos, conferências, seminários), prestação de serviços (assistências, assessorias e consultorias) e difusão cultural (realização de eventos ou produtos artísticos e culturais)” (BRASIL/MEC, Plano Nacional de Extensão Universitária, 1999, p.2).

O primeiro marco do pensamento crítico no campo da extensão universitária é o livro “Extensão ou Comunicação?” de Paulo Freire, editado no ano de 1983, e que influenciou todos os debates dali para frente. A partir, fundamentalmente, das experiências de extensão rural, o autor propõe a substituição do conceito de extensão para comunicação.

Partindo de uma perspectiva da formação pela palavra, da construção do “campo lingüístico” e, portanto, do “campo associativo” dos conceitos, inicia o olhar para a extensão. Associa, então, o conceito à: “transmissão, sujeito ativo (o que estende), conteúdo (que é escolhido por quem estende), recipiente (do conteúdo), entrega (de algo que é levado por um sujeito que se encontra “atrás do muro” àqueles que se encontram “além do muro”, “fora do muro”. Daí que se fale em atividades extra-muros), messianismo (por parte de quem estende), superioridade (do conteúdo de quem entrega), inferioridade (dos que recebem), mecanicismo (na ação de quem estende) e invasão cultural (através do conteúdo levado, que reflete a visão do

mundo daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente recebem).” (Freire, 1983, p.21)

Afirma ainda que, em sendo a ação da universidade, para a comunidade, uma ação educativa, compreendida como prática para a Liberdade, jamais poderia estar relacionada ao conceito de extensão.

“Por isto mesmo, a expressão “extensão educativa” só tem sentido se se toma a educação como prática da “domesticação”. Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com êste saber, os que habitam nesta.” (Freire, 1983, p.24)

Segundo Barbieri (2008), parafraseando com Paulo Freire, a extensão universitária assim entendida, como uma ação estática, unilateral, abdica da possibilidade de uma postura transformadora sobre a realidade. “Quando entendida dessa maneira, a extensão tende a se voltar principalmente à adaptação dos sujeitos ao contexto social, pautada no entendimento de que o papel da universidade é promover e doar conhecimento acadêmico” (Barbieri, 2008, p.23)

Nesta discussão, ROCHA (1980 Apud Melo Neto, 2002, p.7) em sintonia com Paulo Freire, aponta diversas práticas, para ele equivocadas, em extensão universitária: “como prestação de serviços, como estágio expressando, as mais das vezes, a agregação da universidade aos programas de governo, opção de captação de recursos, expressão da autonomia do ensino e da pesquisa, como possibilidade de se estudar a realidade e ainda como qualquer atividade que não possa situar-se como ensino ou como pesquisa.” (Melo Neto, 2002, p.7).

Melo Neto (2004), com a preocupação característica de quem faz extensão universitária, nos aponta, porém, que a proposta freireana não garante um que fazer extensionista. Ainda que muito importante, não nos ajuda a definir o que é esta ação de comunicação com a sociedade, afinal ela não pode ser apenas uma relação.

“A superação desse tipo de conceito exigirá que outros demonstrem a instauração do diálogo como pressuposto de suas realizações, dando prioridade às metodologias que incentivem a participação dos envolvidos nesses processos. Extensão também é expressão de relações processuais, contudo não é essa relação em si mesma.” (Melo Neto, 2004, p. 52)

É necessário voltar-se às questões que o enfrentamento com realidade objetiva por aqueles que vivem a extensão universitária suscitam. E nessa linha que se encontra a, já citada, definição proposta pelo I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária:

“Processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e a sociedade. A extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica que encontrará, a sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será associado aquele conhecimento. Este fluxo que estabelece a troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira regional; a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizada deste processo dialético de teoria/prática, extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integradora social” (BRASIL/MEC, I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária, 1987 Apud Melo Neto, 2002, p.7, grifo nosso)

Debrucemo-nos sobre alguns pontos desta definição.

Melo Neto (2004) define a perspectiva da extensão universitária como *via de mão dupla*, na visão do fórum, em sendo uma suposta troca de conhecimentos entre a Universidade e a sociedade, uma ligação entre ambos os espaços num movimento que possibilitaria a democratização do conhecimento acadêmico além da participação da comunidade dentro da Universidade. Porém o autor defende que a colocação da extensão universitária como *via de mão dupla* não garante a superação das relações de dominação e de exclusão das camadas populares na produção e aquisição cultural.

“Ora, será que a democratização do conhecimento, mesmo aquele acadêmico, resolve-se pela extensão através da perspectiva de mão dupla? Sabe-se que a questão da democratização do conhecimento envolverá a produção e a posse dos resultados, constituindo-se, dessa forma, numa questão muito mais abrangente e complexa.” (Melo Neto, 2004, p.48)

Indo além, Melo Neto (2004) aponta que a visão de extensão como via de mão dupla em si separa a Universidade da sociedade, como se uma não fizesse parte da outra. Questiona ainda quando se diz que a produção do conhecimento se dará em confronto com a realidade local, regional, etc. se aí não está um elemento de uma relação unívoca em que a Universidade vai até a sociedade e dela retira elementos para a produção do conhecimento, mas mantendo a ideia de que o conhecimento só se produz nos espaços acadêmicos?

“Esta compreensão de extensão, como via de mão dupla, pode destacar, ainda, um retorno dos conhecimentos para a universidade, como se aí estivesse o único espaço para a reflexão teórica. Não se estará gerando uma dicotomia, inclusive espacial, da condição de reflexão teórica, ao transladá-la para o espaço da universidade?” (Melo Neto, 2004, p.51)

Voltando à definição do I Fórum de Pró-Reitores, cabe ressaltar a colocação de extensão como um *trabalho interdisciplinar*, assim superando a visão distanciada da prática extensionista e definido uma proposta de ação para a extensão a partir da categoria *trabalho*. Para Melo Neto (2004), em consonância com as questões postas pelo fazer extensão as colocações das resoluções finais do I Fórum de Pró-Reitores demonstram as seguintes evoluções:

“(…) a extensão busca atender as multiplicidades de perspectivas em consonância com os seguintes princípios: a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades da região; a universidade não pode entender-se como detentora de um saber pronto e acabado; a universidade deve participar de todos os movimentos sociais, visando à construção da cidadania. Nesse aspecto, a extensão pode “ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre esta realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visam à transformação social” (ibid.: 8).” (Melo Neto, 2004, p.53)

Para Melo Neto (2004) ao aproximar a extensão universitária da categoria trabalho para uma visão integradora da sociedade, apesar da grande evolução no campo conceitual do termo, tem-se uma problemática: “Como integrar pessoas em sociedades que lhes excluem?” (Melo Neto, 2004, p.53). O autor questiona a intenção mesma dessa integração, pressupondo que essa sociedade que produz a desigualdade pode não ser querida pelos sujeitos da extensão que, ao invés de integrar-se, podem propor a buscar sua superação.

Portanto, deve-se ir além da conceituação de extensão universitária como trabalho. “Esse trabalho tem uma dimensão educativa e precisa, conseqüentemente, ser *qualificado*.” (Melo Neto, 2004, p.53-4). Deve-se buscar uma qualificação a este trabalho que suporte a visão processual de extensão, de aprendizagem dos sujeitos envolvidos, e que produza um construto para o momento atual, articulando o ensino e a pesquisa com a realidade.

Além disso, não deve, a Universidade, se ausentar dos problemas locais, a extensão vista não só como um construto teórico duradouro mas também como forma de responder às necessidades imediatas dos setores da sociedade. “A realidade apresenta desafios para todos os projetos sociais alternativos em andamento que podem ver a universidade com o papel de contribuir de diferenciadas formas” (Melo Neto, 2004, p.55). Deve ser, então, um trabalho permanente, continuado que tenha como ponto de partida “o concreto real que, submetido à análise da teoria, da abstração, vai vislumbrando outras possibilidades ideológicas da extensão.” (Melo Neto, 2004, p.55).

Por fim, nessas bases, Melo Neto (2004) propõe um novo conceito de extensão universitária, agora vista como um trabalho social com uma utilidade definida, ou *trabalho social útil*. Tal visão surge de trabalhos que vem sendo realizados entre a Universidade e a sociedade, não como duas partes separadas, passíveis de integração, mas como um ente único.

“O sentido que se propõe é de um trabalho social útil como processo educativo, cultural e científico, porém voltado à construção de uma nova hegemonia. O trabalho aqui aparece configurado com a própria classe subalterna, especialmente dirigido à organização dos seus diferentes setores.

De acordo com esse entendimento, a universidade e a comunidade devem ser as possuidoras do produto desse trabalho. Um trabalho que carece da presença da crítica como ferramenta nas atividades que o constituem. Esse conceito traz, em si, a dimensão de superação do senso comum ao expor e explicar os elementos da realidade. Elementos que são gerados a partir de formulações abstratas, mas tendo na realidade, no mundo concreto, a anterioridade de suas bases analíticas. Nesse movimento de análise da realidade, um segundo movimento tem continuidade no campo das abstrações, em busca de elementos ainda mais abstratos, permeados, entretanto, pelo concreto inicial. Finalmente, através dos recursos expostos por essas abstrações, busca-se criar um novo concreto, permeado das abstrações anteriores, enfim, um concreto, agora, cheio de pensamento” (Melo Neto, 2004, p.57)

Falar em extensão como trabalho social útil abre um leque de novas problemáticas: alienação do trabalho, divisão do trabalho, separação entre teoria e prática, entre trabalho intelectual e manual, permanência e etéridade, intencionalidade do trabalho, entre outras. Porém, não nos debruçaremos aqui sobre elas, mas esperamos tratar de alguns pontos importantes nos capítulos que seguem.

Cabe fechar este debate apontando que, mesmo que supostamente superadas, as diversas visões aqui apresentadas de extensão universitária continuam até hoje se convertendo em práticas extensionistas nos centros universitários. Encontramos ainda uma extensão marcadamente assistencialista, pautada na dominação cultural e na prestação de serviços. É interessante observar, inclusive em projetos de extensão pautados na educação popular, na dialogicidade, uma grande dificuldade, por parte de estudantes e professores universitários⁷, em desprender-se da terminologia teórica e estabelecer um real diálogo com as comunidades envolvidas.

⁷A rápida reflexão à esse respeito nos leva à conclusão de que temos um ensino e uma estrutura hierárquica muito forte na Universidade e seus membros carregam para os espaços “além-muro” essa característica. Além disso, no nosso trabalho a incubadora nos deparamos cotidianamente com a visão da sociedade campineira a respeito da Unicamp, como uma ilha para privilegiados. Nossa Universidade parece participar muito mais das intenções políticas em transformar a Região Metropolitana de Campinas no maior pólo industrial do país do que nas questões da pobreza.

2. A INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNICAMP (ITCP-UNICAMP)

Dentro do grande espectro que representa a extensão universitária no Brasil poucos são os projetos alinhados a uma visão crítica da extensão. As secretarias de projetos comunitários representam uma ínfima parte da extensão universitária, e são exatamente estes, que tem em sua tradição a educação popular, os que ensaiam uma tentativa de quebrar com os paradigmas da extensão universitária tradicional.

Neste caminho trazemos o exemplo da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp numa tentativa de buscar um alinhamento, ou não, com a visão do Professor Doutor José Francisco de Melo Neto de extensão universitária como um *trabalho social útil*, buscando com esse trabalho encontrar ações que reflitam a presente conceituação. Além disso, buscamos difundir e incentivar o crescimento da extensão universitária como um trabalho social útil engajado nas questões urgentes da sociedade brasileira e na transformação radical da mesma.

Será a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp um projeto que busca direcionar a pesquisa e o ensino para um outro projeto social?

Iniciemos com um olhar para as palavras que compõe o nome desse projeto, buscando possíveis contributos iniciais para a compreensão do que é este projeto: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares.

Incubadora. Remete-nos à incubadora de bebês, incubar o bebê é garantir a sua sobrevivência para que em breve possa caminhar independente. Tal idéia deu origem às incubadoras de empresas surgidas nos EUA e muito difundidas no Japão, que tem como objetivo promover maior dinamismo econômico e tecnológico em empresas, elas entram nas empresas, buscam soluções para mais dinamismo e maior lucro e saem, como uma prestadora de serviços.

Incubadora Tecnológica. As incubadoras tecnológicas se espelham nas incubadoras de empresas, porém voltadas à área da tecnologia, produzem tecnologia para solucionar problemas e gerar rendimento. Existem incubadoras deste tipo nas Universidades que, em parcerias com empresas privadas, prestam um serviço de produção tecnológica (normalmente mais barato que no mercado) às empresas.

Cooperativas Populares. Originadas nos anarquistas pré-Marx são uma forma de livre associação de pessoas baseada na democracia direta e na autogestão. Hoje se converteram numa forma legal de associação da sociedade civil e muito de seu caráter autogestionado não hierarquizante se perdeu com a “legalização”. Converteram-se em uma saída de sobrevivência à exclusão social e de flexibilização dos direitos dos trabalhadores.

O cenário não é muito bom. Mas mesmo que a ITCP origine-se na idéia das incubadoras de empresas, ao trazer o trabalho com as cooperativas populares difere-se em muito das primeiras. Primeiro trabalha diretamente com as contradições do campo produtivo e da vida do trabalho, terreno fértil. Depois pressupõe a autogestão do povo através de organismos horizontais, fugindo do lugar da prestação de serviços e adentrando nas questões cotidianas da autogestão. Foge da reta. Nem o Estado nem o mercado funcionam por autogestão, o tempo da autogestão é outro e a quebra com a hierarquia é, querendo ou não, radicalização.

2.1. Breve levantamento histórico do surgimento de ITCPs no Brasil

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) surgem no cenário das universidades brasileiras a exemplo da primeira ITCP criada na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1996, na Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia (COPPE) da UFRJ. Baseados nas incubadoras de empreendimentos surge, em meio a docentes e discentes, a ideia de fazer um projeto de uma incubadora de cooperativas populares que integrasse o conhecimento tecnológico produzido no interior da Universidade aos problemas enfrentados pelas cooperativas populares da região. Essa experiência foi muito importante não só para o surgimento de novas ITCPs como também para a construção unificada de um plano de trabalho para as futuras incubadoras.

Em 1998, como resposta a esta experiência, surge o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc) formado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Banco do Brasil, Fundação Banco do Brasil e Centro de Orientação e Encaminhamento Profissional (Coep). Este programa, que tem como finalidade financiar o trabalho de incubação de empreendimentos cooperativos, ocorre concomitantemente à criação de mais cinco incubadoras universitárias em algumas das principais Universidades do país: UFC, UNEB, UFRPe, USP E UFJF. Com essas experiências começam a pipocar ITCPs em diversas outras Universidades tendo como “projeto piloto” a experiência da ITCP/Coope/UFRJ, porém o Proninc se restringe a uma verba pequena e as ITCPs começam a buscar financiamentos em outros projetos e na iniciativa privada.

Mesmo assim o Proninc se configura como a principal forma de captação de recursos das ITCPs e fundamental para a criação de novas incubadoras. Em seu projeto se propõe a contribuir no desenvolvimento de metodologias de incubação que contribuam com o conhecimento acadêmico na produção de tecnologia social e solução de problemas junto aos empreendimentos cooperativos. Essa finalidade do projeto é importante para o movimento no sentido de garantir

uma construção conjunta de metodologias de incubação junto a empreendimentos, partindo do modelo de incubação da ITCP/Coop/UFRJ outras ITCPS começam seus trabalhos e contribuem ao longo dos anos para a efetivação e aprimoramento desta metodologia.

Nessa conjuntura é criada a Rede de ITCPs, importante órgão representativo e de aglomeração das incubadoras. A Rede Universitária de ITCPs é um órgão estruturado através de coordenações regionais (Norte, Nordeste, Centroeste, Sudeste e Sul), são organizados encontros anuais em cada regional e um encontro nacional. Com um tema central o encontro funciona como espaço de discussão e formação, além de deliberar sobre questões estruturais e de andamento da Rede. Os encontros nacionais são muito importantes para dar uma unidade à atuação das ITCPs e também para trocar experiências e metodologias de trabalho. Atualmente a rede conta com 41 ITCPs em sua composição.

Em 2003, com a entrada de Lula e a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), vinculada ao Ministério do Trabalho, o Proninc ganha peso e volta a financiar ITCPs por todo o Brasil. Neste novo cenário vão-se criando mais ITCPs sob financiamento da Finep e coordenação da Senaes, e em 2008 já se tem mais de 80 Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares no Brasil.

2.2. ITCP/UNICAMP

“Ela se propõe a incubar cooperativas populares. Atualmente grupos produtivos ligados a movimentos sociais, esse é o foco. (...) fazer um processo de formação com grupos que queiram se tornar cooperativas ou outro formato jurídico que tenha a questão da autogestão como centro.” (Waldeia Pires, 04/07/2011)

2.2.1. Histórico

Ao voltar o olhar para a Universidade Estadual de Campinas, o objeto de estudo desta pesquisa, cabe ressaltar a primeira experiência com Economia Solidária e Cooperativismo ocorrida no ano de 2000, decorrente de uma greve de funcionários. Os funcionários terceirizados da limpeza hospitalar, ao aderirem à greve do sindicato da Unicamp, são demitidos em massa por justa causa e na busca por uma solução surge a idéia de, em parceria com a ITCP da USP, criar uma cooperativa de limpeza hospitalar com os 120 trabalhadores demitidos.

Em 2001, ano subsequente, assume a administração da Prefeitura Municipal de Campinas o Prefeito Antônio da Costa Santos, do Partido dos Trabalhadores. Este governo fomenta o

cooperativismo e a economia solidária através da criação do Programa de Economia Solidária, dentro da Secretária de Trabalho e Renda, cuja função é planejar e executar políticas públicas nesta área. Propõe-se uma parceria entre a Prefeitura e Unicamp que é concretizada na criação da ITCP/Unicamp em 28 de Agosto de 2001 após um seminário para se discutir a viabilidade, estrutura e objetivo deste projeto. A partir da resolução nº86 do Gabinete do Reitor Hermano Tavares é criada a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp junto à Pró-reitoria de Assuntos Comunitários (PREAC) estabelecidos os objetivos da incubadora e sua coordenação por um Conselho Orientador formado por Docentes de diversos institutos. Este projeto é ratificado sobre uma primeira versão escrita pelo, então, Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários, Prof. Dr. Mohamed Ezz El-Din Mostafa Habib.

O cenário era muito positivo: seria um projeto, apoiado pela Prefeitura e gerido pelos estudantes sob o respaldo do Conselho Orientador, que representaria mais um braço da realização de uma política de Economia Solidária e de fomento ao cooperativismo como estratégia de organização civil. Porém em 10 de Setembro de 2001, um dia depois de assinar um acordo com a ITCP/Unicamp referente à formação e qualificação de grupos que se tornariam cooperativas, o Prefeito é assassinado. Nos meses seguintes o caráter central, alinhado com as diretrizes nacionais para a Economia Solidária, deste Programa e da Economia Solidária em Campinas se perde. Ao longo dos anos o Programa de Economia Solidária de Campinas vem se transformando em um espaço de políticas de baixo investimento e muito pautadas no empreendedorismo, descaracterizadas as ideias transformadoras do cooperativismo e da Economia Solidária presentes nas concepções políticas da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária).

Após um primeiro seminário de capacitação em Economia Solidária dado pela ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária) que serviu como base teórica para a atuação da Incubadora, a ITCP/Unicamp em março de 2002 organizou, junto à PREAC, o “II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares”, no qual outras ITCPs participaram como convidadas para expor suas metodologias de trabalho. A partir dessas discussões, em uma semana de debate, os monitores da ITCP/Unicamp definiram seu embasamento e iniciaram o trabalho de incubação de grupos cooperativos.

Ainda neste ano a incubadora se alojou no espaço de extensão conquistado pelo movimento estudantil na Rua Seis de Agosto, 151, Cidade Universitária Zeferino Vaz e passou a contar com um funcionário em período integral da Escola de Extensão da Unicamp. Ali funcionou até 2010 um espaço de centralização dos projetos de Extensão comunitária, a ITCP dividiu com mais dois projetos as seis salas e manteve forte diálogo com ambos. No ano de 2010 a reitoria realocou estes três projetos ao lado de onde se encontravam, dentro da PREAC, com o argumento de que aquele espaço era mal utilizado e seria construído ali mais um prédio da reitoria.

2.2.2. Os projetos da ITCP/UNICAMP

O primeiro projeto realizado pela ITCP/Unicamp foi esse convênio com a Prefeitura Municipal de Campinas em Janeiro de 2002, cujo objetivo era oferecer cursos de capacitação a 8 grupos que se tornariam cooperativas futuramente. Com duração de 6 meses o “Projeto Campinas” possibilitou, também, a realização da “I Capacitação de Monitores da ITCP/Unicamp” que seria uma forma de garantir futuros formadores (estudantes universitários que realizam os projetos da incubadora) da ITCP e divulgar a Economia Solidária dentro do espectro da Unicamp.

O Projeto Campinas foi renovado ao fim de 2002, agora para a incubação de 11 grupos no período de 24 meses. Nesse contexto estabeleceu-se um trabalho predominante nas áreas de triagem de resíduos sólidos, agricultura familiar, construção civil e artesanato que permanece, com variações em determinados momentos, até hoje. Seis grupos se constituíram como cooperativas a partir deste trabalho, o projeto também possibilitou a realização da “II Capacitação de Monitores da ITCP/ Unicamp”.

Porém neste momento começa a haver uma discrepância entre as ambições da ITCP e da Prefeitura e por condições inadequadas de trabalho, falta de infraestrutura e atraso nos repasses financeiros a ITCP rompe o convênio com a Prefeitura. Além disso, a política de Economia Solidária começa a se transformar drasticamente, e as cooperativas passam a ser uma ferramenta contra o desemprego e de trabalho precarizado para trabalhadores excluídos do mercado formal. A máfia das grandes empresas de lixo, por exemplo, fomenta a criação de cooperativas de triagem de material reciclável que façam este trabalho árduo e depois revendam o material devidamente separado a preços baixíssimos. Tais empresas funcionam como atravessadoras entre a cooperativa e a indústria que compra o material, além de ditar o preço dos materiais para garantir seu lucro sobre o baixo custo do trabalho das cooperativas.

No fim do ano de 2004 a ITCP/Unicamp começa sua parceria com o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), este convênio tinha como meta a formação de 8 Empreendimentos Econômicos Solidários. Além da incubação o financiamento possibilitou a realização da III e IV Capacitação de monitores e uma maior estruturação do projeto, com bolsas para uma coordenação executiva e assessores de áreas específicas.

Em 2005 inicia-se um novo projeto financiado pela FINEP/RTS com duração entre fevereiro de 2006 e outubro de 2007. Eram dois os objetivos deste projeto: a incubação de dois grupos autogestionários, no município de Campinas, em parceria com o Programa Municipal de

DST/AIDS, e a formação de uma Incubadora junto ao Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira (Idesc), localizado em Registro.

Em maio de 2008 firma-se novo convênio com a Finep que dá continuidade ao Proninc até junho de 2010. A meta desse novo projeto é dar continuidade aos trabalhos que estavam em andamento, além de fomentar a criação de uma rede de cooperativas de base artesanal na Região Metropolitana de Campinas. Essa última retomando a parceria com a Prefeitura Municipal que entraria com a indicação de grupos para constituir a rede. Ainda sob este financiamento foram realizadas a VI e VII Capacitação de Monitores para a ITCP/Unicamp sob o molde de cursos da Escola de Extensão da Unicamp abertos à comunidade campineira.

Em junho de 2008 a incubadora assinou convênio com o Ministério da Educação com fim em dezembro de 2008. Tal financiamento se destinou à publicação de duas revistas da ITCP/Unicamp: *Empírica e Coletiva*. A primeira uma sistematização da metodologia da ITCP e de oficinas separadas por eixo temático, a segunda uma publicação de artigos que dissertaram sobre o processo de incubação em diversos casos específicos.

Dois projetos se destacam em objetivos aos demais, projetos que desenvolveram parcerias entre a pesquisa e a incubação com a finalidade de desenvolver soluções tecnológicas dentro das cooperativas. O primeiro, em setembro de 2004, teve como parceira a empresa privada Pratec e objetivava levar a tecnologia de produção de mantas térmicas de subcobertura a partir de embalagens do tipo “longa vida” para cooperativas de triagem de resíduos sólidos. Desta forma as cooperativas teriam um produto se utilizando como matéria-prima um material de difícil reciclagem. O segundo projeto, sob financiamento do CNPq, ocorreu em março de 2006 e teve como objetivo pensar a melhoria das condições de trabalho das triadeiras nas cooperativas de triagem de resíduos sólidos. Seu produto final foram equipamentos (mesas ergonômicas) de triagem adaptados às necessidades apontadas pelos próprios trabalhadores.

2.2.3. A autogestão da ITCP/UNICAMP

Segundo o Regimento Interno, que objetiva “orientar as atividades da incubadora”, “seguindo os princípios da economia solidária e da autogestão”, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp é um programa de extensão e pesquisa com as seguintes finalidades:

“Art. 2º - São finalidades da ITCP UNICAMP:

a) Contribuir com o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil a partir de um processo de formação política dos trabalhadores, para a geração de trabalho e renda e para o combate da precarização do mesmo.

b) Objetivos Gerais: Articular o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular produzido fora dos muros da Universidade, na busca por um saber válido e a serviço da transformação social. Isso, através da construção de uma nova maneira de fazer ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável e com participação dos setores historicamente excluídos da sociedade, problematizando a forma tradicional de produzir ciência da academia, questionando as práticas de extensão da universidade através da concretização de uma prática transdisciplinar e comprometida com a participação popular.

c) Objetivos específicos:

1.1 Lutar junto aos grupos, cobrando o apoio efetivo de políticas públicas à Economia Solidária, efetivando parcerias, aproximação institucional e troca de experiências com outras incubadoras.

1.2 Fomentar o debate político no Fórum Municipal de Ecosol e na COMESC (Comissão Municipal de Economia Solidária de Campinas) sobre as reivindicações e ações conjuntas com os grupos autogestionários trabalhando com os mesmos e com os formadores e formadoras a importância política de ocupar os espaços de discussão pública da Ecosol, para que as reivindicações construídas sejam pautadas em todas as instâncias do movimento;

1.3 Atuar regionalmente para possibilitar que a Ecosol aconteça para além dos grupos incubados (feiras, associações...); proporcionando encontros que visem o fortalecimento político e articulação dos grupos e cooperativas entre si e entre os diversos movimentos sociais, gerando autonomia e novas possibilidades de ações conjuntas;

1.4 Atuar na Rede Universitárias de ITCPs e participar nos seus encontros, congressos e seminários.”

(Regimento Interno da ITCP/UNICAMP, 2008)

A incubadora tecnológica de cooperativas populares da UNICAMP é, portanto, um projeto de extensão comunitária financiado por editais estaduais que atua na área da Economia Solidária com grupos associativos e cooperativas (ou Empreendimentos Econômicos Solidários) da região de Campinas. Numa parceria, busca fazer uma formação técnica e política destes grupos, além de estabelecer um diálogo entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento produzido no interior dos grupos.

“O conhecimento carrega os valores e interesses predominantes no contexto no qual foi desenvolvido e, por isso, não é neutro. Os trabalhadores e trabalhadoras dos Empreendimentos Econômicos Solidários podem ser considerados atores historicamente excluídos da produção de conhecimento, o que nos permite dizer que é pouco provável que seus valores e interesses estejam presentes na produção acadêmica convencional. Além disso, a Economia Solidária tem como fundamento a autogestão, bandeira histórica dos trabalhadores e das trabalhadoras, que pressupõe não apenas uma maneira alternativa de produzir o sustento, mas também, quando ligada à universidade, de produzir conhecimento.” EMPÍRICA, 2009⁸

A atuação se dá em algumas frentes: na luta conjunta com os grupos incubados, na defesa da extensão não paga internamente na Universidade, no desenvolvimento da Economia Solidária e do cooperativismo e na parceria com outros movimentos sociais.

Participativa nos encontros da Rede Universitária de ITCPs (regionais e nacionais), no Fórum Paulista de Economia Solidária e na Comissão Executiva do Fórum Municipal de Economia Solidária de Campinas (Comesc), a ITCP/UNICAMP busca estar presente e atuante tanto no debate da Economia Solidária quanto no de ITCPs.

A participação nos espaços de Campinas é sempre engajada na luta dos grupos e na tentativa de fortalecer uma organização autônoma dos mesmos. É possível verificar essa intencionalidade na frequente indicação para os grupos, por ela incubados, em participar das reuniões da Comesc (Comissão executiva do Fórum de Economia Solidária de Campinas). E também pela organização anual do Encontro de Cooperativas de Campinas (em sua 4ª edição), um espaço criado pela incubadora mas com o objetivo cada vez maior de fomentar uma rede orgânica entre as cooperativas. A edição de 2009 teve uma comissão de organização mista entre formadores da ITCP e cooperados e saiu sob o seguinte mote: Estamos em luto mas temos esperança. Com espaços deliberativos, nesse encontro, foi criada uma comissão de pressão à

8 www.itcp.unicamp.br/empirica - Revista eletrônica que sistematiza oficinas construídas pela ITCP/UNICAMP

Prefeitura com representantes dos três setores produtivos principais: Triagem de resíduos sólidos, artesanato e agricultura.

Sendo um projeto de extensão e pesquisa, a incubadora incentiva seus formadores ao aprofundamento teórico em sua área de atuação e incentiva a produção escrita teórica e em relação com a prática vivida nas incubações. Quando do momento de concorrer a algum edital, sempre se garantem bolsas que financiem aos formadores horas de trabalho e horas de estudo.

Cabe também ressaltar que, na carência de um membro da coordenação executiva, qualquer monitor poderá representar a incubadora em atividades externas, já que é direito (e dever) de todos estar a par das informações da incubadora como um todo (através das reuniões do coletivo). Desta forma a autogestão da ITCP/Unicamp busca garantir um espaço de trabalho não alienado, pelo menos internamente, consciente e empoderado de todos os processos que, naquele momento, atingem a incubadora. O Regimento Interno da ITCP/Unicamp busca garantir isso em seu 7º capítulo:

“CAPÍTULO VII

Dos Direitos e Deveres

Art. 5º - São direitos dos participantes em geral:

- a) Fazer parte de todos os espaços de discussão da incubadora;
- b) Receber todas as informações das atividades da incubadora.

Art. 6º - São direitos dos monitores e assessores da ITCP:

- a) Votar e ser votado;
- b) Representar a ITCP em instâncias e atividades;

Art. 7º - São deveres dos monitores e assessores da ITCP:

- a) Cumprir suas horas de trabalho.
- b) Participar das reuniões, atividades de incubação e outras atividades planejadas pelas instâncias.
- c) Cumprir nos prazos previstos as atividades de trabalho que lhe forem designadas nas diversas instâncias.
- d) Buscar aprofundamento teórico dentro de sua área de atuação.”

2.2.3.1. Da Estrutura

A estrutura da incubadora é, peculiarmente, construída sobre a opção de buscar a interlocução entre as disciplinas, e retomar uma interdisciplinaridade orgânica. A escolha dos formadores, estudantes universitários que realizam o trabalho de acompanhamento dos grupos associativos e de coordenação geral do projeto, busca abranger as mais diversas áreas do conhecimento, e dentro da incubadora todos os membros se dividem em sete grupos de estudo. Sobre esta base a estrutura se constitui até as equipes de trabalho que atuam diretamente com as cooperativas.

No contexto de 2010 a estrutura se dava da seguinte forma:

1. Sete Grupos de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária (GEPES):

- a. Processos Pedagógicos;
- b. Planejamento Econômico;
- c. Comunicação e Artes;
- d. Relações de Gênero;
- e. Produção e Tecnologia;
- f. Saúde do Trabalhador; e
- g. Dinâmica das Relações Humanas.

-- // --

2. Formadores, Assessores, Coordenadores e Pesquisadores Associados, todos vinculados a algum GEPES, compõe o Coletivo e a Coordenação Geral da seguinte forma:

a. Três Equipes de Trabalho:

- i. Triagem de Resíduos Sólidos – Equipe Rede;
- ii. Construção Civil – Equipe Em construção; e
- iii. Agricultura.

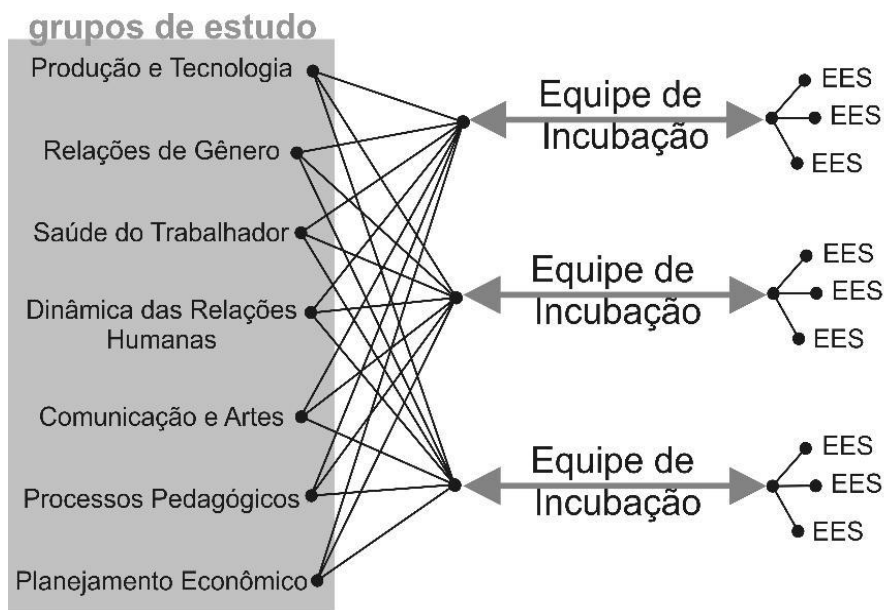
b. Três Assessores:

- i. Informática;
- ii. Jurídico; e
- iii. Comunicação.

- c. Três Coordenadores Executivos; e
- d. Quatro Pesquisadoras Extensionistas.

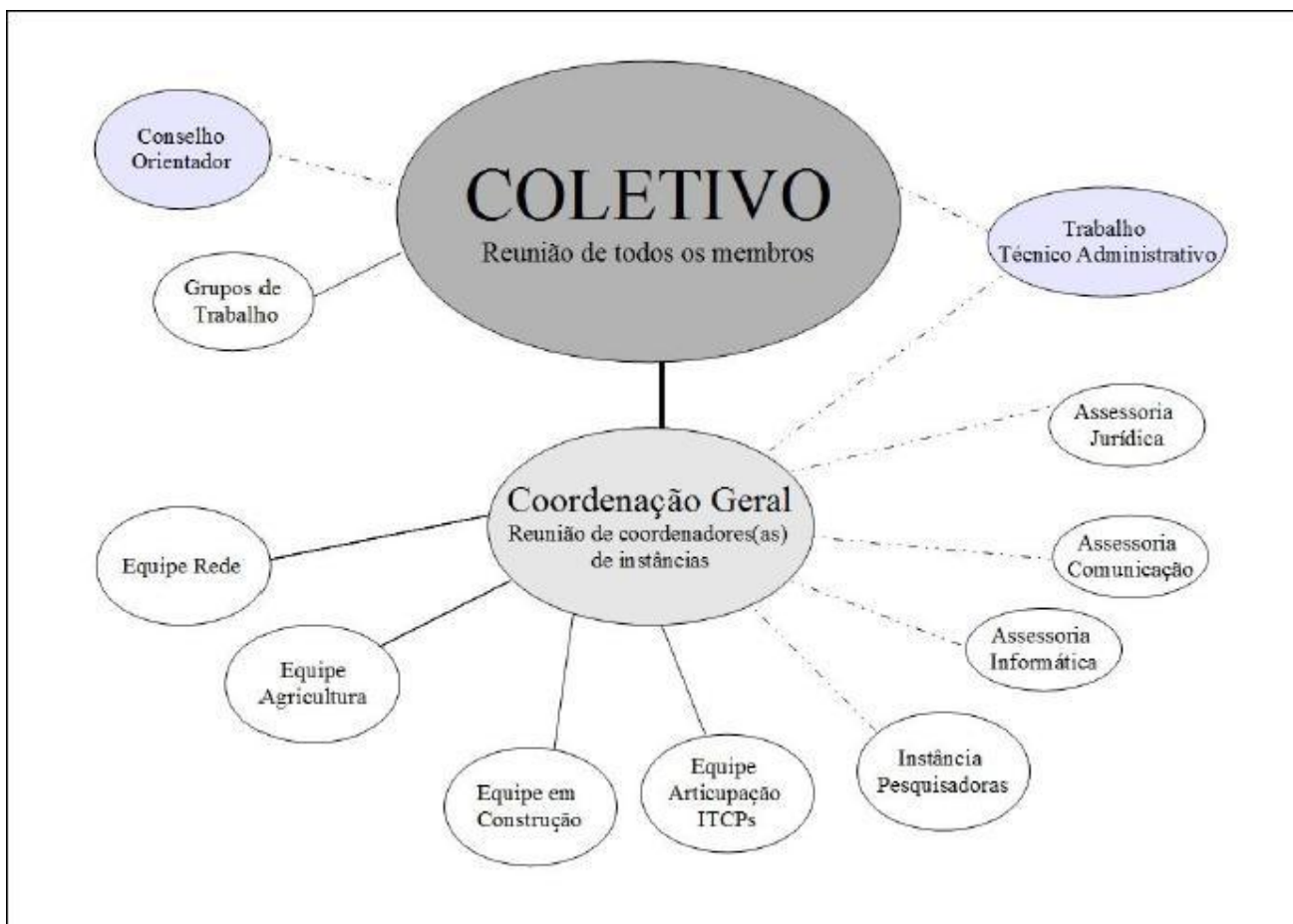
Numa estrutura ideal as equipes de trabalho deveriam ser compostas por sete monitores, um de cada área, como mostra a imagem a seguir da metodologia da incubadora. Desta forma estariam garantidas reflexões sobre carências técnicas dos grupos incubados em diversas áreas, além de ricos debates multidisciplinares nas reuniões das equipes.

Figura 1: Funcionamento da ITCP/Unicamp



Porém o financiamento não tem permitido esta configuração e as carências de cada equipe em alguma área específica são levadas para a reunião do grupo de estudo em economia solidária (GEPES) correspondente. Para entender melhor essa estrutura, segue o Organograma de 2010 da incubadora:

Figura 2: Organograma da ITCP/Unicamp em 2010



Cabe ressaltar que a Coordenação Geral é composta por: um membro de cada equipe/instância, 3 coordenadores executivos e 3 assessores. E tem como funções fundamentais acompanhar o andamento dos projetos, avaliá-los, encaminhar pautas pendentes e sugerir pautas que devem ser discutidas no Coletivo.

Para compreender melhor a composição da incubadora e as funções de cada instância, novamente trago o Regimento Interno como subsidio, na tentativa de trazer a luz como a incubadora afirma se organizar em seus documentos internos:

“CAPÍTULO V

Da estrutura

Artigo 4º - A ITCP é composta da seguinte forma:

a) Coletivo: Formado por todos os monitores e funcionários. É a instância máxima de caráter deliberativo e decisório da ITCP.

- As reuniões do coletivo acontecem quinzenalmente e conta com a participação de TODOS os monitores envolvidos.

b) Coordenação Executiva: Eleita anualmente pelo Coletivo da ITCP.

- Formado por 3 monitores que serão eleitos pelo coletivo em assembleia extraordinária para um período de mandato de 01 (um) ano.”

“(…)

- São atribuições da Coordenação Executiva:
 - Mapear e ficar atento a editais;
 - Representar a ITCP externamente;
 - Representar a ITCP em instâncias internas à Universidade;
 - Coordenar e convocar o coletivo, organizar suas pautas e atas;
 - Coordenar a reunião da coordenação geral
 - Apresentar relatório de atividades e prestação de contas semestralmente
 - Garantir que aquilo que o coletivo delibera seja executado e acompanhar o calendário planejado;
 - Buscar articulação de parcerias (instituições governamentais, públicas ou não);
 - Propor novos projetos
 - Elaborar plano de trabalho
 - Acompanhar os projetos
 - Dar suporte administrativo aos projetos;
 - Tem responsabilidade sob a atualização do regimento interno na ocasião de mudanças;
 - Acompanhar e aplicar o orçamento.

c) Coordenação Geral: formada por um membro de cada equipe e pela Coordenação Executiva. Deve se reunir quinzenalmente tendo as seguintes atribuições:

- Acompanhar o planejamento das equipes de incubação
- Socializar os debates das equipes com maior frequência e formular os debates gerais da ITCP
- Avaliar os trabalhos da equipe de incubação e propor possíveis mudanças
- Retomar as deliberações do coletivo e encaminhá-las

- Tentar resolver problemas de monitores em equipes ou encaminhar para o coletivo

d) Equipes de incubação: Tem caráter multidisciplinar. Formada por 4 a 7 monitores, preferencialmente com um monitor de cada gapes. A equipe é responsável por dois ou mais grupos dentro de um determinado projeto.

Essa equipe deverá se reunir 1 vez por semana para planejar e avaliar o processo de Incubação

e) GEPES (Grupo de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária): Formado pelas seguintes áreas Processos Pedagógicos, Dinâmica das Relações Humanas, Planejamento Econômico, Saúde do Trabalhador, Comunicação & Artes, Gênero e Produção & Tecnologia.

O grupo de estudos também deve se encontrar 1 vez por semana em um período de duas horas a fim de aprofundar os estudos de ecosol relacionados a sua área e/ou discutir demandas específicas.”

(Regimento Interno da ITCP/ Unicamp, 2008)

É importante reafirmar que, na tentativa de exercitar uma democracia (real) interna, a maior instância de deliberação é o Coletivo, que detêm total autonomia para executar qualquer deliberação de qualquer natureza sobre qualquer assunto referente à incubadora. Como segundo espaço de deliberação, logo abaixo do Coletivo, está a Coordenação Geral, que também possui uma boa representação direta das diversas instâncias, já que é formado por um membro de cada uma, no mínimo. E é dever deste membro repassar as informações ali discutidas e deliberadas à instância a qual representa, além de encaminhar deliberações tomadas, pela mesma instância, para as reuniões da Coordenação Geral.

A participação de docentes no projeto é ambígua. Por um lado existe uma carência de coordenação advinda do pequeno reflexo na avaliação docente que as atividades de extensão comunitária proporcionam, não havendo grandes retornos pessoais em despender tempo e trabalho em projetos dessa natureza. Por outro lado é esse espectro que garante a estrutura autônoma e livre da Incubadora, gerida exclusivamente pelo coletivo de estudantes que tomam para si todo o processo, tanto burocrático-executivo, quanto pedagógico, de implementação deste projeto. É importante ressaltar que nem todas as incubadoras universitárias se organizam desta forma, na verdade são minoria na Rede de Incubadoras Universitárias as que atuam pelas deliberações de

um coletivo de estudantes. Na maioria dos casos o docente coordenador exerce uma função centralizadora⁹.

Outro ponto fundamental que não pode escapar a esta análise, e que é alicerçado na compreensão de que o cooperativismo é um movimento possível e que deve crescer indiscriminadamente, é a abertura dos espaços de estudo. Todos os grupos de estudo e pesquisa em economia solidária, os GEPES, são abertos à comunidade e buscam trazer “não-acadêmicos” para enriquecer os debates e pontuá-los no plano do real. Os espaços executivos podem ser acompanhados por parceiros com aprovação do Coletivo, garantida a compreensão e aprovação (pelo coletivo e pelos grupos incubados) da intencionalidade de cada parceria.

Como já foi dito, os monitores recebem bolsas que pagam 20 horas de trabalho na equipe, no trabalho de ponta de lança, e 10 horas de estudo junto ao GEPES específico. Mais que representar o elo com a academia, o GEPES cumpre outra função muito importante dentro da incubadora, que é a reflexão sobre a práxis da incubadora e dos monitores. Resumido à sua área do conhecimento, porém buscando um olhar global da construção do conhecimento pelo homem, tem como objetivo primeiro produzir um documento denominado “Projeto de GEPES”. Nem todos os grupos possuem esse documento pronto e farei especificamente de seus conteúdos a seguir, no que se refere à metodologia e aos referenciais teóricos da ITCP/Unicamp, porém cabe aqui apontar dois pontos fundamentais para a continuidade do trabalho na autogestão (que o trabalho não “morra” com os indivíduos que saiam) que destes documentos decorrem: *o respaldo teórico/prático para o trabalho do novo monitor e a importância do registro para a autogestão*.

Todo novo monitor que é selecionado para o trabalho direto com as cooperativas vem para suprir as demandas em sua área específica de atuação (relembrando: processos pedagógicos, produção e tecnologia, planejamento econômico, gênero, saúde do trabalhador, comunicação e artes e dinâmica das relações humanas), esse documento do GEPES traz a sistematização do que os antigos e atuais monitores consideram ser tarefas específicas de uma ou outra área. Desta forma serve ao novo monitor como uma ferramenta para nortear seu trabalho junto à equipe de incubação e garante um ponto de partida para as reflexões e sobre o qual os novos estudantes reconstruem a metodologia e a “função” de uma determinada área para a incubação.

Aí entra a importância do registro para a autogestão. Essa é uma discussão frequente na incubadora e, para mim, uma das principais contribuições que essa experiência traz para a autogestão. O registro é fundamental para que as ações não recomecem sempre do zero e para que, na autogestão, haja continuidade de trabalho. Numa instituição autoritária esse conhecimento

⁹ A este respeito ver BARBIERI, 2008. A ITCP-USP, junto com a ITCP-Unicamp são as duas principais representantes de incubadoras autogeridas por estudantes. Seria muito interessante ao movimento das incubadoras universitárias a realização de um estudo comparativo entre ambas incubadoras, não tivemos a possibilidade de executar tal estudo, mas deixamos aqui anotadas sua validade e importância.

se centraliza nas pessoas que ocupam os altos cargos e a continuidade é facilmente garantida pelo padrão, um reflexo palpável desse fenômeno é a comum falência de empresas com a morte do criador da mesma, que leva consigo os meandros da organização daquela instituição. Portanto, na autogestão, sistema no qual os indivíduos nada mais são que parte do Coletivo, é tarefa central do coletivo registrar suas discussões e produzir documentos de avaliação e reflexão sobre a prática de incubação. Num olhar geral sobre a história da incubadora vemos “crises” comuns frente o trabalho, o registro serve para adiantar estas crises e minimizá-las na medida do possível.

Como principais atividades de reflexão sobre o registro na incubadora temos: a definição do coletivo para que cada GEPES tenha seu projeto de GEPES contendo seus referenciais teóricos, seus objetivos e o papel do monitor na incubação, além de um GT organizado em 2009 com o objetivo de definir modelos de registro da incubadora e de organização dos mesmos, desta forma qualquer um é capaz de encontrar qualquer documento nas pastas da central de computadores sem grandes dificuldades.

Passemos então ao referencial teórico que embasa o projeto e depois à metodologia de incubação da ITCP/UNICAMP para compreender melhor como se concretizou esse acúmulo de experiência de trabalho junto à cooperativas populares da região metropolitana de Campinas.

2.2.4. Fundamentação Teórica

Vivemos numa sociedade totalmente mercantilizada, o consumo desenfreado de mercadorias se apoderou de todos os bens humanos de tal maneira que nós mesmos nos transformamos em mercadorias. O que não tem finalidade direta, objetiva, perde seu valor de subjetividade ou adquire para si uma finalidade. Por exemplo, a arte que é cada vez menos a expressão do artista e cada vez mais um objeto que embeleza as casas ou com o qual se interage fisicamente. Seu aspecto subjetivo, imensurável, transformador dá lugar a, besta, finalidade de tornar bonito. O que dizer então da filosofia? Qual finalidade prática pode ter o pensamento filosófico? Quais as consequências da mercantilização do conhecimento?

Neste cenário a incubadora escolhe a filosofia marxista como pano de fundo. Sendo uma instituição coletiva corre o risco de ter uma adoção utilitarista do conhecimento e escolhe dois autores que estão certamente entre os mais (mal) adotados: Karl Marx e Paulo Freire. Ambos têm suas obras descontextualizadas de seu conteúdo político em uma série de práticas que tem como fim a manutenção da ordem vigente.

Porém, tranquiliza-nos ligeiramente o fato de este mesmo debate estar presente na incubadora e, inclusive, ter um modelo de oficina (que são feitas com os grupos incubados) que

trata exatamente da adoção do Paulo Freire por ONGs e do esvaziamento de seu conteúdo político e transformador.

Não à toa iniciamos este texto com esta problemática, o fato de a ITCP se tratar de um projeto de extensão que trabalha com educação lhe coloca sérios riscos em adotar um autor na busca de um fim na educação, essa é a ordem vigente! Tanto melhor a escola quanto seus pupilos galgarem degraus no mercado de trabalho. Onde qualidade é igual ao futuro financeiro do aluno que por ali passar. Nessa visão a ideia ético-política de educação se esvai, perde-se sua importância processual e subjetiva. Nessa sociedade, qual a importância do pensamento? E da autogestão?

Para garantir aqui um pouco do debate em torno da ratificação dos fundamentos teóricos da ITCP, acreditamos não haver necessidade de explicar a teoria marxista superficialmente, sua compreensão por Paulo Freire e a proposta de práxis transformadora do mesmo autor. É evidente que elas, as teorias, aparecerão, porém buscaremos retomar o processo de construção do projeto político pedagógico da ITCP, os porquês por traz de sua confecção, as discussões de fundo e o papel que adquire dentro da incubadora, a fim de apresentar a fundamentação teórica da mesma.

2.2.4.1. O Projeto Político Pedagógico da ITCP/Unicamp

Este documento tem uma intencionalidade, uma função bem definida e de grande importância: projetar a ação. Ele surge exatamente da demanda de um projeto único de atuação que definisse a “visão de mundo” desse coletivo e a atuação dentro desta visão. Não trás as teorias diretamente, porém deixa transparecer influências bem definidas no texto autoral do coletivo de formadores.

Mesmo em se tratando de uma instituição autogestionada, por um lado bastante livre, a ITCP funciona dentro da Universidade e nasce em meio ao movimento de Economia Solidária, essas são parte de sua base inerente à vontade dos que formam o coletivo. Comumente é tomada por estas partes de si, partes frente às quais tem uma visão bastante crítica. Também estas necessidades de se posicionar em algum lado no debate da Ecosol e dos rumos da Universidade, trazem à tona a importância da construção deste documento.

A partir desta demanda inicia-se, em 2009, o debate de construção do documento e por diversas reuniões do coletivo seguidas são reservadas duas horas para este fim. Neste momento chega ao conhecimento do coletivo, através de um formador, um artigo do Professor Doutor Luis Enrique Aguilar de nome: “La gestión de la educación: su significado a partir de propuestas pedagógicas institucionales”. Neste texto, o autor propõe um debate sobre as recentes

transformações político econômicas no campo da educação, tomando como exemplo o caso da Argentina, executadas pelos governos neoliberais na América Latina. Busca sistematizar os elementos comuns aos países do cone sul que permitem a implementação destas políticas na década de 90. Depois de consolidado o cenário político propõe uma forma possível de trabalho dentro deste cenário que organizaria a gestão da escola em torno de um Projeto Pedagógico que represente todos os alunos e funcionários da escola e dê a linha da atuação pedagógica.

Aguilar passa, então, a discorrer sobre as quatro dimensões constitutivas de um projeto pedagógico se baseando no texto: “Elementos constitutivos para a sistematização de um Projeto Pedagógico” da Prof. Dra. Lucília Augusta Reboredo. Ressalta que a autora o faz pensando em instituições de ensino superior e que cabe a ele transpor para a realidade da escola básica. A incubadora faz, portanto, um segundo trabalho de transposição dessa estrutura de Projeto Pedagógico, agora para uma instituição democrática, autogestionada.

Tentaremos expor aqui rapidamente a estrutura sobre a qual se constrói esse projeto pedagógico para o autor, são quatro dimensões constituintes: 1) Estrutural e conjuntural da sociedade, 2) Ética-valorativa, 3) Historicidade da instituição e 4) Processo de conhecimento. O autor busca construir um raciocínio que passa do macro ao micro por estas quatro dimensões, encadeadas entre si, e apresenta perguntas norteadoras dentro de cada eixo, dimensão, que ajudam no processo de construir este documento¹⁰.

Na primeira dimensão, estrutural e conjuntural da sociedade, o objetivo é ler a estrutura e conjuntura nas quais a instituição se encontra imersa a fim de orientar os rumos e assumir compromissos sociais possíveis. Diz o autor: “Estos determinantes deben ser contemplados si queremos responder la siguiente indagación: **que individuos estamos formando para vivir em esta realidad?**” E coloca ainda alguns elementos para se compreender a conjuntura atual: “ (...) el desempleo, la exclusión social, económica e educacional, la desvalorización del trabajo humano, la ausencia del Estado em las políticas sociales, la convivência simultanea com bolsones de riqueza y miseria absoluta; la falta de recursos materiales y profesionales para gestionar la educación.”. Para a discussão ITCP é fundamental, nesta parte, discorrer sobre a sua localização dentro da Universidade e do movimento de Economia Solidária, além de estabelecer uma “visão de mundo” para compreender a conjuntura atual.

A segunda dimensão, denominada ética-valorativa, é constituinte do cidadão, da ideia de cidadania adotada pela instituição. Significa também retomar a ideia ética de educação numa formação não apenas para o mercado, técnica, mas sim para criticar e transformar o mercado, uma

10 É evidente que o debate se dá no âmbito teórico e não constitui um manual de como fazer um Projeto Político, porém não cabe aqui retomar todo o artigo, já que este texto pretende discorrer sobre o produto constituído pela Incubadora e não sobre a discussão a respeito de Projeto Pedagógico.

educação emancipadora. Coloca-nos, o autor, a pergunta: “(...) **que valores deveriam constituirse como valores-guias para a construcción e valorización de um Proyecto Pedagógico?**” Traz ainda quatro valores da ética cidadã que devem ser levados em consideração: a tolerância radical, a valentia cívica, a solidariedade e a justiça e a prudência. Mais baseados na questão colocada pelo autor que em definir uma concepção de cidadão da instituição ITCP/Unicamp, o coletivo optou por fazer um levantamento dos valores que são tomados por base no trabalho, foram levantados centralmente três: Autogestão, Educação Popular e solidariedade. Depois, valores “menores” desmembrados destes três.

A historicidade da instituição busca, como o próprio nome já diz, fazer um resgate preciso da história recente da instituição, das tensões quando da sua criação e do jogo político por trás da mesma e de como é reflexo disso hoje em dia. A análise desta dimensão de historicidade significa “rescatar el pasado, develar el presente y proyectar el futuro.” Significa, grosso modo, buscar a identidade da instituição e as influências sofridas pelas esferas temporais, espaciais e culturais. A, simples, pergunta proposta é: “**Que cara tiene nuestra escuela?**”, e transpondo à incubadora, após grande resgate histórico, já apresentado no item que se passou deste mesmo capítulo, defini-se uma identidade muito mais aproximada das cooperativas, grupos incubados e dos movimentos sociais no Brasil, do que com a Universidade ou o movimento de Economia Solidária em si.

Por fim temos a quarta dimensão que foca no processo de conhecimento. Para Aguilar significa definir os conhecimentos que queremos socializar e produzir neste espaço de educação e a congregar prática e teoria, ambas fases do processo de construção do conhecimento. Aqui também serão colocadas as metodologias que aquela instituição considera mais adequadas à sua realidade a fim de desenvolver conhecimento. Por fim o autor pergunta: “**que conocimientos queremos socializar y producir?**” e assim se define este eixo do Projeto para a ITCP, primeiramente apontando a não neutralidade do conhecimento acadêmico e a importância de sistematizar e construir conhecimento popular e crítico, empoderar os membros de cooperativas populares para que produzam conhecimento consonante com sua realidade. Aqui a incubadora trás a metodologia da Pesquisa-Ação, da qual falaremos a seguir nos pressupostos teórico-metodológicos, para se construir conhecimento e a Educação Popular, teoria construída sobre as ideias de Paulo Freire, como abordagem pedagógica.

O coletivo de formadores da ITCP/Unicamp, na sua conformação de Março a Julho de 2009, adota esta abordagem da constituição de um Projeto Pedagógico como base para a estruturação e escrita do seu documento principal: o Projeto Político Pedagógico. Após uma primeira reunião na qual se fez a leitura de dois documentos internos da ITCP que acabavam funcionando como o Projeto Político até então (eram referenciados aos novos monitores e detalhavam a metodologia de trabalho), além do texto-base, como foi chamado este artigo do

Prof. Luis Enrique Aguilar, se define uma metodologia coletiva de construção, baseada em grupos de trabalho. Divide-se os 30 formadores em quatro grupos, todos já com o texto base lido, começa-se discutindo o que cada indivíduo acha que deve estar presente em cada um dos quatro eixos norteadores. Cada grupo de trabalho produz um levantamento de rumos e assuntos que não podem fugir a cada um dos eixos definidos pelo texto base (Estrutura e conjuntura da sociedade, princípios ético-valorativos, histórico da instituição e processo de produção de conhecimento), depois volta-se para a reunião com o coletivo completo e se produz uma tabela com os quatro eixos e tudo que foi levantado para cada um dos grupos de trabalho.

Isto feito, cada grupo de trabalho ficou responsável pela escritura de um eixo norteador usando como base a tabela produzida coletivamente. Depois de prontos os textos, mais duas reuniões de quatro horas cada (estudos coletivos), com os 30 membros, foram usadas para leitura, análise e apontamentos para a versão final. Os textos voltam para os grupos de trabalho que fazem as correções estabelecidas pelo coletivo e, finalmente, definem a versão final do Projeto Político Pedagógico, pela primeira vez apresentada no pré-encontro de formadores na cidade de Assis, em Julho de 2009. Esta versão ainda sofreu algumas alterações posteriormente e o texto de introdução do Projeto ressalta seu caráter aberto a modificações e críticas.

Foi incluído no texto, através desta metodologia de construção, o acúmulo anterior já sistematizado pela incubadora, sintetizados pelas produções (dois artigos e um projeto de atuação do monitor de Processos Pedagógicos) do GEPES de PP onde estavam explicitadas a metodologia de incubação, os pressupostos teórico metodológicos e as práticas de avaliação individual e coletiva do trabalho.

Passemos então ao documento em si e pela sua configuração final nesta tentativa de transpor uma proposta de construção de um Projeto Pedagógico na realidade da escola básica para a conjuntura de uma ITCP.

2.2.4.1.1. Motivo de ser da ITCP/UNICAMP

Logo na introdução defini-se objetivamente a razão de ser da ITCP/Unicamp e discorre a respeito dos ganhos frutos desse processo de construção do Projeto Político Pedagógico.

“Uma análise da compilação dos textos e ideias nos garante uma visualização dos diferentes debates e posturas que compõe hoje a Incubadora. O que oferecemos é uma sistematização de consensos. Esperamos, para a nossa própria sorte, que nos auxilie a dar um passo adiante: discutirmos os pontos em que há conflito e, assim, progressivamente, acertarmos a sintonia fina de nossa

atuação política, aquela garantidora de maior segurança nos momentos de enfrentamento e proposição às quais a prática e o incentivo da autogestão devem fatalmente caminhar.

Percebemos neste processo que duas das linhas mestras orientam nossas convergências: a Autogestão e a Educação Popular. Ambas perpassam nossas práticas e embasam as diversas teorias com as quais nos identificamos, ambas trazem profunda admiração e respeito por parte dos membros de nosso coletivo de formadores, ambas conformam a construção diária do motivo de ser da ITCP/Unicamp.” (Projeto Político Pedagógico da ITCP/Unicamp, 2009, p.2)

Essa sistematização de consensos, portanto, é o que caracteriza esse documento com a função, crucial, de garantir uma atuação voltada para objetivos bem delineados e comuns. Se na conformação diária temos diversos indivíduos em atuações particulares diferenciadas, parece-me que a ideia compartilhada pela incubadora como um todo, e que conforma o motivo de ser da ITCP/Unicamp, é garantir uma atuação baseada na reflexão sobre a autogestão e a Educação Popular.

Esse pano de fundo é o ponto de partida para a construção das ações individuais e, nesse sentido, se trata mais de um plano que um projeto. Porém, um Projeto muito fechado, que conformasse uma única forma “certa” de ação, é usualmente o modelo de gestão de instituições autoritárias e ao excluir o indivíduo da criação e identificação com o documento, a adoção, pelo indivíduo, das ideias do projeto costuma não acontecer.

2.2.4.1.2. Análise do construto final do Projeto Político Pedagógico da ITCP/Unicamp

Apesar de se propor a refletir sobre a gestão escolar, e a centralidade de um Projeto Pedagógico, as contribuições que o autor do artigo antes referenciado trouxe para a incubadora são importantes. Primeiro de tudo, ele já pressupõe uma construção participativa do Projeto o que se configurou perfeitamente com a realidade autogestionada da incubadora, além disso ele fala da importância de se ter uma linha mestra sobre a qual se vai constituindo o projeto, da qual parte a atuação configurada aos seus próprios limites. Na primeira reunião em que se discutiu a estrutura do projeto a partir do texto base, algumas modificações foram feitas na estrutura proposta e conformações práticas executadas neste documento novo da incubadora. Passemos o olhar para o projeto parte por parte a fim de observar se realmente a linha mestra da Educação Popular (baseada na crítica da economia política de Marx) e da Autogestão funcionam como elementos centrais de defesa dentro das possibilidades que a incubadora se coloca.

É no cenário de embate de ideias, cruzamentos e muito pensar que se define o documento e a adoção da crítica marxista e da estratégia freireana de luta através de uma prática educacional libertadora. Sem citar Marx diretamente, ou qualquer outro autor, tem-se na primeira parte do texto, inteiramente em palavras de formadores, uma delimitação da estrutura e da conjuntura da sociedade. É clara a influência do pensamento marxista porém, cabe ressaltar já, não adota-se o método histórico dialético para a construção do conhecimento. Fala-se em: extração de mais valia, sociedade de classes, divisão internacional do trabalho, flexibilização das leis de trabalho, luta de classes e autogestão das lutas sociais. Adota-se a crítica da economia política sim, mas como veremos mais a frente, não o método marxista para a construção de conhecimento.

Trazendo os conceitos marxistas, e explicitando-os na realidade atual, o documento dá um panorama apenas, um olhar sobre a sociedade, porém cada indivíduo tira suas conclusões finais partindo dessa base (alguns abertamente se dedicam a partidos de esquerda, outros são anarquistas, alguns independentes, educadores populares, leninistas, guevaristas, e etc... apenas para trazer algumas das possibilidades) e aí, obviamente, deixa transparecer em sua atuação esta concepção de mundo e de transformação do mesmo. Esta primeira parte, então, funciona como um fechamento de escopo, mas não como uma definição. Ela delimita o que faz parte do projeto, assim excluindo o que não pode fazer parte.

É a partir deste panorama primeiro que se ergue a projeção. Ainda no eixo estrutura e conjuntura da sociedade resalta-se a função social excludente e de formação técnica de mão-de-obra especializada da Universidade brasileira, posicionando a incubadora na luta pela extensão gratuita, pela universalização da educação pública superior e que lança mão da autogestão das lutas sociais e da Educação Popular como estratégia de reconfiguração da sociedade e, por conseguinte, da Universidade.

“A prática autogestionária, presente historicamente na luta dos trabalhadores, ressurgiu a partir da ideia de que é preciso renovar as estratégias de atuação política. Dentro da Universidade Pública, cerceada pelos imperativos da eficiência tecnológica e empresarial (braços da ideologia dominante), distante do povo, seguimos o mesmo pensamento, e a Educação Popular congrega as diretrizes de uma nova estratégia. Em ambos os casos, a luta pelo conteúdo é inseparável da luta pela forma.” (Projeto Político Pedagógico da ITCP/Unicamp, p. 5. 2009)

No fim desta parte do texto, também situa a sua visão da Economia Solidária numa contradição interna, fruto de uma luta de forças. De um lado seu sentido original, emancipatório, que busca a transformação da sociedade de consumo através da transformação da organização

econômica em cooperativas. De outro o interesse de grandes organizações que tem, na estruturação da lei do cooperativismo, uma brecha para empreendimentos de cooperados dentro dos quais não valem as leis de trabalho e o direito do trabalhador.

“Os trabalhadores/as hoje apostam na Economia Solidária como apresentação de um novo projeto de sociedade que pretende colocar abaixo a dominância do consumo desenfreado, do capital (real ou fictício), do autoritarismo, para instaurar outras relações de respeito ao meio ambiente, à diversidade sexual, à democracia, ao trabalho como centralidade na sociabilidade humana. Mais que isso, é uma resposta da classe subalterna às tentativas de organização fracassadas ou fragilizadas pela cooptação e pelas sucessivas derrotas perante as burguesias nacional e internacional.

Esse movimento é ainda pequeno perante as diretrizes mais gerais sob as quais vivemos. Tem também de enfrentar suas contradições internas, geradas no processo de unificação de forças destinadas a participar do embate político a que se propõe. No entanto, não deixa de ser um movimento forte, caro a nós e, acreditamos, àqueles/as outros/as ainda insuspeitos/as da sua capacidade de intervir na história.”

O segundo eixo, traduzido pela incubadora por princípios ético-valorativos, foi o mais problemático e ainda não está completamente finalizado. Numa discussão em que alguns se posicionaram a favor de um debate aprofundado nesse ponto e pela importância de definir os referenciais éticos do “cidadão” trabalhador da ITCP/Unicamp, e outros se posicionaram a favor de constituir uma simples defesa e especificação dos valores por trás da atuação da ITCP/Unicamp. Ainda em aberto foi excluído temporariamente do texto final do Projeto Político Pedagógico e não pode ser analisado por este trabalho.

O terceiro eixo, o Histórico da ITCP/Unicamp, trás uma linha do tempo similar à desenvolvida neste trabalho no ponto: ITCP/UNICAMP, começando com uma retomada do cenário político que gerou a criação de incubadoras universitárias, retomando o processo de surgimento da ITCP/Unicamp, os projetos por ela executados, a formação e participação na Rede de ITCPs e no movimento de Economia Solidária.

Esta parte do texto cumpre muito bem sua função de explicitar as tensões políticas no momento de criação da instituição, seu crescimento e construções teóricas ao longo de sua existência. Porém reflete pouco sobre o que trás, também, deixando em aberto ao leitor, ou ao formador, fazer as relações entre os fatos marcantes da história da instituição. No sentido de Aguilard de refletir sobre o passado, compreender o presente e projetar o futuro a incubadora

preferiu, no momento da divisão do trabalho, deixar a cargo do quarto eixo projetar o futuro que se definirá pelo modelo de atuação escolhido, pela metodologia adotada. Um ponto forte é a recorrência de ideias centrais ao longo de todo o texto, como quando na retomada da relação com a Universidade em um ponto do histórico: “Apesar da relação entre ITCs e Universidade ainda apresentar grandes problemas, as Incubadoras surgiram no Brasil por uma iniciativa das universidades, apresentando alternativas de geração de renda, trabalho e desenvolvimento social.” (Projeto Político Pedagógico da ITC/Unicamp. p. 11. 2009).

Por fim, temos o quarto e último eixo constituinte do Projeto Pedagógico: Construção do Conhecimento. Terei este como base para a reflexão em torno dos pressupostos teórico metodológicos da incubadora que será a discussão próxima deste capítulo. Neste eixo, bastante completo e de leitura acessível, foi mantida a ideia original do Luis Enrique Aguilar, tentando situar os conhecimentos que esta instituição de educação pretende socializar e produzir e depois de que maneira se propõe a fazê-lo.

Inicia-se o texto com uma crítica ao modelo positivista de construção de conhecimento, ainda muito presente nas pesquisas acadêmicas, num ensino pautado na transmissão de conteúdo e com centralidade na pesquisa. Mas a afinação da incubadora da Unicamp está em consonância com correntes que “entendem o conhecimento como um resultado da ação humana, construída pelos diversos grupos sociais e, por isso, permeada pelos valores e interesses desses grupos sociais.” (p. 12, 2009). Assim entra a concepção de que o conhecimento não é neutro, defende interesses e é mais um mecanismo de manutenção do status quo e exclusão social. Diz ainda que para a transformação radical da sociedade é fundamental construir a ponte de comunicação entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular, as metodologias que entram em consonância com esta prática da incubadora são: a Educação Popular e a Pesquisa-Ação.

“O conhecimento, quando entendido como neutro, acarreta a percepção da ciência como uma verdade que não é passível de questionamento, uma verdade única e intrinsecamente positiva para a humanidade. Essa ideia justifica a construção do conhecimento como atividade a ser realizada por poucos (e geniais) cientistas e, por isso, privilégio da academia.” (p. 12, 2009)

Um ponto importante também é a compreensão de que a construção do conhecimento é necessariamente coletiva, se dá na relação com o outro, na ação e reflexão. Então, a exclusão da maioria da população deste processo, nesta concepção positivista de neutralidade da ciência e de uma verdade única, é, na verdade, um grande desserviço à construção e sistematização do conhecimento.

O grande desafio metodológico é constituir este diálogo entre conhecimentos sem hierarquizá-los, ou seja, não deixar de valorizar o conhecimento acadêmico (cumprindo a função ética da educação de socializar conhecimento) e também não torná-lo uma imposição à ação popular. Este texto, que encerra o Projeto Político Pedagógico, ainda aponta a importância da autogestão e da extensão na construção do conhecimento. Isolada do mundo, e acessível apenas à minoria privilegiada, a Universidade não cumpre sua função social e (re)produz conhecimento desconectado da realidade da maioria das pessoas.

Pensar a autogestão e a construção do conhecimento é fundamental enquanto enxergamos o processo autogestionário como formativo de cada indivíduo que dele participa, garantindo assim uma construção coletiva de conhecimento e compreendida também dentro da transformação que este conhecimento trás para uma realidade específica. Para fazer essa ponte o texto lança mão da Pesquisa-Ação como metodologia de construção de conhecimento participativa, baseada em seminários e debates coletivos a fim de “solucionar” algum problema comum a determinado grupo.

Mantendo a linha mestra de todo o Projeto, o texto situa sua concepção metodológica dentro da situação real de opressão e exclusão vivida pelas pessoas, e tem, inclusive, o fim de situá-los dentro da luta de classes. Retoma também o debate sobre a função social da Universidade. Quanto a isso, o texto reflete sobre a extensão:

“As bases teóricas que regem a construção do conhecimento acadêmico são, portanto, para nós, motivo de reflexão constante para que nossos instrumentos metodológicos contribuam na superação do quadro de opressão a que trabalhadores e trabalhadoras brasileiras historicamente estão sujeitos. Isso significa que acreditamos que, por meio da extensão, a universidade pode criar um canal de comunicação com o restante da sociedade, tornando a construção do conhecimento um processo mais democrático, com a participação de setores historicamente excluídos e, por isso, relevante.” (p. 13, 2009)

Dado o recorte de atuação da incubadora, muito distinto de uma escola, especifica que a busca é da construção, através do diálogo entre os conhecimentos e pessoas, “de um saber válido e a serviço da transformação social” (p.15, 2009). E para a construção deste saber, ao longo dos anos, foram constituindo-se, pela incubadora, práticas de construção de conhecimento e definidas algumas formas práticas de atuação a partir das contribuições teórico metodológicas da Educação Popular em relação com outros autores das várias áreas que constituem a incubadora. Estas práticas serão brevemente apresentadas aqui:

1. A Educação Popular em sua ideia de ação-reflexão coletiva, diálogo sincero e de desvelamento das situações de opressão numa visão política e transformadora da educação. O texto relaciona ainda com a Economia Solidária no sentido de que essa outra educação não pode esperar a transformação da sociedade, pelo contrário, deve contribuir para ela ocorrer;
2. A Escola do Trabalho, teorizada pelo pedagogo russo M. M. Pistrak se configura também como um dos pilares metodológicos da incubadora numa compreensão de que o conhecimento tem que surgir do desvelamento da realidade e da centralidade da auto-organização dos espaços educacionais;
3. Complexos temáticos também é uma ideia retirada de Pistrak e a incubadora transcreve esta ideia para si como eixo temático. Estes eixos organizam os conhecimentos que serão discutidos junto com as cooperativas centrando-os em algum aspecto prático, real, da vida da cooperativa que funciona como disparador dos conteúdos;
4. A Tecnologia Social está em consonância com a ideia da construção coletiva do conhecimento e de produções tecnológicas participativas com os envolvidos. Produzir soluções tecnológicas “segundo com os valores e interesses dos empreendimentos incubados.” (p. 19, 2009);
5. O Comunicador Popular é uma prática que parte da crítica comum à grande mídia e a defesa de interesses, defende o empoderamento dos movimentos sociais das técnicas de produção midiáticas a fim de produzir comunicação sobre si mesmo e sobre sua realidade. “(...) um processo educativo em que o desenvolvimento de seus participantes é tão ou mais importante que o resultado final” (p. 20, 2009); e,
6. O Engenheiro Educador é a compreensão de que o engenheiro deve não ser um técnico que soluciona problemas, mas deve assumir sua função como educador e mediador de processos de aprendizagem e busca por alternativas tecnológicas. Não significa ignorar o conhecimento adquirido na formação convencional, mas sim “(...) valorizar o saber popular, mas também desmistificar o saber acadêmico como verdade absoluta.” (p.21, 2009).

2.2.5. Metodologia de incubação

Antes de aprofundar-nos sobre o método, cabe aqui uma explicitação mais ampliada da estruturação que a incubadora dá à sua fundamentação teórica. Pautaremos-nos, para esse levantamento, em alguns documentos que mesclam o arcabouço teórico de pano de fundo com as contribuições de autores diretamente para a prática de incubação, são estes documentos: o projeto do GEPES de processos pedagógicos, o novo Projeto Político Pedagógico, além de dois artigos

escritos por três monitores vinculados ao GEPES de Processos Pedagógicos que focam mais precisamente a base teórica sobre a qual se edifica a metodologia de incubação da ITCP.

Pretendemos com esse texto começar a explorar se há consonância entre o projeto político (“a visão de mundo”) da incubadora e os projetos para atuação dos monitores junto aos grupos. Claro, falando ainda em termos teóricos, de plano de ação, sem incluir dados da realidade (relatos, entrevistas, atas).

Colocado, portanto, o referencial teórico sobre o qual a incubadora diz sustentar sua prática e a partir do qual se baseia para definir sua visão de mundo, o elemento central para a definição do método (que a incubadora se propõe a manter organicamente associados: teoria e prática) e que parte da realidade dos indivíduos centrais do trabalho pedagógico da ITCP: pessoas que se organizam em instituições denominadas cooperativas populares. São, em sua maioria, trabalhadores desempregados, à margem do mercado, com grandes dificuldades financeiras e que veem no cooperativismo uma possibilidade de geração de renda e sobrevivência.

2.2.5.1. Pressupostos Teórico-metodológicos da ITCP/Unicamp

A lida com esse segmento específico do estrato social leva a ITCP a buscar como subsídio teórico central a Educação Popular e as ideias libertadoras de Paulo Freire. A Pedagogia do Oprimido e a sistematização decorrente da prática libertadora do educador brasileiro têm uma ligação direta com as demandas da incubadora. Porém é cabido, antes, compreender o contexto sobre o qual esta teoria se constrói. Entra aqui o debate marxista, a crítica da economia política, principalmente o conceito de sociedade de classes e o debate dos instrumentos de dominação da sociedade capitalista, que geram uma massa de excluídos.

Apoiada, portanto, em Marx e Engels define-se a visão de mundo da incubadora, na busca em quebrar os mecanismos de dominação ideológicos e fortalecer a luta da classe trabalhadora a partir de um trabalho dialógico de educação.

A base da crítica do sistema capitalista está na extração da mais valia a partir de uma troca desigual estabelecida entre indivíduos possuidores de meios de produção e indivíduos despossuídos de meios de produção aos quais resta a venda da força de trabalho em troca de um salário. Nesse processo de troca ocorre o roubo naturalizado, que é o que resulta no lucro do patrão sobre o produzido pelo trabalhador. São diversos fatores objetivos e subjetivos que garantem este sistema de troca desigual, desde a opressão física do Estado até mecanismos sutis de dominação como a mídia, as leis ou até mesmo a escola.

Neste processo de acumulação por um lado e pobreza de outro vão-se definindo duas classes sociais antagônicas cujos interesses são administrados pelo Estado. Com o desenvolvimento do capitalismo essa configuração social vai-se complexificando, os mecanismos de repressão ideológica vão-se atenuando e os direitos dos trabalhadores se perdendo cada vez mais.

“Negamos o fim da história, partilhando da concepção de que seu motor é a luta entre as classes exploradas e exploradoras e, para, além disso, entre projetos de sociedade distintos: o projeto capitalista, fundado na mercantilização total da sociedade, o que congrega a exploração de homens por homens e o projeto alternativo, ansioso pelo fim da sociedade de classes e pela centralidade da solidariedade entre os trabalhadores.” (PPP, 2009)

Adotando, portanto, esse projeto alternativo de sociedade, pautando-se na compreensão de que fazemos parte da divisão internacional do trabalho e excluídos como Estado-nação, ou como América do Sul, e de que sofremos uma constante retirada de direitos dos trabalhadores com estratégias de flexibilização das leis, é que se constrói a ideia da Educação Popular. Como arma da conscientização e do fortalecimento da contra-mola que resiste. Para Paulo Freire a educação tem que ser tomada pelo seu papel político de transformação da sociedade e de quebra dos mecanismos de dominação, correndo o risco de funcionar como elemento de manutenção da sociedade de classes deve se basear no diálogo sincero e amoroso e numa relação igual entre educador e educando.

Para Freire, o diálogo dos saberes e do conhecimento deve buscar o desvelamento da realidade para o educador/educando numa nova visão de saber enquanto processo, de um mundo em constante construção pelos indivíduos que, unidos, são capazes de transformar a realidade e mudar o curso da história. Esse processo de emancipação parte não do preenchimento da classe trabalhadora de “conteúdos revolucionários”, se não da troca de conhecimento assumindo que cada indivíduo tem em si conhecimentos e aprendemos, exatamente, no diálogo entre estes.

É central apontar a não neutralidade do conhecimento e assim como excluídos economicamente, os trabalhadores também o são na sistematização pela academia do conhecimento “válido”. Neste sentido a ITCP coloca, em consonância com a Educação Popular, que o diálogo entre o conhecimento popular e o conhecimento acadêmico é um dos elementos fundamentais para a transformação radical da sociedade. A comum centralidade na academia, e em indivíduos cientistas, como construtora de conhecimento sublima um fator primordial da construção do conhecimento: o fato de esse processo ser necessariamente coletivo.

Para tanto entra a Pesquisa-Ação como um dos eixos teóricos-metodológico fundamentais da ITCP/Unicamp, junto da filosofia marxista e da Educação Popular de Paulo Freire. A incubadora se propõe, a partir dessa metodologia de construção de conhecimento, a fortalecer a extensão como o canal de comunicação da universidade com o resto da sociedade, na busca de uma construção de conhecimento mais democrática e que parta da contraditória realidade social na qual está imersa essa universidade.

Entender a extensão sob o olhar da Pesquisa-Ação significa retomar um sentido de universidade como ensino, pesquisa e extensão como indissociáveis e combater diretamente a disciplinarização do conhecimento e sua dissociação com a realidade. Numa crítica ao positivismo e observando sua forte influência até os dias de hoje nas pesquisas acadêmicas, essa metodologia busca na coleta de dados um momento de responder, junto com os indivíduos da pesquisa, os problemas reais da situação que vivem. Baseada na participação dos envolvidos parte-se de um diagnóstico que procure “desenvolver uma perspectiva de aprendizagem da participação e uma forma de colaboração ativa entre os saberes dos produtores, dos técnicos e dos acadêmicos” (THIOLLENT, 1985, pp.50). O tema e a problemática da pesquisa surgem de um processo de discussão, de um compromisso firmado entre pesquisadores e comunidade, e também de forma participativa se constrói o andamento e conclusões da pesquisa, através de seminários vão-se definindo estratégias e soluções para os problemas anteriormente elucidados. A incubadora vincula essa metodologia com a práxis da Educação Popular e a utiliza como base de algumas de suas produções teóricas.

Como o quarto, e último, referencial teórico que baseia e alimenta a prática pedagógica da ITCP/Unicamp está o educador russo Pistrak, mais especificamente o livro “Fundamentos da Escola do Trabalho”. Ressaltadas as diferenças de contexto histórico e social dos quais parte o educador, a incubadora traz para si essa contribuição partindo dos dois conceitos fundamentais que Pistrak aponta na construção da Escola do Trabalho: o estudo da realidade atual e a auto-organização. Sobre estes pilares se ergue a concepção de uma escola que busca formar indivíduos que lutem contra as estruturas do capital.

A incubadora busca a difícil tarefa de unir as proposições de Pistrak com a realidade das incubações nesta tentativa de construir o socialismo e de formar no e pelo trabalho, realidade daqueles homens e mulheres. Pistrak fala da tendência pela adoção de práticas pedagógicas burguesas pelos educadores e da necessidade de se construir uma outra prática pedagógica. Aqui podemos unir suas ideias às de Paulo Freire em sua crítica à educação bancária e a importância de uma pedagogia libertadora.

A importância central do trabalho na pedagogia da escola do trabalho de Pistrak (ancorada na pedagogia do meio) é o elo central da junção com a realidade da incubadora. Esta atua

exatamente no espaço de trabalho, na cooperativa. A possibilidade que Pistrak abre de trazer do mundo físico os conhecimentos fortalece a importância de, no trabalho de incubação, cumprir a função ética da educação e construir conjuntamente com os trabalhadores soluções técnicas racionais, além de buscar na realidade das cooperativas elementos concretos da dominação e da exclusão social.

Além da auto-organização, que já está na ordem do dia da incubadora, a concepção de que a realidade tem embutida em si os conhecimentos sistematizados pela sociedade é adotada pela incubadora que procura na realidade das cooperativas elementos disparadores para os debates e para a aprendizagem. A união desta ideia aos construtos da Educação Popular se dá na ideia de que estes trabalhadores adquirem, a partir do trabalho na cooperativa, conhecimento sobre aquela realidade e são os mais capacitados para definir as problemáticas e possíveis soluções para as mesmas. A realidade possui em si as contradições e os trabalhadores as interiorizam de alguma forma. Cabe à incubadora abrir espaços para o debate e contribuir, como mais um agente, para a elucidação e transformação da realidade.

Cabe aqui um rápido parêntese. A busca dessa caminhada teórica é de compreender os pontos de confluência destas teorias e de suas contribuições para a realidade da Incubadora, não numa perspectiva utilitarista do conhecimento, se não como acúmulo e ponto de partida. Lembrando que a ITCP surge dentro do movimento da Economia Solidária e do cooperativismo, que são por si só áreas teóricas sobre as quais o homem organiza conhecimento. É importante ressaltar que a base teórica que a incubadora adota, constrói a sua visão da Economia Solidária, do cooperativismo e da autogestão e provavelmente se encaixará, na sistematização do conhecimento, nessas áreas.

Portanto, fechamos esse rápido levantamento, procurando definir as linhas mestras que unem estes eixos teóricos fundamentais. A luz da teoria marxista que define uma estrutura e conjuntura da sociedade, define sua atuação no escopo da educação, referenciando-se nas ideias da pedagogia libertadora de Paulo Freire. Porém, limitada ao espaço de trabalho tenta integrar a construção participativa do conhecimento à realidade das cooperativas partindo da Pesquisa-Ação e das contribuições de Pistrak. Como linha mestra estão a transformação da sociedade e a justiça social pela emancipação e participação ativa dos trabalhadores na construção de uma nova sociedade.

2.2.5.2. Metodologia de incubação: o Plano de incubação

É sobre essa intersecção teórica que se constitui o plano de incubação e a metodologia em si. Um pouco desatualizada e simplificada, a proposta de um plano de incubação pode ser encontrada no Projeto do GEPES de Processos Pedagógicos, porém, mesmo sem o documento ter sido reestruturado, a vivência na prática da incubadora evidencia uma prática corrente de um plano de incubação que parte deste primeiro documento e adquire para si novos elementos. Além disso, podemos achar exemplos de práticas que transformam este primeiro plano de incubação nas oficinas da seção “diagnóstico” do caderno de metodologia da ITCP/Unicamp.¹¹

A função do plano de incubação é nortear o trabalho da equipe junto às cooperativas, delineando os “(...) objetivos, prazos, atividades contínuas de assessoramento as cooperativas, atividades pontuais (oficinas e seminários), deverão estar ainda discriminadas as frentes em que a equipe atuará como um todo e as frentes de atuação específica de cada monitor.” (Projeto do GEPES de Processos Pedagógicos, 2005)

O andamento da incubação, segundo o plano, inicia-se com um diagnóstico da cooperativa, dos trabalhadores e da região. Este diagnóstico deve ser feito em duas etapas: uma primeira individual, na qual cada monitor evidencia, dentro de sua área de atuação, os principais elementos a serem trabalhados e uma segunda etapa, que conta com a participação dos cooperados, a fim de levantar as principais dificuldades que vive o coletivo de trabalhadores. A partir dos diagnósticos individuais e das dificuldades levantadas, os monitores da ITCP desenvolvem uma proposta de planejamento baseada em eixos temáticos que englobem as principais problemáticas enfrentadas. A escolha das prioridades dos eixos para a constituição do planejamento é feita conjuntamente com os trabalhadores nos moldes de uma oficina sistematizada no caderno EMPÍRICA¹² denominada “Jogo dos objetivos e obstáculos”. Aqui se define um planejamento de incubação, normalmente, para seis meses de trabalho. Após este período há uma avaliação, conforme os objetivos anteriormente delineados, do processo e novo planejamento para mais seis meses.

Cabe ressaltar que a avaliação também ocorre no processo do trabalho com os relatos das oficinas e nas discussões das reuniões de equipe nas quais os monitores ressaltam os pontos positivos e negativos para atingir os objetivos da incubação daquela semana. Neste processo definem o que não ocorreu como esperado e deve ser retomado em futuros encontros.

Para nós, a metodologia de incubação da incubadora da Unicamp sofre, ainda, forte influência da *metodologia de “incubagem”* da primeira incubadora tecnológica, pioneira na criação das próximas, a ITCP/Coop/UFRJ. Ela foi a base para a constituição de todas as outras

11 Disponível em modelo eletrônico no seguinte endereço:

<http://www.itcp.unicamp.br/empirica/?q=taxonomy/term/1>

12 Caminho direto para a oficina: <http://www.itcp.unicamp.br/empirica/?q=node/28>

incubadoras e sua metodologia adotada pelas novas, ressaltando o caráter não estanque da mesma (mesmo que bem delineado) e passível de adaptações com flexibilidade e dinamismo. Segue sua metodologia em duas fases de incubação: a pré-incubação e a assessoragem (depois nomeada de incubação). Posteriormente a adoção desta metodologia por outras incubadoras incluiu uma terceira fase, a desincubação que caracteriza o momento de afastamento gradual da incubadora e empoderamento do processo de aprendizagem pela cooperativa.

Apresentamos aqui o plano de incubagem da ITCP/Coop/UFRJ que foi um documento muito importante na constituição das metodologias e na tentativa de constituir um modelo específico de metodologia para as incubadoras construído e divulgado a partir da Rede de Universitária de ITCPs:

“FASE I – Pré-incubagem

(da sensibilização do grupo até a constituição da cooperativa)

Diagnóstico

Verificar se a demanda é espontânea de alguma instituição e/ou parceria; como chegou à incubadora; qual o objetivo do grupo; qual a inserção dessas lideranças no grupo; existência de apoio de outros segmentos; e outros itens que a equipe julgar necessário para a composição de um banco de dados e a avaliação prévia sobre o potencial de organização do grupo.

Apresentação do Projeto de Incubadora

Dependências físicas; apresentação da equipe; maiores esclarecimentos sobre a assessoria que será implementada.

Avaliação I – Diagnóstico e Reunião na Incubadora/ITCP

Após a verificação da viabilidade de incubagem, será estabelecido um cronograma de atividades junto ao grupo, contendo: datas e local (is) do Curso de Introdução ao Cooperativismo; a definição dos materiais didáticos; atividades necessárias para a constituição de um fundo para os gastos com a legalização da futura cooperativa. Estabelecimento de um contrato de responsabilidades durante o processo de incubagem, que a Incubadora e a Cooperativa vão assumir em comum acordo, ou seja, o papel de cada um no processo.

Curso de Introdução ao Cooperativismo (30 horas)

Curso que aborda as principais questões sobre o cooperativismo: a história, os princípios, os símbolos, as instâncias administrativas, a autogestão como princípio, a participação/democracia, as formas de remuneração, a divisão das sobras, as relações intercooperativas, etc. (uma compreensão ampla sobre a proposta cooperativista)

Curso de Elaboração do Estatuto Social da Cooperativa Popular

Construção coletiva (equipe da Incubadora com todos os cooperativados e cooperativas) do Estatuto Social, respeitando a Lei do Cooperativismo (5764/71) e a Constituição do Brasil; simulações de assembleias e da eleição da Diretoria e dos Conselhos da Cooperativa.

Elaboração do Projeto do Grupo

Paralelamente ao processo de elaboração do Estatuto Social e do Regimento Interno da cooperativa, inicia-se com os cooperativados e cooperativas a elaboração do projeto político-econômico da cooperativa, visualizando-se os principais concorrentes, preços de mercado, clientes potenciais, nichos de mercado, etc., até se chegar ao Planejamento Geral da Cooperativa Popular.

Fundação da Cooperativa

Ao final do Curso de Elaboração do Estatuto Social e do Regimento Interno, deverá ocorrer à fundação da cooperativa com sua respectiva Ata de Fundação, e a eleição da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho de Ética.

Legalização da Cooperativa

Após a aprovação da eleição da Diretoria e dos Conselhos pelos associados em Assembleia Geral (que é soberana), inicia-se o levantamento dos documentos necessários dos cooperativados e cooperativas para o registro da Cooperativa na Junta Comercial, que demarca o início da data de legalização.

FASE II – Assessoria

(inicia-se com a entrada de registro na Junta Comercial com assessoria específica de alguns profissionais)

Estratégias de inserção da cooperativa no mercado

Assessoria de comunicação e marketing que buscarão estratégias de mercado para a Cooperativa além da elaboração de folder's, cartões de visita, cartazes, etc.

Cursos de capacitação

Levantar as principais demandas de cursos específicos que deverão ser disponibilizados para a Cooperativa através de parcerias/convênios com instituições credenciadas.

Elaboração de rotinas

Fiscais, administrativas, contábeis e capacitação da Diretoria da cooperativa e dos demais cooperativados nessas áreas, buscando os princípios da autogestão.

Assessoria jurídicacontábil

Acompanhamento, monitoramento e formação dos cooperados, principalmente Diretoria e Conselhos, para elaboração de balancetes, recolhimento de tributos e etc.”

(Projeto de Metodologia de Incubagem. ITCP/Coppe/UFRJ, 2000.)

Esta concepção de pré-incubagem e incubagem (e desincubagem) é corrente na atuação da ITCP/Unicamp e, superficialmente, estipulada pelo plano de incubação nas ideias do diagnóstico, construção de um planejamento e, posteriormente, execução deste planejamento através de oficinas e seminários (correspondente à incubação). Destina-se o último semestre da incubação para um momento de afastamento gradual da incubadora e observação das atividades executadas pela cooperativa. Este se configura como o momento de avaliação final de todo o processo e no qual a incubadora deixa de ser um agente executor dentro da cooperativa e passa, apenas, a observar o andamento da reorganização da cooperativa.

Neste processo de incubação a função do monitor de Processos Pedagógicos é fundamental para garantir uma coerência entre a prática e os pressupostos teórico-metodológicos. A construção coletiva do processo de incubação é fundamental para quebrar com as amarras de uma educação autoritária e proporcionar espaços de discussão e troca de conhecimentos (que se configuram nas oficinas). A escolha de eixos temáticos tenta abranger a concepção de Pistrak do estudo da realidade atual, definem-se eixos a partir das questões que surgem nos primeiros

encontros, eixos que serão ponte para discussões aprofundadas em campos variados do conhecimento.

Tendo, este monitor, o respaldo das discussões no interior do Grupo de Pesquisa ele tem como função garantir a construção do planejamento e das práticas de avaliação norteados pelas ideias da Educação Popular, numa construção dialógica e engajada com a transformação coletiva da realidade. Esta ação é fundamental já que vimos de uma tradição acadêmica e costumamos nos postar como os detentores do conhecimento frente os trabalhadores. Toda a coordenação do processo metodológico (diagnóstico geral, planejamento e avaliação) fica a cargo do monitor de Processos Pedagógicos.

2.2.5.2.1. Caderno Empírica

A discrepância entre a prática de incubação corrente da ITCP/Unicamp e os registros documentados até então deu início à ideia da construção do caderno Empírica, uma revista, também disponibilizada no sítio da ITCP/Unicamp na internet, que conteria a sistematização de um conjunto de teorias e práticas norteadoras do trabalho deste projeto. A concepção por trás da ideia é que a permanente transformação da metodologia conforme as dificuldades vivenciadas no dia a dia do trabalho junto aos grupos, e que se materializou num conjunto de oficinas, só se consolida em termos práticos, empíricos. Este caderno, portanto, é constituído por uma apresentação e pelo detalhamento sistematizado de 49 oficinas e atividades divididas em 12 categorias (algumas se adequam em mais de uma categoria) construídas ao longo dos anos pela prática de incubação.

Esse documento é importante por ser muito recente (2009) e por trazer na apresentação as discussões fundamentais sobre a metodologia da incubadora e uma reflexão sobre a atividade de incubação. É neste documento que aparece a importância da execução anterior ao Plano de Incubação de constituição de um planejamento interno da equipe que englobe as atividades além do trabalho junto aos grupos: participação em seminários, disciplinas, elaboração de artigos, entre outros. Todos os processos de construção estão embasados em atividades que o caderno traz em seu corpo.

“Buscamos com o Caderno Empírica sistematizar atividades de incubação da ITCP/UNICAMP desenvolvidas entre os anos de 2005 e 2007 e, assim, consolidar um referencial teórico e prático construído cotidianamente pelos formadores e formadoras, trabalhadores e trabalhadoras. Um caderno de metodologia cumpre o papel de transformar a prática da incubadora em material

de estudo para que esse sirva, novamente, de subsídio para a intervenção na realidade. Por isso, partimos do entendimento de que a extensão deve ser refletida e não só praticada. As investigações empíricas devem ser aprofundadas em forma de texto; as ações devem ser planejadas, avaliadas e transformadas, também, em método de trabalho.” (EMPÍRICA, 2009)

Esta sistematização das oficinas está, como já foi dito, classificada em **categorias** que ajudam a compreender o escopo de atuação da ITCP/Unicamp. São elas: Diagnóstico, Planejamento, Avaliação, Autogestão, Produção, Coesão e Conflito, Organização Política, Comunicação, Criação e Arte, Corpo e Saúde, Identidade e Gênero. Tais categorias refletem as áreas de atuação da incubadora e, com uma observação de fora, podemos entender um pouco como se dá na prática a atuação de cada área, qual a função de cada monitor no processo de incubação.

Poderíamos classificar, portanto, a atuação de cada monitor conforme a seguinte tabela:

Tabela 1: Relação GEPES X Áreas abrangidas pelas oficinas

Área do GEPES	Categorias de oficinas Relacionadas
Processos Pedagógicos	Diagnóstico, Planejamento e Avaliação
Dinâmica das Relações Humanas	Autogestão, Coesão e Conflito e Organização Política
Produção e Tecnologia	Produção
Comunicação e Artes	Comunicação, Criação e Arte e Identidade
Saúde do Trabalhador	Corpo e Saúde
Gênero	Gênero
Planejamento Econômico	Produção e Autogestão (no que se refere ao plano econômico)

As oficinas trazem à tona reflexões comuns ao processo de construção e manutenção de uma cooperativa na realidade de Campinas. Algumas oficinas se mostram específicas de uma dada realidade, porém a maioria pode servir como base para toda a gama de cooperativas em suas diversas áreas de atuação e, servem, como importante ferramenta para a construção de cada novo Plano de Incubação.

Tais conteúdos, ocultos, da prática de trabalho da ITCP/Unicamp costumam se construir na relação entre os membros da equipe e deles com os documentos e, principalmente, os monitores mais antigos da incubadora. Essa iniciativa de produzir um caderno de oficinas mostra a dificuldade em se estabelecer um documento rígido e definidor da metodologia de incubação. O que acabou se consolidando foi um forte aporte teórico-metodológico sobre o qual o trabalho tem que se construir e algumas práticas comumente executadas a partir destes pressupostos.

2.3. Fechamento

A análise dos documentos que embasam, refletem e sistematizam as atividades da ITCP-Unicamp nos apresenta algumas contribuições para a compreensão deste projeto de extensão. Ficam claras, por exemplo, algumas bases teórico-metodológicas que norteiam este trabalho: A educação popular, os estudos da realidade e da conjuntura atual, a autogestão e a extensão universitária.

Neste sentido podemos concluir que, ao menos teoricamente, a ITCP-Unicamp, como Universidade, articula o ensino e a pesquisa para um novo projeto social. A centralidade do trabalho está no relacionamento e na atuação conjunta com os empreendimentos econômicos solidários e busca a emancipação destes e a luta contra a desigualdade social.

Além disso, proporciona a formação conjunta entre estudantes e trabalhadores e a produção de conhecimento novo em diversas áreas: no campo teórico da economia solidária, na produção de tecnologias com os empreendimentos, nas questões da autogestão da vida e da sociedade, entre outras. Ou seja, dá-se neste projeto o debate em torno da realidade brasileira e a construção a partir deste lugar.

Cabe agora observar se os postulados teóricos condizem com a visão de seus componentes, se o que diz fazer a incubadora é realmente tomado por seus participantes e como isso atinge, por meio dos formadores, as realidades das cooperativas. Para isso temos o terceiro, e último, capítulo.

3. A ITCP-UNICAMP POR SEUS EXECUTORES

Para realizar esta comparação, entre os postulados da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp e o que é observável num recorte da realidade, lançamos mão de sete entrevistas semi-estruturadas com formadores de diferentes áreas e funções dentro do projeto. Também realizamos observações de reuniões e incubações e análises de atas de reuniões passadas. Deste modo tentamos compreender os processos por que passou a ITCP nos últimos anos e as visões dos estudantes a respeito de alguns pontos fundamentais, são eles: extensão universitária e universidade, economia solidária, educação popular, autogestão, visões a respeito do trabalho da ITCP e formação pessoal na extensão.

É importante frisar que a centralidade do interesse deste trabalho é a observação a respeito da formação dos estudantes no trabalho em extensão universitária autogestionária. Passaremos sim pelos outros elementos que confirmam, ou não, a postura postulada pela incubadora. Porém o faremos rapidamente, a fim de atingir nosso objetivo mais específico de trazer ao leitor as contribuições apresentadas pelos próprios estudantes a respeito de sua formação pessoal, acadêmica e profissional.

Acreditamos que nesse ponto poderemos trazer muito mais contribuições do que em qualquer outro. Nossas observações cotidianas nos mostraram uma relação bastante orgânica entre formadores e Projeto Político Pedagógico, de forma que este muitas vezes é citado (tanto nas entrevistas como em meio às discussões e reuniões) e sempre passível de transformação. É uma visão do coletivo de formadores da ITCP/Unicamp que os materiais representem o grupo de pessoas e não que as pessoas se moldem aos postulados, mesmo que se observe uma, relativa, demora entre as novas formulações e a presença destas nos documentos da incubadora.

“Acontece que para o empreendimento existe uma necessidade de ter processos de troca mais consolidados e mais constantes, não esse eterno recomeço que é o que a extensão tem a oferecer para eles. Que é um eterno recomeço com estudantes que passam, que se formam, e que é muito importante essa experiência para a formação deles, mas para os empreendimentos acaba não se consolidando nada mais... Um lugar de referência mais...” (Waldeia Pires, 04/07/2011)

Duradouro, efetiva. Dentro dessa dura crítica ao próprio trabalho, encontramos a chave para nossa proposição. Eis, hoje, a grande contribuição da incubadora, seu âmbito duradouro e efetivo: a formação do estudante universitário. Ainda nos debruçaremos sobre os porquês deste

grande problema da incubadora, desta quebra nos processos, deste eterno recomeço. Mas agora cabe pontuar a origem da escolha deste trabalho.

Por isso, e também pela nossa experiência pessoal de trabalho na incubadora, reduzir este trabalho a este pequeno ponto (a formação do estudante universitário na extensão), englobado pelo lugar da ITCP na extensão universitária e pela questão anterior da formação (que compõe não só o estudante, mas todos os envolvidos), nos pareceu relevante e possível a essa pesquisa.

Em um coletivo de trinta estudantes tivemos a oportunidade de entrevistar longamente sete deles, ou seja, aproximadamente um quarto do total. O baixo espectro alcançado pelas entrevistas também serviu como fator de focalização em um objetivo menos geral e mais individual, no qual cada entrevista abre um enorme leque de reflexões (a formação: pessoal, acadêmica e profissional).

Tabela 2: Sujeitos da pesquisa e formação acadêmica¹³

Sujeito	Formação acadêmica
Zenon	Graduação: Comunicação Social Especialização: Economia do Trabalho (IE/Unicamp) Mestrado: Sociologia do trabalho (IFCH/ Unicamp)
Waldeia Pires	Graduação: Pedagogia (FE/Unicamp) Mestrado: Ciências Sociais e Educação (FE/Unicamp)
Maria Jose	Graduação: Turismo Mestrado: IGe/ Unicamp
Maura	Graduação: Biologia (UNESP)
Antonia	Graduação: Engenharia de Alimentos (FEA/Unicamp) Mestrado e Doutorado: Política Científica

¹³ Os nomes aqui citados são fictícios, a fim de resguardar a identidade dos entrevistados.

	Tecnológica
Cesária	Graduação: Ciências Sociais
Sócrates	Graduação: Economia

Também não conseguimos garantir um relevante espectro dentro das instâncias da incubadora, quer seja, realizar entrevistas com representantes de todas as equipes e grupos de estudos que compõe a incubadora.

Tabela 3: Tempo de atuação na ITCP e instâncias que ocupa

Sujeito	Tempo de atuação na ITCP	Instâncias que trabalha na ITCP
Zenon	1 ano	Equipe: em construção (construção civil) GEPES: Dinâmica das Relações Humanas
Waldeia Pires	5 anos	Instância das pesquisadoras extensionistas GEPES: Processos Pedagógicos e Gênero
Maria José	13 meses	Equipe: Rede (Empreendimentos de Triagem de Resíduos Sólidos) GEPES: Processos Pedagógicos
Maura	13 meses	Equipe: Agricultura GEPES: Produção e Tecnologia
Antonia	7 anos	Instância das pesquisadoras extensionistas
Cesária	2 anos	Equipe: Em construção (construção civil) GEPES: Dinâmicas das

		Relações Humanas
Sócrates	3 anos e 6 meses	Equipe: Agricultura GEPES: Planejamento Econômico

Apesar disso pudemos observar as visões destes estudantes a respeito dos assuntos buscados. Tentamos exercer um trabalho de síntese das idéias apresentadas a fim de ter um espectro geral das visões destes estudantes sobre os diferentes temas. É importante ressaltar que trata-se de um trabalho de abstração e sistematização, porém os assuntos se entrecruzam e se misturam nas falas dos estudantes. A realidade não existe partimentada, portanto a separação vem na tentativa ajudar a entender alguns pontos, porém o entendimento do trabalho realizado pela incubadora como um todo busca atar estes nós num único ponto.

3.1. Os alicerces do projeto

“(…) pra mim, daria pra bolar uma Universidade com o modelo ITCP. Que você faz ensino, pesquisa e extensão num mesmo curso. Não necessariamente você faz a sua graduação, aí você busca uma iniciação científica, faz sua pesquisa e se você quiser faz extensão. Eu acho que daria pra moldar uma Universidade pela ITCP, fazer uma graduação assim.” (Sócrates, 04/07/2011)

Quer queira quer não a ITCP é um braço da Universidade Estadual de Campinas e origina-se no movimento da Economia Solidária. São estas as bases, os alicerces, que sustentam e legitimam o trabalho. Mesmo que a partir destes, outros referenciais surjam e outros princípios, às vezes até antagônicos, se estabeleçam como norteadores do trabalho, eis aqui sua residência.

Escolhemos então partir a observação destes dois pontos, separadamente. Como que numa tentativa de reconstruir a própria constituição da incubadora e aproximar os discursos das discussões realizadas nos dois primeiros capítulos, agora com os dados da realidade objetiva.

3.1.1. Economia solidária

O Projeto Político Pedagógico da ITCP aponta diretrizes bem definidas a respeito da Economia Solidária e de suas contradições, assim pontua:

“Tem também de enfrentar suas contradições internas, geradas no processo de unificação de forças destinadas a participar do embate político a que se propõe. No entanto, não deixa de ser um movimento forte, caro a nós e, acreditamos, àqueles/as outros/as ainda insuspeitos/as da sua capacidade de intervir na história” (PPP, 2009)

Entre os estudantes tal visão se confirma, às vezes de forma mais radical, às vezes mais branda. A visão geral não é consensual, única, mas demonstra um intenso debate sobre o tema e a apresentação das questões fundamentais propostas pelo Projeto Político.

É interessante observar um processo de constituição de um “caminho do meio” a respeito dos limites e potencialidades da Economia Solidária. Nossos registros de conversas informais mostraram que, em geral, os estudantes adentram na incubadora, baseados em leituras superficiais de Paul Singer¹⁴, com uma visão bastante positiva da Ecosol, como uma ferramenta para a constituição de um mercado paralelo, pautado na cooperação, cujo fim é superar o mercado de trabalho capitalista.

Ao longo dos anos de trabalho os estudantes vão ao extremo oposto, entram em contato com as disputas legais em torno do cooperativismo e da, constante, incorporação deste pelo modelo hierárquico de trabalho e começam a destilar visões mais pessimistas e desiludidas a respeito da Ecosol, vista agora como estratégia de precarização do trabalho. “Eu acho que tem uma leitura de que a economia solidária em si é revolucionária, transformadora. E eu vejo que aqui na ITCP a gente faz uma crítica a isso (...)” (Sócrates, 04/07/2011)

Por fim, os mais experientes passam a se retomar. Entendem limites, mas vêem nela uma rica possibilidade de trabalho e como um espaço de disputa e conquistas pelos trabalhadores.

“Ela – pesquisadora da Ecosol - analisa os processos que estão ocorrendo ali com base no acúmulo que ela tem naquilo e a análise dela fria é da economia solidária como um processo de precarização das relações de trabalho. E a minha perspectiva, porque acho que não dá para negar isso, concretamente é isso mesmo, acontece isso mesmo, é que não só isso. Tem muitas outras coisas acontecendo, que esse olhar, que esse enfoque específico, não dá conta” (Waldeia Pires, 04/07/2011)

“Aqui a gente vê a Economia Solidária como um instrumento para organização, mais do que como um fim em si.” “(...) eu pelo menos, considero ela – a Economia Solidária - um instrumento, uma possibilidade de organização popular. Mais do que pensar que a economia solidária é a superação do capitalismo, um novo modo de produção.” (Sócrates, 04/07/2011)

¹⁴ Principal teórico da Economia Solidária no Brasil.

Dentro desta disputa, e muito além dela, estão os valores da economia solidária, conceitos que parecem apenas palavras, mas que tem cotidianamente seus significados disputados e enquadrados na legislação. É sob este argumento que os formadores da incubadora entendem como importante ocupar e lutar por esse espaço do cooperativismo, das cooperativas, da cooperação.

“(…) a formação que a gente se propõe no trabalho, ela tá diretamente ligada com a formação política que os movimentos sociais estão pensando, porque ela é concreta também, não é formar pra fazer ocupação só, sabe, é formar pra sobreviver coletivamente, pra ter outra sociabilidade e formar no trabalho porque o trabalho é central na nossa sociabilidade, na sociabilidade humana, é o trabalho. O trabalho que é o espaço que eu acho que a gente tem que fazer formação política, não se separar da escola, não agora eu vou trabalhar, agora eu vou estudar, não! Acho que a cooperativa tem essa potencialidade que é fantástica, que é unir o aprender no trabalho, que assim que a gente sobreviveu, que a humanidade sobreviveu e eu acho que tá casado assim, a formação da cooperativa. Além de pensar a formação do trabalho junto com a proposta de transformação social dos grupos (…)” (Cesária, 09/04/2011)

Para o nosso olhar, observa-se, portanto, uma discussão bastante avançada, em termos acadêmicos, no campo da Economia Solidária na ITCP. Em diálogo direto com os principais autores, estudantes defendem novas posições, partindo sim da crítica comum, mas indo além, na proposição de uma nova forma de fazer Ecosol. E, mais importante, visão de quem vive a Economia Solidária no dia-a-dia de trabalho.

3.1.2. *Universidade e Extensão Universitária*

Depois de originada na Ecosol a ITCP se aloja na Universidade e atua como uma parte dela, localizada dentro da extensão comunitária.

Tentaremos, neste ponto, enfrentar a visão de extensão da ITCP com a proposta de José de Mello Neto, buscando possíveis elementos comuns entre o trabalho da incubadora e a proposição de extensão como *trabalho socialmente útil*. Que fique claro ser este um objetivo nosso, já que em nenhum momento é mencionado o debate do autor nem nos documentos da incubadora, nos relatos de campo e nem nas entrevistas realizadas.

Apesar disso observa-se grande sintonia entre ambas as visões, talvez até pelo autor partir de sua experiência com extensão comunitária na área da Economia Solidária.

Iniciemos com a crítica ao modelo atual e a luta pela democratização do acesso à Universidade. Nos documentos analisados, textos apresentam quase um manifesto em defesa da Universidade pública e um apelo à abertura dessa aos interesses das classes populares. Como Universidade, a ITCP tenta se situar num lugar de embate aos modelos estabelecidos pelas políticas recentes. Interessante observar como, também neste ponto, se vê uma crítica madura que se converte na defesa de uma outra Universidade.

“Apesar de todos os limites, a ITCP é Universidade, não é descolado. É Estado, a ITCP é Estado, a gente vive do dinheiro do Estado, a gente necessita das políticas públicas do Estado no sentido de financiamento. (...) a gente cumpre uma papel importante dentro dos limites da Universidade.” (Zenon, 09/04/2011)

E uma crítica inteligente, que não joga o bebê com a água do banho:

“(...) eu não desprezo a academia nesse sentido, a ciência, do fazer ciência, isso deve ser importante, por isso eu tô na academia e por isso eu não acho que esse é um espaço inválido. Às vezes o que se aprende na tradição, o que se aprende passado de pai pra filho, de geração em geração através da cultura, tem muita coisa mistificada, mitificada, então a ciência serve pra isso também, pra gente analisar, pra gente experimentar, pra gente refutar, pra gente corroborar com o que tá fazendo.” (Zenon, 09/04/2011)

Porém, quando se volta o olhar à extensão universitária entra em foco o próprio trabalho realizado pela incubadora. E nesse ponto as críticas são mais evidentes. Partem, ora das dificuldades reais vividas no cotidiano da incubadora: “(...) a extensão tem essa limitação que aqui a gente sente fisicamente. O espaço que a gente tá, os recursos que a gente tem, o reconhecimento que a extensão tem...” (Maria José, 09/04/2011). E ora de teorizações sobre modelos extensionistas e de Universidade, como para essa estudante para quem o quadro hoje da extensão na Unicamp “É a extensão paga, grande parte dos cursos pagos. É uma forma de dar acesso à universidade pública para quem pode pagar. A quem entre por vestibular por mérito e a quem pode pagar por algum curso de especialização, de extensão.”.

Ainda no âmbito da crítica ao modelo da Universidade para poucos, é corrente uma visão bastante positiva da ITCP como um espaço progressista dentro da Universidade, que além de disputar um modelo apresenta de maneira estruturada um novo fazer extensão. Repensa as questões da organicidade entre teoria e prática e da disciplinarização do conhecimento como ferramenta de especialização. Nesse sentido, e bem próximos a Melo Neto (2004), as falas são unânimes:

“Eu acho que a ITCP, eu não conheço todos os projetos, mas acho que a ITCP é a que pensa a extensão de verdade. Essa extensão não assistencialista. A extensão como a possibilidade de trazer as demandas reais da população brasileira pra Universidade e de levar a Universidade até essas pessoas que não tem acesso.” (Sócrates, 04/07/2011)

“Como se a pesquisa e o ensino fossem mais estéreis no sentido de não terem uma adesão mais próxima da realidade.” (Maria José, 09/04/2011)

“(…) acho que a universidade inteira deveria se orientar para atender às necessidades desses grupos, mas isso não ocorre. Na concepção ideal deveriam ter frentes em que os estudantes de graduação atuassem da forma mais ou menos como nós atuamos e deveriam ter frentes constantes de intercâmbio da universidade com os grupos, com os trabalhadores, com os movimentos sociais. Em que os movimentos sociais estão pautando aqui o tipo de conhecimento, o tipo de tecnologia, o tipo de gestão, enfim de tudo o que eles precisam para tocar seus processos.” (Waldeia Pires, 04/07/2011)

“E eu acho muito positivo, ainda que seja imperfeito, mas é muito massa se fosse possível, é muito massa você ter essa compreensão das cadeias, as visões de pessoas de várias áreas, da Saúde, da Engenharia, da Sociais, da Arte, da Economia... E construir aquele saber coletivo multidisciplinar, eu acho que é muito importante isso.” (Zenon, 09/04/2011)

“(…) o papel da universidade deveria ser pensar a sociedade, né? Sistematizar os conhecimentos da sociedade, pensar e estar preocupado com isso. Assim também fazer essa ponte, né? Lá na universidade tinha que ser assim, mas hoje o que a gente tem é outra coisa, é a universidade formando pessoas pra manter as coisas exatamente como elas estão.” (Cesária, 09/04/2011)

“Eu acho que ela –a ITCP– tem fins públicos. A Universidade está totalmente mercantilizada, mas eu acho que as pessoas que se formam na ITCP vão trabalhar mais com coisas de fim público. Vão, geralmente, trabalhar nas Prefeituras, no Estado, professores de Universidade pública. É difícil alguém que sai da ITCP e vai trabalhar numa multinacional. É claro que também é um perfil de quem entra na incubadora.” (Antonia, 04/07/2011)

Eis a proposição crítica da incubadora para a Universidade e para a sociedade, um alinhamento com a luta popular e a defesa da construção do conhecimento acadêmico junto nestas lutas e construções. O empoderamento político “da pobreza” como centro do pensamento da

Universidade. “Pra mim a incubadora tinha que ter disciplinas na graduação, nos cursos, tinha que ter programa de pós-graduação.” (Antonia, 04/07/2011)

A questão da realização, pela incubadora, de um trabalho real, e socialmente útil, ainda não está presente. No momento do pensar a extensão essa visão esteve ausente da fala dos formadores, talvez nas reflexões a respeito da Educação Popular ela apareça como método de trabalho.

Porém cabe retomar que o cotidiano dos formadores prevê sim um trabalho real no interior das cooperativas, associações e empreendimentos econômicos solidários. Deste, trabalhos de organização, planejamento de ações, até produtos tecnológicos. Sem priorizar a confecção de um produto concreto, mas apenas a título de exemplo, relembro a produção de uma mesa ergonômica de triagem de materiais planejada e confeccionada, após intensos debates sobre saúde do trabalhador, conjuntamente com os cooperados.

3.2. Princípios do projeto

Dentre os princípios definidos pela incubadora para sua atuação, escolhemos nos aprofundar em apenas dois deles: a educação popular e a autogestão. Entendemos que estes se configuram como as principais características da ITCP e, de alguma forma, englobam em seu escopo os outros.

“Então acho que a gente tá apostando nessa via aí, através da educação popular e da autogestão, essa acho que é nossa proposta.” (Cesária, 09/04/2011)

Aqui saímos de um lugar ocupado como base, origem, para uma escolha da incubadora. Para os embasamentos escolhidos, ao longo de sua história, para nortear o trabalho com os grupos de trabalhadores.

Tanto na autogestão, como na educação popular, as colocações dos estudantes são bastante diversificadas entre si. Buscam entre si o mesmo horizonte, mas parece evidente a discrepância de entendimento entre os mais velhos e os mais novos. Isso porque, nos dez anos de existência da ITCP, muito se construiu sobre estas bases, sendo inclusive um espaço exemplo de autogestão e educação popular. A ITCP não compra modelos, vive um processo contínuo de construção e reconstrução de sua autogestão e de sua metodologia de trabalho. Portanto, tal constatação é natural.

3.2.1. Educação Popular

“É que eu acho que o problema que vem na sociedade não vem com uma etiqueta de disciplina. (...) Teve uma vez que eu era monitora de produção e tecnologia, trabalhava com catadores na cooperativa Barão. Era óbvio que as mulheres dependiam muito do trabalho masculino. Eram meia dúzia de homens e trinta mulheres e dependiam muito. Só que eu não percebia isso. Eu tava olhando só da engenharia. Eu ficava perguntando: - Porque vocês fazem desse jeito? Faz coisas mais leves, divide esse trabalho. E não mudava, e não mudava e eu não entendia. Um dia explodiu a questão dos homens e aí fizemos oficinas de gênero e vimos que o problema da produção e de gênero eram um só, não era separado. E a mudança na produção aconteceu. Então não adianta eu olhar pro problema a partir de uma disciplina, só com isso você não entende, deixa de ver a complexidade.” (Antonia, 04/07/2011)

É neste contexto de ressignificação do papel da Universidade que surge este modelo de educação, no qual a ITCP encontra terreno fértil de atuação: o espaço de trabalho cooperativo. Fica evidente no cotidiano de trabalho dos formadores da ITCP o que vem de fora, desarticulado da prática do dia-a-dia e o que é material útil para a solução dos problemas elucidados.

Assim como Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido* postula: “É preciso que fique claro que, por isto mesmo que estamos defendendo a práxis, a teoria do fazer, não estamos propondo nenhuma dicotomia de que resultasse que este fazer se dividisse em uma etapa de reflexão e outra, distante, de ação. Ação e reflexão se dão simultaneamente.” (2007 – 47^a. Edição – p.146).

Mas e o que é a educação popular para estes estudantes?

“A educação popular é uma metodologia horizontal baseada em princípios ideológicos. Baseada na compreensão de que todo mundo tem conhecimento, de que esse conhecimento é real, ele é baseado, ele tem lugar na realidade e que (...) não deve existir uma hierarquia. (...) tem que localizar historicamente os conhecimentos, então não tem uma hierarquia, eles têm um valor diferente hoje na sociedade, o conhecimento da universidade e o conhecimento popular.” (Cesária, 09/04/2011)

Na ótica freireana¹⁵ a educação bancária ignora o aspecto dialógico da educação como forma de exclusão, de opressão, ou seja, a partir do momento em que se exclui o educando de todo o processo educativo aquele conteúdo deixa de ter sentido prático e se torna mero verbalismo. O diálogo entre o educador e o educando, o respeito mútuo entre ambos, portanto, é central na prática educativa que visa à transformação dos indivíduos e/ou da sociedade.

“(…) ação e reflexão, de tal forma solidárias, em uma interação tão radical que, sacrificada, ainda que em parte, uma delas, se ressentem, imediatamente, a outra. Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo.

A palavra inautêntica, por outro lado, com que não se pode transformar a realidade, resulta da dicotomia que se estabelece entre seus elementos constituintes. Assim é que, esgotada a palavra de sua dimensão de ação, sacrificada, automaticamente, a reflexão também, se transforma em palavreria, verbalismo, blábláblá. Por tudo isso, alienada e alienante. É uma palavra oca, da qual não se pode esperar a denúncia do mundo, pois que não há denúncia verdadeira sem compromisso de transformação, nem este sem ação.”
(*Pedagogia do Oprimido*. P. 90)

Estas são as bases da educação popular, muito estudada pelo coletivo da incubadora. A sua defesa está, portanto na construção de ferramentas para a execução desta “práxis extensionista” emancipadora, na qual educadores e educandos se revezam nas situações de autoridade, trocam suas experiências e, juntos, constroem uma nova realidade. Conceito absorvido por meio das teorizações de Paulo Freire, porém, em sua adoção e reconstrução partindo de Gramsci.

“Entre a teoria e atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passo indispensável para desenvolver ações reais efetivas. Nesse sentido, uma teoria é prática quando materializa, por meio de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação.” (VÁZQUEZ, *Filosofia da Práxis*, 2007. p. 236)

¹⁵ Apesar de não se configurar como um método em educação popular, é das idéias deste autor que surge o termo, no sentido da construção de novos modelos de educação, dialógicos, que dêem conta da emancipação dos excluídos da sociedade.

Apesar das entrevistas não apresentarem tais pressupostos de forma tão sistematizada e referenciada, já que se trata de uma conversa dirigida, alguns elementos importantes aparecem nas falas dos estudantes. E não podemos negar a centralidade da Educação Popular no pensar o trabalho por estes estudantes. Vejamos alguns relatos importantes:

“É a troca de conhecimento tendo como resultado a produção de um outro tipo de conhecimento, que não é nem o acadêmico, nem o popular e que serve pra transformação da realidade destes grupos populares. Com essa finalidade de transformação da sociedade, da escolha de uma classe, de uma parcela da população, que são os populares, os oprimidos, para transformar esta realidade.” (Antonia, 04/07/2011)

“E eu vejo que –a educação popular- é importante, é uma ferramenta importante para própria educação, pra própria formação das pessoas através do que é o central na vida, o que torna o ser humano humano é o trabalho.” “E partir do prático, do dia-a-dia ir construindo, mas não partir do prático dia-a-dia no sentido de empobrecimento do discurso, se eu sei alguma coisa eu não tenho que fingir que eu não sei. É um trabalho muito difícil nesse sentido, você não pode ficar empobrecendo, empobrecer o discurso, o que você sabe, é reproduzir também.” (Zenon, 09/04/2011)

Além da discussão acerca do conhecimento, desta questão do trabalho e do “dizer a palavra verdadeira” (como analisamos do discurso do estudante), ainda em outros depoimentos observamos a quase obrigação em repensar nossa formação eminentemente descolada da prática quando do contato com as cooperativas:

“O que acontece muito mais é que o estudante chega lá com sua bagagem acadêmica e percebe que, diretamente, ela não serve ao grupo. Então no contato com o grupo ele acaba reformulando os conhecimentos que traz de sua área específica e questionando sua própria formação acadêmica, principalmente nas áreas das exatas. Esse encontro não é tranquilo, é conflituoso. É ali onde começa o trabalho. O trabalho começa na hora que o estudante começa a perceber essas limitações e a procurar soluções junto com o grupo. Então acho que dizer que acontece esse encontro, esse diálogo, é assim, não é uma questão resolvida, é um processo que acontece cheio de conflitos.” (Waldeia Pires, 04/07/2011)

Aqui aparecem outros elementos muito presentes nas falas dos estudantes, a dificuldade do trabalho. Não somos formados para a relação dialógica, nem para a construção coletiva. Carregamos conosco nossas origens sociais e culturais.

“Tem esse problema sim da aceitação, do entendimento do trabalho”. “(...) às vezes fica com dificuldade de saber qual o sentido daquilo, se vale a pena, estou perdendo o meu tempo ou não estou perdendo meu tempo?”. “Então a gente vai falar de contradição capital X trabalho, e ao falar disso “o que que é isso”, sabe? (...) às vezes a gente (...) se perde no vício acadêmico de querer falar abstratamente” (Zenon, 09/04/2011)

Além disso, vemos que marcar uma dificuldade no trabalho não significa que ele seja mal feito, ao contrário, todo trabalho bem feito é duro, é difícil. E observamos como um sinal bastante positivo essa marcação, afinal se os sujeitos que constroem essa educação não estivessem refletindo e se conflitando com ela, sua construção seria falha.

“Como qualquer processo de educação firmeza, um pouco mais aprofundado, a gente sabe que não adianta dar um livro de receita, não adianta dar cartilha, não adianta dar livro didático e falar pra pessoa aplicar. Então o processo, a incubação, o processo pedagógico que ocorre aí depende do processo, dos sujeitos que estão envolvidos no processo. E a ITCP, a metodologia da ITCP, o caderno de oficinas, ele é por si uma referência, uma inspiração; os textos, mas quem precisa se formar nessa educação pedagógica são os educadores populares que estão envolvidos nela. Então não dá para dizer assim: nós somos bons porque nossa metodologia é boa; depende de quem está propondo o processo pedagógico.” (Waldeia Pires, 04/07/2011)

Existem também problemas concretos, dificuldades relacionadas a financiamento e a estrutura da extensão e da Universidade como hoje está dada, que afetam diretamente o trabalho em educação.

“(…) primeira dificuldade que eu, pelo menos, achei que existe é uma falta de vivência com o grupo. Acho que é um pouco da discussão que tem a respeito da rotatividade, a gente retomou uma equipe hoje com praticamente formadores novos pro grupo. Então a gente, por mais que procure recuperar um histórico através do que está sistematizado essa vivência ou contato com as cooperadas é uma coisa em construção que a gente tá ainda começando a fazer.” (Maria José, 09/04/2011)

“(…) acho que a principal dificuldade é a imposição do nosso modo de vida que é diferente do das pessoas que a gente trabalha. A gente vive em Barão Geraldo, mora de aluguel, é de classe média e tem uma vida de um jeito. E as pessoas com quem a gente trabalha tem uma vida totalmente diferente, não que a gente não deva ter vidas diferentes, mas como é que a gente faz pra compreender a realidade deles, como é que faz pra ele compreender a nossa realidade pra gente conseguir dialogar de verdade?” (Sócrates, 04/07/2011)

É nessas dificuldades, e nas intensas leituras dos clássicos, que a incubadora se constrói e se relaciona com os grupos. Na medida do possível, da situação concreta de existência desenvolve cotidianamente essa prática e sistematiza. É fundamental ressaltar que todas as atividades realizadas são avaliadas, registradas e disponibilizadas para todos na rede de computadores da incubadora. Portanto, mesmo em distintas visões da educação popular pelos indivíduos, suas realizações são constantemente debatidas nas avaliações.

“A gente tem que educar para a autonomia, a autonomia das pessoas referente ao grupo ao qual ela participa, as suas opiniões, as suas vontades políticas. Educar para a autonomia, sujeitos autônomos que consigam deliberar sobre sua vida, sobre sua condição, sobre as coisas que lhe são importantes.” (Zenon, 09/04/2011)

“É e é uma coisa que está acontecendo na própria dinâmica de organização social da vida social daqueles grupos, essa relação pedagógica. Então você avalia, você questiona, você cobra o outro por conta da necessidade de compromisso com aquela luta que vocês estão juntos e não por uma formação nos moldes formais em que eu te ensino e você aprende e a gente não sabe bem o porquê mas enfim, o importante é aprender.” (Waldeia Pires, 04/07/2011)

Muitos aspectos surgiram em torno da Educação Popular e de como a ITCP constrói a sua própria maneira de fazer educação popular no dia-a-dia junto com os grupos. Parece-nos que, em se tratando de universitários, advindos de uma classe social mais alta e com uma formação muito técnica e silenciadora desde a tenra infância, a maior dificuldade encontrada no trabalho é a não hierarquização dos saberes e a construção de uma relação real com aqueles indivíduos. Muitos relatos nos mostram um “novo mundo que se abre” para estes estudantes na descoberta das riquezas dos saberes populares e na criação de laços profundos de amizade com as comunidades. Gente como a gente¹⁶.

“Da mesma forma que tem educação popular como a não hierarquização do saber, eu acho que a auto-gestão é a não hierarquização do poder, é a descentralização do poder, pensar em outra forma de fazer política sem ser na disputa do poder, acho que tem tudo a ver com a educação popular” (Cesária, 09/04/2011)

¹⁶ Por mais absurdo que seja ter de falar isso, nada é mais novo em nossa sociedade do que o estabelecimento de relações entre classes. Tanto do lado do opressor, preconceituoso e cego, quanto do lado do oprimido, que se protege por trás de termos como playboy.

Passemos então a este outro princípio, a essa outra escolha por parte da incubadora. A autogestão.

3.2.2. Autogestão

As grandes questões que surgiram em torno da autogestão foram a prática autogestionária para se atingir uma sociedade também autogerida, a vivência da autogestão como formadora e os limites enfrentados pela incubadora neste sentido.

”Pra mim hoje é uma utopia. E enquanto utopia ela tem que ser praticada, diferente de outras utopias da esquerda tradicional. Ela não é só uma utopia que um dia vai chegar, é uma utopia que praticando você aprende para que no dia em que chegue você saiba fazer as coisas, saiba organizar creches, trabalhar, escrever coletivamente. Que é um pouco a ideia do João Bernardo em que a autogestão da sociedade se faz pela autogestão das lutas.” (Antonia, 04/07/2011)

Maurício Tragtenberg em *Reflexões sobre o socialismo* (1986) apresenta, a partir de uma reconstrução histórica do socialismo no mundo e de experiências de autogestão, um debate sobre a centralidade da auto organização da base da sociedade como o caminho para o socialismo. O autor coloca esse debate como forma de contrapor a idéia comum de que o socialismo foi testado e não deu certo. A incubadora pode ser vista como mais um organismo que propõe a autogestão como meio de organização popular e como forma emancipada de luta social.

“Então acho que é importante marcar isso que a autogestão não é só o que ela consegue ser na conjuntura atual; mas ela é um processo de coletivização da decisão, e, a partir disso, de uma série de outras coisas da vida e que tem a ver com uma postura, com uma dinâmica de aprendizagem que as pessoas acabam incorporando quando participam desses processos.” (Waldeia Pires, 04/07/2011)

Tragtenberg no mesmo livro de 1986 começa seu debate colocando: “A autogestão não é um objetivo da sociedade capitalista, seja na forma do capitalismo privado, seja na forma da livre-concorrência, monopolista ou estatal. Ela significa que o proletariado e os assalariados em geral gerem por si mesmos suas lutas, através das quais se conscientizam de que podem administrar a produção e criar novas formas de organização do trabalho. Em suma, que podem colocar em prática a “democracia operária.” (Tragtenberg, 1986, p.13)

Assim que a vivência da democracia real, tanto na incubadora, como nas cooperativas, serve como um exemplo, um modelo que transforma os indivíduos que dele fazem parte e tencionam na busca de uma nova organização da gestão social.

“No caso da ITCP a autogestão é um processo formativo para todos os formadores que entrem aqui. E de aprender que é possível construir decisões coletivamente, de ter confiança nesse coletivo, que é muito legal e de ser coerente com aquilo que você diz no coletivo, também é o que você faz depois quando está fora do coletivo; então ela é muito rígida nesse sentido. É muito mais fácil você ser incoerente num sistema hierárquico do que nesse nosso sistema aqui em que te exige uma postura cem por cento...” (Waldeia Pires, 04/07/2011)

“A gente conseguiria trabalhar com um Estado autogestionário? Não sei, não sei dizer. Mas até isso chegar, até a gente propor um Estado assim a gente tem algumas possibilidades da autogestão. Por exemplo, na ITCP eu não vejo outra necessidade que não seja a autogestão.” (Zenon, 09/04/2011)

Os principais limites apontados à autogestão da incubadora são a sociedade externa, cujo tempo mais lento da autogestão não responde muitas vezes às demandas, a falta de comprometimento, a hegemonia de falas, a confusão entre questões coletivas e individuais e, principalmente, o risco do fim. A Universidade não permite esse tipo de organização no seu interior, ela é uma instituição extremamente hierarquizada, a ITCP trata-se de uma gestão concedida por um docente, que acredita no projeto.

O não comprometimento acarreta em uma série de problemas reais, vividos todos os dias, aí está a beleza desta construção e aprendizagem coletiva, na qual seus atos refletem diretamente na vida de todos os envolvidos, acarretando, portanto, grande responsabilidade.

É difícil fazer compreender toda a complexidade da autogestão da incubadora pelas falas dos estudantes. São muitos mecanismos, tanto organizativos como princípios, idéias e até questões afetivas. Tudo pautado na igualdade entre os componentes do coletivo, na política: cada cabeça um voto.

“Mecanismos que eu acho interessante: rotatividade de funções e remuneração igualitária, definitivamente é muito importante, por hora de trabalho. Não importa sua graduação, sua função. Tem cargas horárias diferentes, mas todo mundo ganha igual.” (Antonia, 04/07/2011)

E os vícios vão se misturando nessa relação intensa e cotidiana:

“Cada disciplina tem vícios, sociólogos tem vícios, eles falam de uma maneira, a partir de um lugar, engenheiros também tem vícios, economistas. Mas você negocia, são todos iguais então os vícios se misturam, as vezes o engenheiro pega o tique do sociólogo, as vezes o contrário.”
(Antonia, 04/07/2011)

Essas relações são permeadas de pequenos acontecimentos, para compreendê-los de forma mais ampla, passemos agora ao entendimento dos estudantes a respeito da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares como um espaço de trabalho e atuação política, de remuneração e militância.

3.3. A ITCP, seu trabalho e as recentes transformações

“É um trabalho bom nesse sentido porque se aproxima do trabalho que a gente espera de uma sociedade não capitalista. Há um ensaio pra isso, é um ensaio para isso, de uma coisa menos alienada.”
(Zenon, 09/04/2011)

Afinal, o que é a ITCP? Esse projeto de extensão autogerido pelos estudantes que trabalha no campo da economia solidária com educação popular.

Essa configuração extremamente particular deste projeto traz falas extensas para explicar este trabalho. Trata-se de um tipo de trabalho incomum e nunca antes experienciado pelos estudantes. A maioria apontou a importância de se trabalhar diretamente nas comunidades, num trabalho “de ponta de lança”.

“Eu vim de uma experiência de trabalho num órgão público que foi interessante pra conhecer como funciona a máquina. Pra pensar em quão efetiva é elaborar política pública, mas o que eu sentia falta no trabalho no órgão público e que a ITCP oferece é o contato com os grupos.”
(Maria José, 09/04/2011)

Dentro da concepção de extensão crítica, a incubadora se propõe a realizar um trabalho de formação e acompanhamento das cooperativas ou grupos estabelecidos em autogestão. Dada a enorme falta dos grupos com os quais trabalham, suas funções acabam se expandindo em demasia e inicia-se um processo de confusão a respeito da atuação nas comunidades:

“Ela realiza o processo de formação com esses trabalhadores. E também auxilia outros em questões concretas que vão aparecendo, auxilia na comercialização, acaba auxiliando pontualmente na organização da produção, na gestão financeira do empreendimento. Mas esse tipo de acompanhamento encontra muitos limites. Para o empreendimento se consolidar precisaria de muitos outros apoios e questões que estão além do apoio que a incubadora pode dar, como infra-estrutura, logística, enfim, tudo o que a empresa privada tem de apoio do estado, os empreendimentos populares não tem. Então o trabalho da incubadora não tem como suprir essa falta gigante, mas a parte da formação, que o que ela se propõe a fazer, acho que tem feito.” (Waldeia Pires, 04/07/2011)

E ainda:

“Eu tenho tido muita necessidade de dar respostas técnicas para os empreendimentos. Mas eu também fico pensando se esse é o nosso papel, ou se nosso papel não é o de articular com essa formação. A gente não consegue abraçar o mundo. A gente é educador popular, discute autogestão, tenta pensar uma nova economia, a gente manja de plantar, de colher, de vender... Então parei e pensei, e talvez não seja -nosso papel- talvez a gente não consiga dar todas as respostas.” (Sócrates, 04/07/2011)

Cabe, portanto, cobrar junto, lutar junto pelos direitos constituídos ao longo da história. Esse é já um grande papel ao trabalho da incubadora, é, sim, a construção de trabalhos socialmente úteis, conquistas reais àqueles empreendimentos e aos próprios estudantes também, como cidadãos brasileiros em luta, no mínimo, por seus direitos.

“(...) eu acho que é o espaço que nem se compara aos outros espaços de trabalho no sentido de emprego. É um emprego nesse sentido, e é também uma militância porque você faz coisas que você acredita que faz, você faz coisas que você não vai ter nenhum retorno financeiro, nenhum retorno de prestígio, porque a extensão não tem nenhum retorno acadêmico.” (Zenon, 09/04/2011)

Porém outros problemas são colocados pelos estudantes, que defendem com unhas e dentes a ITCP como um espaço de formação (inclusive a própria incubadora acaba sendo moldada ao tempo da graduação e da ilha Barão Geraldo, onde as pessoas passam e vão embora), porém ainda falho no trabalho concreto com os grupos. Não que não tenha acúmulo, não que não tenham bons trabalhos, mas tanto a questão da rotatividade, como a falta de financiamento direto para os grupos (bolsa para estudante não resolve os problemas dos grupos) contribuem para uma situação complicada, na qual todas as fichas são apostadas na formação mútua.

“Acho que ela faz a ponte, ela forma os estudantes aqui dentro, isso é muito legal: a experiência de gerir um projeto, de saber como funcionam algumas coisas... Porque aqui na universidade a gente não sabe nada, não sabe como funciona um telefone aqui dentro. A ITCP pode formar as pessoas, essas pessoas que querem trabalhar diferente, querem fazer outra coisa, querem pensar a sociedade, pensar a transformação, pensar outro modo de vida, de produzir conhecimento e tal, acho que vem e acaba caindo aqui na ITCP. E essa experiência é muita rica de trabalho e de contato com os grupos mesmo, pra dentro da ITCP e pra fora da universidade porque acho que a ITCP faz um pouco essa função.” (Cesária, 09/04/2011)

Os estudantes apontam ainda algumas recentes transformações por que passou a incubadora. Não tivemos acesso a estes ocorridos devido à demora em transformar os documentos fundantes da ITCP conforme as discussões realizadas nas reuniões do coletivo de formadores. Consolidar no documento faz parte do processo de consolidação do consenso e de efetivação de medidas e nos apresenta, mais uma vez, o distinto tempo da autogestão.

“A ITCP sempre se modifica muito quando entra uma turma nova de formadores, quando entra um projeto novo, aí seleciona novos monitores e esse coletivo ganha uma nova cara e, a partir daí, sempre tem muitas mudanças.” (Antonia, 09/07/2011)

A título de apontamento, entre as principais mudanças estão: o fim da Coordenação Executiva, que teve suas funções diluídas na Coordenação Geral; A saída do atual pró-reitor de extensão de seu cargo, um problema para o futuro próximo, já que se trata de um dos fundadores da incubadora e simpático ao projeto; O anúncio da saída, também, do professor coordenador do projeto para uma viagem ao exterior, e, assim, o início de uma articulação em torno da retomada de um conselho orientador (formado por docentes de diversos institutos) para a ITCP; a priorização do trabalho com os movimentos sociais, a fim de potencializar as ações da incubadora em ambientes mais estruturados; a focalização da questão de gênero, que vem sendo estudada com profundidade pelos formadores; e fomentar a prática de imersão nos grupos, ou seja, realizar o trabalho na cooperativa, viver uma experiência como cooperado.

Qual será, portanto o sentido de fazer algo em que se acredita ao pensar a formação? A possibilidade de, na sociedade em que o trabalho e o patrão são o lado ruim da vida, trabalhar sem patrão e em algo que se acredita, se tem prazer e animação em fazer é uma raridade. Qual será a contribuição deste trabalho intenso, portanto, para a vida destes estudantes?

3.4. Contribuições do trabalho para a formação do estudante

“A ITCP é a minha vida hoje. Tem sido o foco da minha vida.”

Além das questões já apontadas referentes à formação na autogestão, cabe ressaltar que existe hoje uma bibliografia crescente que busca definir um novo lugar para a pedagogia da produção associada¹⁷. Porém nós vamos por outro caminho, menos focados nas contribuições da autogestão e mais preocupados com as contribuições mesmo do trabalho para a formação (pessoal, acadêmica e profissional) na extensão universitária. Partindo da perspectiva do próprio estudante.

A esse respeito foi desenvolvido um “trabalho irmão” deste, descoberto já num momento avançado da pesquisa, trata-se da dissertação de mestrado de Estela Maria Barbieri, intitulada “Extensão e formação política na incubadora tecnológica de cooperativas populares da Universidade de São Paulo”. Nesta a autora aborda a questão da formação política no interior desta outra incubadora (estruturalmente muito parecida com a nossa, com intenso intercâmbio) através de questionários distribuídos para todos os formadores. Além da diferença entre o método de questionário e entrevista outra discrepância entre os trabalhos está no foco da formação política dado pela autora e no período tomado como base. A autora coletou dados durante oito anos e teve uma longa passagem como formadora da ITCP-USP. Apesar destas diferenças os resultados obtidos são muito próximos e é incrível observar a similaridade de falas entre os estudantes paulistanos e campineiros.

Para nós, pensar a formação remete inicialmente à nossa formação básica, fundamental e superior no ensino formal. Se a ITCP-Unicamp está em consonância com a crítica de Paulo Freire à educação bancária, tecnicista, qual será o aporte teórico que poderia contribuir para pensarmos essa formação, global, na extensão universitária pública¹⁸?

Para tanto proporemos uma perigosa revisão, buscaremos partir da crítica do ensino e da escolarização para depois aproximar a experiência formativa da ITCP às proposições do pedagogo russo Moisey M. Pistrak, correndo os riscos em falhar numa aproximação de tão distintas realidades sociais, culturais e, principalmente, políticas. Da Rússia em plena revolução, para a Universidade Brasileira.

¹⁷ Sobre este assunto ver: NOVAES e CASTRO, Em busca de uma pedagogia da produção associada, 2011. NOVAES, A autogestão como magnífica escola: notas sobre a educação no trabalho associado, 2009 e TIRIBA, Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada, 2001

¹⁸ Por assim chamar.

“No trabalho de incubação você vira isso do avesso, muito não te serve. Você continua precisando dos conhecimentos da engenharia de alimentos, mas eles precisam ser revistos a partir de uma outra realidade. Inclusive no processo de salga a maquina é desse jeito. Não. Não necessariamente a máquina é desse jeito, pode ser que os trabalhadores modifiquem. Então é preciso entender a ciência e a tecnologia como socialmente construída, como permeada de valores e interesses, como passível de modificação diante de outro interesse, da necessidade da construção coletiva da ciência e tecnologia. Isso é uma coisa que, pro engenheiro, não é o curso de graduação que dá e a itcp definitivamente dá. Discutir as coisas mais tidas como técnicas elas são políticas, são sociais, são pedagógicas.” (Antonia, 04/07/2011)

Pistrak, autor de *Fundamentos da escola do trabalho* (1981), começa este livro, em que discute os fundamentos teóricos da implementação na Rússia revolucionária de um modelo socialista de educação, com o capítulo: Teoria e Prática. Quando Pistrak fala sobre a visão dos professores daquele contexto histórico, daquela sociedade em construção, sobre a relação teoria e prática, é incrível perceber as relações com os dias de hoje, ele diz: “(...) a maioria dos professores considera a teoria como uma criação autônoma da psicologia, da pedagogia e da pedagogia experimental, como um sistema independente objetivando seu próprio desenvolvimento sem relações com a prática” p. 28.

Naquele contexto se mostrava uma carência de teoria pedagógica social, marxista, que pudesse dar conta daquela nova realidade de ensino e a existência apenas de teorias pedagógicas ainda alicerçadas nos ideais burgueses. Hoje, o trabalho do docente se desenvolveu completamente sobre os pilares burgueses. Nele se produz cada vez mais a distância entre teoria e prática, no sentido de que o trabalhador fica cada vez mais alijado do controle sobre o processo educativo, sendo progressivamente substituído por instrumentos (materiais, livros didáticos, computadores etc.). Ao acontecer isso, a necessidade de que o professor (ou o educador) seja detentor de conhecimentos, também vai se perdendo. Dele se exige um domínio mais técnico, pragmático, sobre os "instrumentos" e não sobre o conteúdo, deve ser um "operador" treinado. Tal como no trabalho produtivo em geral, ele se subordina ao ritmo, ao conteúdo e aos limites destes “instrumentos”.

Para dar conta de formar esses técnicos educadores, lança-se mão do que Paulo Freire chama de educação bancária em sua crítica. Assim como em Luiz Carlos de Freitas em a *Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática* (1995) tal argumentação crítica também se faz presente e complementar. Trazer esse debate ao âmbito da formação do educador, mesmo ele sendo colocado pelos autores do ponto de vista da educação básica, se faz pertinente e possível.

Neste sentido, os estudantes universitários (assim como os da educação básica), no atual modelo de universidade, se transformam em meros receptáculos de conhecimento transmitido pelo professor. Todo o processo educacional está centrado no professor e assim num mecanismo que busca retirar as potencialidades do conhecimento de transformação social efetiva, real, de práxis e formar um técnico avançado em sua área de atuação no mercado.

“O curso –de engenharia de alimentos- é tecnicista. 80% é conhecimento técnico descontextualizado: você salga a carne assim. Não importa que carne, que sal, se tem coisa ambiental, se tem coisa social. Isso porque no fim você vai trabalhar numa multinacional que olha a produção desse jeito mesmo, não vê as externalidades. O curso forma você assim. Nesse sentido você não desenvolve habilidades pra trabalhar com empreendimentos sociais, com o aparato público, serviços de alimentação coletiva. Você não tem esses instrumentos. Você é formado a partir de uma visão hierárquica, parcelada, do trabalho.” (Antonia, 04/07/2011)

Elementos desta crítica já estavam presentes nos textos de 1924 organizados por Pistrak, como já mostramos. A questão da teoria e da prática levava para um novo horizonte educacional, para uma nova forma de se educar que originou a Escola do Trabalho, ou a Escola-Comuna, centrada na teoria da *pedagogia do meio* de Viktor Nikolaevich Shulgin. Nessa perspectiva, a partir do estudo da atualidade, a vida escolar se apresenta em relação direta com o meio e dele deve partir, e se integrar a ele, o conteúdo escolar.

Neste caminho Freitas (2009), em prefácio do livro “A escola-comuna” traduzido diretamente do Russo para o português, apresenta:

“Qual é a ação que marca a continuidade entre escola e meio? O que torna a escola viva, inserida na atualidade e, ao mesmo tempo, fornece as bases para se praticar a autogestão, a autodireção? O *trabalho*. E como estamos no âmbito da formação, então, trata-se de examinar o trabalho enquanto uma fonte formativa, ou seja, como princípio educativo.” (Freitas, 2009, p.33)

Apesar do livro organizado pelo educador russo Pistrak trazer uma concepção de escola básica numa quebra radical com os modelos burgueses de educação, e na busca da construção de uma nova sociedade, assim como a escola, pautada no estudo da atualidade, no trabalho socialmente útil e na auto-organização. Acreditamos sim que tal modelo de formação possa se transplantar, ou ao menos trazer grandes contribuições, para a análise da formação neste projeto de extensão universitária. Muitos elementos confluem entre os postulados e a realidade da

incubadora: a integração teoria e prática, a educação no trabalho, o trabalho com as questões da atualidade e a autogestão.

Defendemos que a ITCP, partindo da crítica à Universidade, trás o trabalho com os grupos como o elemento articulador do processo de ensino-aprendizagem e dos conteúdos dos estudos realizados pelo coletivo de estudantes. Tal postulado fica claro na fala dos estudantes e unido à concepção de extensão de Melo Neto (2004) as aproximações com as idéias construídas pelos educadores na Rússia ficam mais evidentes:

“(...) a necessidade do trabalho (da vida) como articulador do processo de ensino e do próprio currículo escolar. Não o trabalho de faz de conta no interior da escola, mas o trabalho socialmente útil. Esta perspectiva, além de realizar a crítica do conteúdo, em sentido amplo, coloca a escola na sua relação crítica (de luta e construção) com a vida, com a prática social e suas lutas.” (Freitas, 2009, p.79)

Ainda a construção em torno dos complexos temáticos, proposta por Pistrak, é ferramenta, inclusive, apresentada pela incubadora. É a estratégia para se compreender a realidade, o concreto, em sua totalidade, reintegrando a disciplinarização do conhecimento e reconstruindo a práxis do estudo. Mesmo sem definir claramente complexos temáticos para seus estudos, toda a pesquisa da incubadora tem como elemento disparador as complexidades das realidades dos grupos com os quais esta trabalha. O próprio espaço de trabalho (tanto a incubadora como as cooperativas com que trabalha) representa a relação do homem com a natureza, a transformação desta pelo homem e neste espaço inúmeras questões emergem.

Mas, afinal, como vêm os estudantes estas contribuições? Primeiramente cabe ressaltar que o grande foco das contribuições para suas formações do trabalho na incubadora vieram atreladas a experiência de autogestão. Poucos estudantes tiveram outras experiências autogestionárias além da ITCP e aí talvez esteja o principal elemento destas contribuições.

Elas se deram tanto no âmbito pessoal: aprender a falar, organizar o próprio trabalho, organizar a própria leitura, fazer amigos, entre outros.

“Falar, se colocar, organizar a fala. Se aprende muito na autogestão, porque se você quer ser representado você tem que falar. Isso pode ser ruim, porque você tem que falar, se você não fala você perde o bonde daquele momento coletivo que é através da fala. Escrever, ler, estudar, se organizar por um interesse meu e não por uma ordem, por uma hierarquia, por um prazo, mas porque eu acho que tem que fazer, que é importante e tem que fazer. Aprendi bastante de se ligar nas questões políticas, de ficar com pé atrás.” (Antonia, 04/07/2011)

“(…) qualquer aluno universitário que você trazer pra trabalhar num projeto de extensão e você levar para um cooperativa de reciclagem, é impossível que ele não faça o mínimo de reflexão sobre a condição de trabalho daquelas pessoas, sobre a geração de resíduos na casa dele” (Maria José, 09/04/2011)

“Tem a questões mais pessoais, de comportamento, que o trabalho coletivo é transformador, então saber lidar com o outro, respeitar o outro. É um processo, somos criados pra ser individualistas e tamos tentando dar a volta nisso, então acho que a ITCP também possibilita a gente ver amizades, as relações amorosas de outra forma, contra como a gente vinha sendo forjado.” (Sócrates, 04/07/2011)

Deu-se também no âmbito profissional: conhecer processos produtivos, entrar em contato com as dificuldades técnicas cotidianas, entre outros.

“E o nosso papel como economista educador pra se identificar com o papel é fazer o contrário, tentar desalienar esse processo. Cê vai em qualquer lugar e fala em fazer uma planilha pra fazer a contabilidade e as pessoas já treme, como se fosse um monstro. E isso vem desde a escola, com a Matemática na escola já começa, descola o número do que ele representa. Você não consegue associar o um, por exemplo, a um gravador, a uma peça de um gravador, você abstrai tudo, discute a matemática, cria regrinhas pra você decorar, fazer exercício e a economia segue isso. É filha desse processo de alienação. Então temos que pensar como desalienar, não é uma tarefa fácil não.” (Sócrates, 04/07/2011)

“No sentido de pesquisa também, da importância do conhecimento aplicado, do conhecimento que seja aplicável, que tenha mesmo a práxis acadêmica. De que você estuda, mas também tem aplicação na realidade da sociedade. E isso que é o profissional pra mim também, o que eu quero fazer da minha vida, eu quero trabalhar e estudar, ta sempre nesse sentido.” (Zenon, 09/04/2011)

E também no âmbito da formação acadêmica: a formação falha da graduação, parcial, conhecer novos campos do conhecimento pela troca com os formadores, entre outros.

“O estudante não está formado para atender aquela realidade, ele começa a se formar quando entra em contato com essa realidade. Até ele conseguir dar respostas, construir junto com o empreendimento, entender o que é educação popular, que ele vai entender só na prática.” (Waldeia Pires, 04/07/2011)

“Até O Capital a gente já leu aqui, de ler mesmo, ler, discutir, relacionar com a prática. Então todos os textos clássicos, todos não, mas acho que os clássicos são muito valiosos pra gente aqui. Não é todo dia que a gente lê, mas volta e meia aparece um clássico e acaba sendo deixado de lado na graduação é muito superficial, é muito rápido, ou é numa perspectiva muito conteudista e aqui o clássico de alguma forma sempre retorna e você lê de novo, você discute de novo, relaciona com a prática. Acho que isso contribuiu muito para a minha formação.” (Waldeia Pires, 04/07/2011)

“(…) na relação com os próprios trabalhadores, não é uma relação de ir lá, tirar os dados e apresentar esses dados na academia. É uma relação, que a pesquisa precisa apontar também pra um outro lugar, por isso tentar fazer junto com o processo de incubação. Depois que eu terminei o mestrado não consegui me afastar da realidade que eu pesquisei que era das cooperativas de catadores. Então tem uma equipe hoje que está incubando esses empreendimentos e eu de alguma forma participo de algumas instâncias, então não dá pra deixar sequestrado dentro de uma argumentação aquilo que você mais ou menos organizou dentro desse processo. Que não é nem o que está escrito lá, mas é o fato de ter organizado isso que me coloca numa outra relação, numa outra intencionalidade, num outro compromisso que agora não posso esquecer. Tenho que dar continuidade à isso.” (Waldeia Pires, 04/07/2011)

“O trampo da ITCP conseguiu me aproximar do que eu tava discutindo lá – no curso de graduação - totalmente abstrato e o que é a realidade. (...) Na verdade eu acho que a graduação complementa a ITCP, a gente até brincava que tem sempre muita aula e dizia que a graduação atrapalha a ITCP, não é o contrário. Pô tem uma prova e tenho que ir na incubação hoje, não. É: eu tenho que fazer os trabalhos da incubação e me deram um prova... É um pouco isso, a graduação que acaba atrapalhando, ela que é o complemento, importante.” (Sócrates, 04/07/2011)

“Acho que essa pergunta é central para entender a ITCP –a questão da interdisciplinaridade- porque eu não sou mais engenheira, a X não é mais pedagoga. Isso é muito forte! Eu sou um pouco socióloga, sou um pouco historiadora pelo contato com a Y, um pouco economista pelo contato com vários economistas. Eu acho que minha atuação, e o jeito que eu penso o mundo, deixaram de ser de engenheira. Eu mantenho ainda algumas características que eu acho positivas da formação em engenharia, mas elas não são mais únicas, elas estão diluídas em outras coisas. Eu estudei muito de educação em contato com o GEPES de PP, fui ver como penso a história, fui ver autogestão, fui ver projeto de sociedade. Uma experiência muito interessante foi a organização do curso pro Vale do Ribeira, que a gente incubou uma incubadora. O curso era sobre todos os temas que a ITCP trabalha, e em cada encontro ia uma

pessoa diferente da incubadora. Então eu mergulhei em todos os assuntos, as vezes mais profundamente, as vezes de maneira bem rasa, da ITCP. E isso é impressionante! Eu consigo discutir finanças, eu consigo discutir teatro do oprimido, os fundamentos todos. Tive contato com os textos. Dentro do GEPES de gênero, por exemplo, tem a economia feminista. Se não fosse o GEPES é um tema que eu nunca teria ouvido falar. Pensar as profissionais do sexo. Também é uma coisa muito profunda que eu só pensei por causa da ITCP. Comunicação popular. A gente fica conhecendo até os textos clássicos das áreas.” (Antonia, 04/07/2011, os nomes citados foram substituídos)

Realizamos esta divisão a fim de sistematizar as contribuições nas diferentes áreas, porém fomos surpreendidos com uma importante indagação:

“Não sei especificamente pra cada coisa dessa, mas a ideia é que é uma vida só, ela não tá fragmentada” (Sócrates, 04/07/2011)

O curso de formação da ITCP (curso de extensão gratuito pré-requisito para o trabalho na incubadora) também foi apontado como um divisor de águas na formação acadêmica dos estudantes. Por meio dele alguns conheceram verdades mascaradas por seus cursos de origem e outros entraram em contato direto com a realidade de grupos associados na região de Campinas.

“(…) eu tive o curso que fez muito sentido. Nossa eu tinha que ter feito o curso no primeiro ano, segundo ano ali, pra já me orientar pra essa pegada. (...) foi o melhor curso que eu fiz (...) sobre sociedade, sobre universidade,” (Cesária, 09/04/2011)

Outro ponto apontado como central para a formação destes na ITCP foram os espaços dos Grupos de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária (os GEPES) das sete áreas e os Estudos Coletivos, realizados com todo o coletivo da incubadora. As contribuições se dão tanto no âmbito da organização para o estudo, quanto para o contato com novas áreas do conhecimento.

“O GEPES é um espaço de estudo autogestionário, você decide o que você vai estudar, de que maneira, qual perspectiva, que textos você vai ler, quanto você vai ler do texto. É tudo coletivamente. Cinco anos estudando o que eu quero com uma regularidade importante, porque o GEPES de PeT as vezes se desorganizou mas sempre funcionou, a gente estudou muita coisa a partir da nossa perspectiva. É um puta espaço, vamos fazer um curso de graduação assim, imagina?” (Antonia, 04/07/2011)

“(…) o fato desse, de novo, trabalho com os grupos e do próprio processo formativo que existe aqui, através dos grupos de pesquisa, dos coletivos. Isso contribui sem dúvida. Você trabalhar e poder refletir sobre o trabalho que você tá fazendo também não é em todo lugar que a gente faz isso. Isso é rico sim. E é uma preocupação essencial da ITCP, um cuidado, de partir do que já se tem e construir o trabalho e refletir sobre ele.” (Maria José, 09/04/2011)

Talvez haja aqui um excesso de falas, mas acreditamos que a palavra do próprio estudante é fundamental e só ela poderia representar fielmente o que vivemos nos momentos de entrevistas. Só elas podem mostrar ao leitor a centralidade da ITCP na vida destes estudantes e a importância que eles dão para esta experiência nos mais variados âmbitos da sua vida. O entusiasmo muitas vezes presente nas falas não transparece pelo texto e demanda o conteúdo original.

“É, a atividade central. Dedicção, não exclusiva porque tem a graduação, tem o futebol, mas dedicação especial, número 1. E eu não vejo a minha vida acadêmica sem ter passado por aqui. Não faria sentido. É isso, toca em todos os aspectos hoje, tanto na vida pessoal, como no trabalho, como no lazer. Lazer é tá com a galera daqui, os amigos são daqui ou vinculados: do assentamento, do UP, da galera que tá próxima disso também.” (Sócrates, 04/07/2011)

Portanto as contribuições deste trabalho (que cada vez demanda mais palavras para definir-se) bastante peculiar, para a formação dos estudantes é notável. Tanto para nós, numa análise destas contribuições em confluência com outros postulados, quanto para estes estudantes que tem no trabalho na incubadora um marco de suas vidas, que inclusive guiará seus rumos futuros numa caminhada bastante dura na qual o trabalho deixa de ser apenas uma fonte de renda e tem que ganhar algum significado a mais. E é sobre essas palavras que deixamos vocês:

“Tem uma coisa que eu fiquei pensando, que já pensei e continuo achando. Que a minha vida acadêmica sem ter conhecido a incubadora teria sido praticamente nula. Eu entrei na Unicamp eu já era crítico, tinha militado no MPL, logo quando entrei me aproximei do pessoal do DCE, por exemplo. Mas eu acho que se não fosse a incubadora ia ter sido nula, ia ter jogado no lixo a graduação. Provavelmente ia tá pensando em fazer um mestrado e ponto. Que ainda é um plano, mas não é mais mestrado e ponto. Teria sido mestrado ponto, setor público ponto. Entendeu? E a ITCP que abriu portas, abriu muita discussão na cabeça, contato com a educação popular foi na incubadora, com autogestão foi na incubadora, contato com a Economia Solidária foi na incubadora. E eu vejo, por exemplo, pessoas que entraram comigo, que são críticas, que eu vejo muito limite na crítica dessas pessoas, justamente porque não tiveram uma experiência como essa de ter contato real com grupos, se envolver com isso, de

dormir pensando nisso, entendeu? De acordar de madrugada e ir em ocupação.” (Sócrates, 04/07/2011)

“Na realidade a coisa da relação pessoal, o que eu me vejo acho que também a partir da incubadora e das pessoas que estão aqui; o tipo de vida que eles querem para si, pessoal mesmo, é o tipo de vida que diverge da maioria, então a idéia de família, a idéia de relacionamento amoroso, a idéia de constituir um patrimônio, que são idéias que estão presentes na nossa faixa etária e que pra nós não são centrais. Então os meus amigos estão tendo filhos, estão casando, comprando apartamentos, fazendo viagens e acumulando patrimônio, sabe é um saco ficar discutindo, sabe? E tudo gira em torno disso.” (Waldeia Pires, 04/07/2011)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As teses buscadas por este estudo, ao longo dos três capítulos, ficaram estabelecidas na compreensão da relação entre o que o projeto de extensão da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp apresenta na sua documentação e como se dá a execução deste projeto na concretude da realidade. Evidenciada através de observações de campo, do estudo das atas das reuniões e da realização de entrevistas semi-estruturadas com sete estudantes executores deste projeto de extensão.

Este objetivo central tomou corpo e trouxe com ele novos questionamentos que se configuraram em novos objetivos e novas teorizações a partir destes.

Fez-se importante uma inicial teorização a respeito do lugar que hoje ocupa a Universidade brasileira na sociedade e as funções a ela designadas. Observamos que, da maneira como se constituiu nos tempo atuais, ela atende a alguns interesses políticos de uma minoria hegemônica da sociedade e, progressivamente, exclui os interesses da massa de trabalhadores de suas atuações nas diversas frentes: ensino, pesquisa e extensão.

Como um elemento deste cenário encontra-se também a extensão universitária, porém permeada de disputas internas, e em sua contradição acaba permitindo a existência de um outro tipo de extensão, contra-hegemônica e em sintonia com as lutas dos trabalhadores por terra, moradia, saúde, educação, enfim: por voz política ativa no seio de nossa sociedade.

Neste lugar, bastante marginalizado da Universidade, tentamos situar a incubadora tecnológica de cooperativas populares da Unicamp. Como um projeto que produz e reproduz outro tipo de extensão universitária e luta por uma Universidade com fins realmente públicos e em consonância com as questões vivenciadas nas regiões periféricas do grande centro urbano da Região Metropolitana de Campinas.

Situada a incubadora, e apresentados seus pressupostos de atuação, o início do estudo empírico descritivo de sua realidade trouxe ainda outras questões nesse processo de afinamento do trabalho. Percebemos a centralidade daquele trabalho em extensão no cotidiano e na vida dos estudantes entrevistados e observados. Intrigou-nos a dedicação quase que exclusiva destes aos processos de trabalho gerados pela incubadora em suas vidas, neste momento começamos a focalizar nosso olhar para a questão das contribuições deste trabalho extensionista para a formação e para a vida destes estudantes universitários.

Tal olhar se materializou nas discussões do último capítulo que, mesmo a formação aparecendo como um item a mais da análise¹⁹, em todo seu corpo observa-se a fala marcante dos

¹⁹ De alguma forma guardada a idéia original do trabalho.

estudantes em trazer a importância da incubadora para a Universidade, o avanço que esta representa. Mas também pode-se ler a partir da importância que eles dão a ela e, aí, a centralidade que ela tem em suas vivências. Ao fim elencamos pontualmente as contribuições que os estudantes apresentaram advindas do trabalho realizado na incubadora.

Talvez essa crescente expansão de objetivos tenha entendido em demasia este trabalho em relação ao que ele se propunha inicialmente. Talvez até o objetivo inicial tenha obtido conclusões minimizadas frente o que poderia ter sido, porém a construção de novos horizontes ampliou também a gama de conclusões obtidas.

Esperamos que esse trabalho tenha desempenhado, humildemente, o papel de contribuir na construção de uma nova forma de fazer extensão universitária e também na manutenção da utopia de uma universidade realmente voltada para a construção de soluções para as questões sociais mais agudas do nosso país.

Além disso, esperamos também que tenhamos cumprido o papel de apresentar uma nova perspectiva, confluindo com um grupo de pensadores, para se pensar a formação acadêmica, a graduação nas Universidades. Em contraponto aos cursos de graduação como hoje estão dados, marcadamente tecnicistas, e numa formação realmente imersa nas questões da atualidade do nosso país, que retome a organicidade entre o pensar e o fazer.

BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS

Legislação

BRASIL (1969). Decreto-lei nº477, de 26 de Fevereiro de 1969.

Documentos

BRASIL/MEC (1999). Plano nacional de extensão universitária, 1999. Disponível em:

<http://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria.pdf>

ITCP/UNICAMP. Projeto Político Pedagógico da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp. Campinas, SP. 2009.

MACIEL, Marco. Relatório final da Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior. 1985. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/comissao.htm>> Acesso em: 07 de Janeiro de 2012.

SAYAGO, Gumersindo et al. La juventud argentina de Córdoba a los hombres libres de Sudamérica (Manifiesto del 21 de junio de 1918) Enrique F. Barros, Horacio Valdés, Ismael C. Bordabehere, presidentes — Gumersindo Sayago, Alfredo Castellanos, Luis M. Méndez, Jorge L. Bazant, Ceferino Garzón Maceda, Julio Molina, Carlos Suárez Pinto, Emilio R. Biagosh, Angel J. Nigro, Natalio J. Saibene, Antonio Medina Allend, Ernesto Garzón. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/reforAboit/20juve.pdf>

Sites Consultados

ITCP-Unicamp (2010). *Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas*. Acedido em 22 de Julho de 2010. <http://www.itcp.unicamp.br/drupal/>

ITCP-USP (2010). *Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo*. Acedido em: 18 de Fevereiro de 2010. <http://www.itcp.usp.br/drupal/>

REDE DE INCUBADORAS UNIVERSITÁRIAS (2010). *Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares*. Acedido em: 15 de Junho de 2010. <http://redeitcps.blogspot.com/>

FONTES SECUNDÁRIAS

AGUILAR, Luis Enrique. La gestión de la educación: su significado a partir de propuestas pedagógicas institucionales. In: III Congresso Latino-Americano de Administração da Educação – 21 – 25 de Julho de 1997 – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, São Paulo. Brasil.

BARBIERI, Estela Maria. Extensão e formação política na incubadora tecnológica de cooperativas populares da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

BARROS, Josiane Fonseca de. Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: projeto societário e projeto educativo. Niterói, RJ. 2003.

BUCCI-GLUCKMANN, Christinne. Gramsci e o Estado; tradução de Angelina Peralva. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. Rev. Bras. Educ. Rio de Janeiro, n.24, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-4782003000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 de Junho de 2010.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 19ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação?. 2a.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 47ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

ITCP/UNICAMP. Empírica. 2009. Disponível em: www.itcp.unicamp.br/empirica

MACHADO, Otávio Luiz. O relatório do general Meira Mattos em 1968: a educação superior e a repressão ao movimento estudantil no Brasil. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria/download/CadernosDeHistoria-02-08-Livre.pdf>> Acesso em: 07 de Janeiro de 2012.

MELLO, Sylvia Leser de. A Universidade e o futuro: um Caminho para pensar a formação dos jovens. In: CECAE-USP. Universidade: formação e transformação. São Paulo, Editora EDUSP, 2005, p. 109-117.

MELO NETO, José Francisco de. Extensão Universitária, autogestão e educação popular. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2004.

MELO NETO, José Francisco de. Extensão universitária: bases ontológicas. In: Extensão universitária: diálogos populares. José Francisco de Melo Neto (org.). João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2002. pp. 13 - 33. (ISBN 85-237-0331-4).

MINGUILI, Maria da Glória. CHAVES, Adriana Josefa. FORESTI, Miriam Celí Pimentel Porto. “Universidade Brasileira: Visão histórica e papel social” Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/oep/Eixo%201%20-%20Tema%201.pdf>

PATROCINIO, Wanda Pereira. Cooperativas populares: representações sociais, trabalho e envelhecimento. Campinas, SP: [s.n.], 2005

PISTRAK, Moysey Mikhaylovich. Fundamentos da Escola do Trabalho. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SHIROMA, Eneida Oto, MORAES, Maria Célia Marcondes de e EVANGELISTA, Olinda. Política Educacional – Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, 4. ed.

SINGER, Paul. Políticas Públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. Economia Solidária e Políticas Públicas. Boletim Mercado de Trabalho 39. Brasília. Mai. 2009. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt39/06_ES1Paul.pdf

TRAGTENBERG, Maurício. Reflexões sobre o socialismo. 8ª. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008. (Coleção Maurício Tragtenberg)

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da Práxis. 1ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

APÊNDICES

Apêndice A – Versão final do questionário aplicado com os formadores

Introdução:

- 1) Nome;
- 2) Idade;
- 3) Data de nascimento;
- 4) Formação acadêmica, ano de ingresso e conclusão, pós-graduação (título da tese, assunto, etc.);
- 5) Experiência de trabalho;
- 6) Instâncias que participa na incubadora;
- 7) Há quanto tempo na ITCP?
- 8) Caso seja citado na versão final, deseja usar nome fictício?

O que faz a ITCP

- 1) Dê uma definição, em linhas gerais, da incubadora. A que ela se propõe? Ela realiza, na sua opinião, o que propõe?

Educação Popular

- 1) A ITCP faz o diálogo entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular? Em duas vias?
- 2) O que é educação popular para você? Como se estabelece o diálogo entre os formadores da ITCP e os cooperados? Quais dificuldades em se estabelecer esse diálogo?

Conjuntura Atual

- 1) Quais as principais transformações recentes que ocorreram na ITCP? Por que ocorreram?
- 2) Quais os principais parceiros da ITCP atualmente? Quais os projetos que estão em andamento? Com que grupos se trabalha em cada projeto?

Autogestão

- 1) O que é autogestão para você?
- 2) Quais os limites e potencialidades da autogestão na incubadora?
- 3) Como você vê a vivência da interdisciplinaridade junto à autogestão na incubadora?

Extensão e Universidade

- 1) Você acha que a ITCP representa que tipo de extensão universitária?
- 2) Qual papel que a incubadora vem desempenhando em relação à extensão universitária? Você acredita que é um papel importante?
- 3) Você conhece algum conceito de universidade pública?
- 4) Você acha que a ITCP representa que tipo de universidade pública?
- 5) Qual papel que a incubadora vem desempenhando em relação à ideia de universidade pública? Você acredita que é um papel importante?

Fechamento

- 1) A ITCP contribui para a transformação da sociedade? Que transformação? De que forma? Relembre dos assuntos já tratados: Educação Popular, Autogestão
- 2) Alguma coisa que escapou sobre o trabalho da incubadora, sua função social e seu lugar dentro da Universidade?

Sua formação na extensão

- 1) Descreva seu processo de entrada na ITCP. Como foi a formação inicial, você fez curso de formação de formadores, teve uma bibliografia inicial indicada pelos formadores mais antigos? Teve algum tipo de acompanhamento no início? Qual?
- 2) Fale brevemente dos seus últimos trabalhos antes da incubadora.
- 3) O que te levou à incubadora?
- 4) Qual o papel da incubadora na sua vida (pessoal, acadêmica, política e/ou profissional).
- 5) Levando em consideração suas características pessoais em relação com o trabalho na incubadora, quais as facilidades que teve? E as dificuldades?
- 6) Agora pensando o trabalho coletivo, quais as facilidades e dificuldades deste trabalho?
- 7) O que você aprendeu na ITCP?
- 8) Você usa hoje na sua vida (pessoal, acadêmica, política e/ou profissional) os conhecimentos que aprendeu na incubadora? Quais? De que forma?
- 9) Como você vê a questão da interdisciplinaridade na incubadora? Quais as contribuições para sua formação?

Agora finalizando

- 1) Como o trabalho na ITCP contribui, ou contribuiu, para a sua formação universitária, pessoal política e/ou profissional?
- 2) O trabalho na ITCP é militância ou emprego? Por quê?

Apêndice B – CD-ROM - Transcrições das entrevistas realizadas com formadores